

**MEC**  
**MINISTÉRIO**  
**DA EDUCAÇÃO**

# **INFOCAPES**

Boletim Informativo Vol. 7, Nº 1, janeiro/março 1999

O boletim Informativo é uma publicação técnica, editado pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que se define como um veículo de divulgação das atividades do órgão e de difusão e debate de idéias sobre a pós-graduação. É também um espaço aberto à comunidade acadêmica para manifestar-se sobre temas

*Editora Responsável*

Gladis Calháu – Coord. Geral – CED

*Conselho Editorial*

Jacira Felipe Beltrão – SPP

Denis Dutra – SIN

Sandra Mara Carvalho de Freitas – CEC

NOTA: todos os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores, não refletindo, necessariamente, a opinião desta agência.

Permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

---

INFOCAPES - Boletim Informativo da CAPES  
Vol.7 - Nº 1 – Brasília, CAPES, 1999

Trimestral

ISSN 0104-415X

1. EDUCAÇÃO SUPERIOR I. Fundação  
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de  
Nível Superior

CDU 378

relacionados com a formação de recursos humanos de alto nível. Divulga documentos que discutem políticas adotadas pela CAPES, estudos e dados sobre a pós-graduação, novidades, comunicados de interesse das instituições de ensino superior. Na seção “CAPES Responde” divulgam-se perguntas dos leitores e respostas da CAPES.

*Equipe Técnica Editorial:*

*Distribuição e Cadastro de Assinaturas*

Catarina Glória de Araújo Neves – ACD

*Composição Gráfica*

Astrogildo Brasil – ACD

*Apoio Editorial*

Antonio Newton da Rocha Pimenta – CED

Yuri Lopes Zinn – CED

*Projeto Gráfico*

Modonovo Design Ltda.

*Periodicidade*

Trimestral

*Tiragem*

3.000 exemplares

*Endereço para correspondência:*

CAPES

Coordenação de Estudos e Divulgação Científica  
(CED)

Ministério da Educação

Anexo II - 2º andar - Tel. (061) 410-8866

70 047-900 - Brasília – DF

*e-mail* – ced@capes.gov.br

---

ISSN 0104 - 415X

Bol.Inf., Brasília, v.7, nº1, p.00-00 jan./mar. 1999.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 02

### ESTUDOS E DADOS

**Avaliação dos cursos de pós-graduação: estímulo ou coerção?** 03  
*Maria das Graças Targino*

### DOCUMENTOS

Documentos de área

**Ciências da Saúde** 25  
**Ciências Sociais Aplicadas** 57

### OPINIÃO

**A USP e a avaliação CAPES de 1998** 89  
*Hector Terenzi*

### CAPES INFORMA

Concessão do Programa de Demanda Social para 1999 92  
Programa CAPES – SCyT 93  
Convênio CAPES/Fapesp 93  
Orçamento da CAPES de 1999 93  
Avaliação da pós-graduação - Síntese dos resultados – 1998 93

CAPES RESPONDE 94

## APRESENTAÇÃO

A discussão do processo de avaliação da pós-graduação é uma prática relevante e desejável não só para o amadurecimento da nova sistemática adotada pela CAPES, como para o próprio desenvolvimento do sistema de pós-graduação brasileiro. Nessa linha, o artigo publicado na seção Estudos e Dados deste número do INFOCAPES, “Avaliação dos cursos de pós-graduação: estímulo ou coerção?”, de Maria das Graças Targino, aborda especificamente o aspecto da produção de artigos de periódicos científicos, buscando verificar o peso que é dado a esse item no resultado final da avaliação pelas comissões incumbidas de levar a termo o processo avaliativo. Nesse estudo, cujos dados foram coletados antes do estabelecimento do *programa*, em lugar do *curso*, como unidade a ser avaliada, foram mapeados todos os cursos de pós-graduação, para definição da amostra, com base nos parâmetros inserção regional, área do conhecimento e conceito atribuído pela CAPES.

Na seção Documentos, prossegue a publicação em papel dos Documentos de Área das comissões de avaliação da pós-graduação de 1998 da CAPES, divulgados eletronicamente na página da Agência na Internet. Os Documentos de Área compreendem as considerações de cada comissão avaliadora sobre o trabalho executado e a explicitação de como os critérios gerais foram adequados às particularidades e características próprias da área do conhecimento tratada. Para a publicação no INFOCAPES, os documentos foram agrupados segundo cada uma das grandes áreas do conhecimento, constando no presente número as Ciências da Saúde e as Ciências Sociais Aplicadas.

Permanecendo com o registro das manifestações sobre a avaliação da pós-graduação realizada em 1998, a seção Opinião traz a público a matéria “A USP e a avaliação CAPES de 1998”, de Hector Terenzi, Pró-Reitor de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo. O texto tem a característica de expressar, conforme ressaltado pelo autor, uma posição institucional da USP sobre a nova sistemática de avaliação implementada pela CAPES no ano passado, adquirindo importância na razão direta da dimensão quantitativa e qualitativa da pós-graduação naquela instituição de ensino superior.

A seção Informes deste número do INFOCAPES sintetiza os critérios fixados pela CAPES para a concessão de bolsas do Programa de Demanda Social aos programas de pós-graduação avaliados em 1998 e já utilizando os resultados ali obtidos. Também constam nessa seção informações sobre: a primeira chamada do convênio CAPES/Secretaria de Ciência e Tecnologia da Argentina (SCyT), firmado em agosto de 1998; o convênio CAPES/Fapesp, que permite a 58 instituições de ensino brasileiras o acesso à base de referência bibliográfica *Web of Science* (Wos); o orçamento da CAPES para 1999. Noticia-se, ainda, o lançamento da publicação “Avaliação da Pós-Graduação – Síntese dos Resultados – 1998”, apresentando as notas obtidas pelos programas de pós-graduação avaliados pela CAPES durante o ano passado.

## ESTUDOS E DADOS

### **Avaliação dos Cursos de Pós-Graduação: Estímulo ou Coerção?**

*Maria das Graças Targino*<sup>1</sup>

#### **1. Introdução**

---

Diante da representatividade da *Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* (CAPES) no processo de institucionalização da pós-graduação brasileira, considerando-se especificamente a questão de **produção de artigos de periódicos científicos**, sobrevivem duas correntes. Autores, como Castro (1998, p. 86), afirmam que a CAPES com seu sistema de “*puxões de orelha*” e de prêmios tem concorrido para a melhoria da pós-graduação, a partir da premissa de que “*...são muito fortes as disposições humanas para agir da forma que melhor atende a seus interesses...*”. Para ele, enquanto a graduação busca alternativas para um caminho mais produtivo e afinado com as expectativas da sociedade que a financia, recorrendo ao “*provão*” como uma primeira medida de impacto, a pós-graduação, apesar dos contratempos e desacertos, tem contribuído para o crescimento da ciência e da tecnologia, apostando no sistema de incentivos como instrumento de reforço para estimular os docentes: “*quem não publica não ganha dinheiro de pesquisa. Quem não capricha não terá boa avaliação na Capes. Programa que não tem boa avaliação não ganha bolsa. E assim por diante*”. Em posição oposta, há quem insinue que tal sistema agrava os prejuízos ocasionados pela epidemia de *publish or perish* que vem se alastrando pelo cenário científico internacional e nacional (Knudsen, 1995; Parsonson, 1993), estimulando a produção maciça e de qualidade duvidosa.

Assim, objetiva-se **analisar a possível relação entre a avaliação atribuída aos cursos de pós-graduação pela CAPES e o grau de produção de artigos de periódicos científicos impressos e eletrônicos do docente/pesquisador brasileiro**, no contexto nacional e nas várias áreas do conhecimento. Ressalta-se que, à época da pesquisa, ano de 1997, os conceitos iam de A a E. As alterações ocorridas no *Sistema de Avaliação da CAPES* (SAV), após a coleta de dados, em nada comprometem o objetivo enunciado, porquanto interessa estudar tão-somente a vinculação entre menção alta ou baixa *versus* produção alta ou baixa, sem discutir os procedimentos utilizados para chegar a tais resultados. Para a consecução do proposto, seguem explicações sobre os recursos metodológicos utilizados. No momento posterior, os resultados são relatados e discutidos, permitindo inferências, com a ressalva de que informações sobre a financiadora são omitidas, ante o público-alvo do INFOCAPES, o qual, decerto, tem acesso ao *site* mantido pelo órgão na Internet.

#### **2. Recursos metodológicos**

---

O universo compreende docentes universitários das cinco regiões brasileiras que mantêm vínculo empregatício com *instituições de ensino superior* (IES) ou institutos de pesquisa nacional,

---

<sup>1</sup> Maria das Graças Targino é professora do Centro de Ensino Unificado de Teresina. Este artigo foi fundamentado em sua tese de doutorado *Comunicação científica: o artigo de periódico nas atividades de ensino e pesquisa do docente universitário brasileiro na pós-graduação*, defendida junto à Universidade de Brasília.

envolvidos com atividades de ensino e/ou pesquisa da pós-graduação *stricto sensu* – mestrado e doutorado. Como a coleta de dados antecede a decisão da CAPES (1998e) de avaliar programas de pós-graduação e não mais  cursos em separado, a identificação da população demanda o reconhecimento de  **todos os cursos brasileiros de pós-graduação stricto sensu**. Para tanto, recorre-se ao *Catálogo de cursos de mestrado e doutorado* (CAPES, 1993), complementado com informações contidas na Portaria CAPES nº 39, de 9 de agosto de 1995b e na Portaria do *Ministério da Educação e dos Desportos* (MEC) nº 1.461, de 29 de novembro de 1995, à época, os documentos disponíveis mais atualizados. O *Catálogo* arrola **1.685 cursos**, 1.168 mestrados (69,32%) e 517 doutorados (30,68%). Para a identificação das notas dos cursos, utiliza-se, além das Portarias, a publicação *Avaliação da pós-graduação; síntese dos resultados* (CAPES, 1995a, p. 6):

... “[A] avaliação é expressa em conceitos que variam de A a E, em escala decrescente, sendo que o A indica os cursos consolidados e o E, os cursos que não preenchem os requisitos mínimos para desenvolvimento de atividades de pós-graduação *stricto sensu*. O CN (curso novo) é atribuído aos cursos novos, o CR (curso em reestruturação) aos cursos em reestruturação e o SA ([curso] sem avaliação) (grifos do autor) aos cursos que não enviaram dados, ou os dados enviados foram considerados insuficientes” .

Visando ao **redimensionamento do universo**, o cruzamento das fontes (Brasil. MEC, 1995; CAPES, 1993, 1995a, 1995b) para identificação das avaliações atribuídas a cada um dos **1.685** cursos conduz à exclusão de **308** cursos cuja avaliação corresponde à notificação **CN** (114), **CR** (11), **SA** (19) e não recomendados (164) pelo então *Grupo Técnico-Consultivo* (GTC). A falta de conceitos impossibilita sua participação, resultando numa **população de 1.377 cursos**.

A **delimitação da amostra** segue estes passos:

- a) cruzamento do *Catálogo de cursos de mestrado e doutorado* (CAPES, 1993) com a publicação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, 1996), com o objetivo de inserir os **1.377** cursos listados e avaliados na classificação adotada por esse Conselho, pois o *Catálogo* alfabeta numa só ordem as áreas básicas, sem considerar o grupo temático;
- b) mapeamento de todos os cursos com base nos parâmetros: inserção regional; áreas do conhecimento; avaliação atribuída a eles pela CAPES;
- c) agrupamento dos cursos por três grandes áreas: *Ciências Humanas e Sociais* (CHS); *Ciências da Vida* (CV); *Engenharia, Ciências Exatas e da Terra* (ECET), somando 365, 664 e 348 cursos, respectivamente, dentre as cinco regiões e com conceitos de **A** a **E**.

A partir de então, observa-se a identificação de 60 estratos (**Quadro 1**), com base nos parâmetros antes enunciados. Isto é, há subgrupos sem representação. Exemplificando: inexistem cursos no Norte com conceito E, na área de CHS. O mesmo ocorre com CV, região CO, conceitos D e E; com ECET, Sul, conceito D e E etc. Por outro lado, como esses subgrupos são numericamente distintos, englobando, às vezes, um só curso e em outras, 282 cursos (**Quadro 2**), para garantir a homogeneidade quantitativa dos estratos, mantém-se o menor número de integrantes por subgrupo – **um**. Mediante a técnica de amostragem probabilística aleatória simples, sorteia-se um curso em cada um dos estratos, com a exclusão dos demais, o que resulta na **delimitação da amostra totalizando 60 cursos** (**Quadro 1**).

### Quadro 1

#### Identificação dos estratos\* - presença de cursos por região, área de conhecimento e conceito

Região	ÁREA DE CONHECIMENTO / CONCEITO															TOTAL N
	CHS					CV					ECET					
	A	B	C	D	E	A	B	C	D	E	A	B	C	D	E	
N		●	●	●		●	●	●			●	●	●		●	10
NE	●	●	●	●		●	●	●	●	●	●	●	●	●		13
CO	●	●	●	●		●	●	●			●	●	●	●		11
SE	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	15
S	●	●	●	●		●	●	●	●		●	●	●			11
Subtotais	4	5	5	5	1	5	5	5	3	2	5	5	5	3	2	
<b>Totais</b>	<b>20</b>					<b>20</b>					<b>20</b>					<b>60</b>

LEGENDA: \* O símbolo "●" indica a presença de um ou mais cursos nas condições descritas.

### Quadro 2

#### Identificação dos estratos

#### Número de cursos por região, área de conhecimento e conceito

Região	ÁREA DE CONHECIMENTO / CONCEITO																TOTAL		
	CHS						CV						ECET						
	A	B	C	D	E	TOTAL	A	B	C	D	E	TOTAL	A	B	C	D		E	TOTAL
N		1	2	2		5	1	8	2			11	2	3	2		1	8	<b>24</b>
NE	6	24	15	2		47	7	26	13	2	1	49	9	21	13	1		44	<b>140</b>
CO	9	10	6	1		26	4	2	4			10	4	4	2	2		12	<b>48</b>
SE	109	98	22	4	4	237	282	175	46	10	5	518	122	89	27	5	1	244	<b>999</b>
S	15	26	8	1		50	35	30	10	1		76	19	13	8			40	<b>166</b>
<b>Totais</b>	<b>139</b>	<b>159</b>	<b>53</b>	<b>10</b>	<b>4</b>	<b>365</b>	<b>329</b>	<b>241</b>	<b>75</b>	<b>13</b>	<b>6</b>	<b>664</b>	<b>156</b>	<b>130</b>	<b>52</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>348</b>	<b>1.377</b>

Dentre os 60 cursos sorteados, são 20 para cada uma das grandes áreas (CHS, CV e ECET), distribuídos nas regiões e com conceitos de A a E. Há primazia do *Sudeste* (SE), com 15 cursos, seguido do *Nordeste* (N = 13) e das regiões *Sul* (S) e *Centro-Oeste* (CO), ambas com 11. O *Norte* (N) apresenta o índice mais baixo (10). Os conceitos B e C mantêm o mesmo número de cursos, 15 cada, seguidos de perto pelo conceito A, com 14. O conceito D aparece 11 vezes, enquanto o E, apenas 5. Dentre eles, prevalecem os cursos de mestrado (52 ou 86,67%) em contraposição a 8 de doutorado (13,33%), vinculados a 26 instituições - 19 federais; 4 estaduais e 3 particulares - , distribuídas em 16 estados e 25 municípios, conforme **Quadro 3**.

No que concerne à distribuição por **áreas de conhecimento**, os cursos que compõem a amostra abrangem 38 subáreas, como descrito no **Quadro 4**. Quanto aos docentes, *a priori*, a amostra incorpora todos aqueles alocados em cada curso, totalizando **825**. Registra-se o retorno de 540 questionários (65,45%), remetidos ao longo de 1997, acrescentando-se que o instrumento de coleta, após traçar o perfil dos pesquisados, explora o conhecimento dos informantes sobre os conceitos dos "seus" cursos, além de mensurar quantitativamente o nível de familiaridade que mantêm com os critérios e a opinião que têm sobre sua aplicação. Solicita informações sobre a produção dos respondentes, restrita a artigos impressos e eletrônicos, recorrendo a perguntas abertas para conhecer até que ponto concordam com a relação entre produtividade e conceitos dos cursos, e os motivos de seu posicionamento.

**Quadro 3****Distribuição geográfica dos cursos sorteados para a amostra**

Região	Estado	Cidade
N [10]	AM ③	Manaus ③
	PA ⑦	Belém ⑦
NE [13]	AL ①	Maceió ①
	BA ②	Salvador ②
	CE ①	Fortaleza ①
	PB ⑤	Areia ② João Pessoa ①
	PE ④	Recife ④
	RN ②	Mossoró ① Natal ①
CO [11]	DF ⑦	Brasília ⑦
	GO ④	Goiânia ④
SE [15]	MG ①	Viçosa ①
	RJ ⑨	Niterói ① Rio de Janeiro ⑧
	SP ⑤	Piracicaba ①
		Ribeirão Preto ①
		S. J. do Rio Preto ① São Paulo ②
S [11]	PR ④	Curitiba ①
		Londrina ②
		Maringá ①
	RS ⑥	Porto Alegre ⑤ Santa Maria ①
SC ①	Florianópolis ①	

**Quadro 4****Distribuição dos cursos sorteados para a amostra por área e subárea**

CHS [20]	CV [20]	ECET [20]
Antropologia ①	Agronomia ③	Ciência da Computação ①
Arquitetura e Urbanismo ①	Biologia [Geral] ②	Engenharia Civil ②
Comunicação ①	Botânica ①	Engenharia de Produção ①
Direito ④	Ciência e Tec. de Alimentos ①	Engenharia de Transportes ①
Economia ①	Ecologia ③	Engenharia Elétrica ②
Educação ①	Farmácia ①	Engenharia Mecânica ①
Filosofia ③	Farmacologia ①	Física ②
História ①	Fisiologia ①	Geofísica ①
Letras e Linguística ③	Medicina ③	Geociências ②
Música ①	Microbiologia ①	Geologia ①
Plan. Urbano e Regional ②	Saúde Coletiva ①	Matemática ②
Sociologia ①	Zoologia ①	Probabilidade e Estatística ②
	Zootecnia ①	Química ②

Face à distribuição desigual de docentes entre os cursos, quando, por exemplo, alguns contam com apenas quatro e seis, e outros dispõem de até 28 e 30, a fim de verificar se a proporção de



questionários recebidos, proporcionalmente, está de acordo com o total de questionários enviados, aplicou-se o teste do  $\chi^2$  (qui quadrado), seguido de teste de aderência, procedimento frequentemente empregado na comparação dos resultados obtidos com as proposições esperadas, nas três situações – regiões geográficas, áreas e conceitos. Em todos os casos, como detalhado por Targino (1998), os resultados obtidos mostram que não há diferença estatisticamente significativa entre a distribuição dos questionários remetidos e a distribuição representada pelo retorno, o que valida os dados coletados.

Em termos genéricos, os sujeitos da pesquisa mantêm este perfil:

- sexo: masculino (72,78%)
- faixa etária: 40 a 49 anos (51,30%)
- nível acadêmico: doutorado (69,08%)
- tempo de serviço: + de 10 a 20 anos (39,07%)
- regime de trabalho: TIDE (82,04%)
- classe/nível: adjunto IV (53,46%)
- atividade predominante: ensino no mestrado e doutorado (99,63%)

### **3. Resultados e Discussão**

---

#### **3.1 Conhecimento dos conceitos atribuídos aos cursos**

A relevância da CAPES enquanto entidade-chave para a implementação, implantação e **avaliação** contínua dos cursos brasileiros de mestrado e doutorado parece inquestionável. Quando indagados sobre **o conceito atribuído ao “seu” curso**, dentre os 540 depoentes, só dois (0,37%) se omitem e sete (1,30%) admitem desconhecê-lo. Esta margem de acerto (**98,33%**) representa indício do acompanhamento do sistema de avaliação pelo docente. Para garantir a fidedignidade do estudo e reiterar o mencionado percentual de acerto, com base em documento recente (CAPES, 1998d), confrontam-se as menções dos 60 cursos quando da delimitação da amostra (**Quadro 1**) e as vigentes até julho de 1998, diante da inviabilidade de se comparar, com segurança, os conceitos em voga (CAPES, 1998h). Isto porque, não parece sensato confrontar letras com números, aliado ao fato do novo SAV acrescentar categorias, de cinco para sete, e sobretudo, de tais notas se referirem, agora, a programas de pós-graduação, e não mais a cursos de mestrado ou doutorado, isoladamente.

#### **3.2 Conhecimento e opinião acerca dos critérios da CAPES**

Um outro dado que corrobora o valor da avaliação da CAPES para o docente brasileiro é o índice também elevado de depoentes que afirma **conhecer os critérios adotados** para julgamento dos cursos. No cômputo global, são 286 (**52,97%**), embora outros 186 (34,44%) afirmem que este conhecimento é parcial. Só 60 (11,11%) admitem desconhecimento e a abstenção atinge 1,48%, o que corresponde a oito informantes. No estudo por **áreas** do saber, em todas as circunstâncias, o número dos que conhecem as diretrizes da CAPES é superior aos que têm informações parciais ou as ignoram. Diante das opções – sim, não, em parte, sem resposta –, os informantes das CHS, por exemplo, alcançam 47,73%; 15,15%; 35,61% e 1,51% respectivos, enquanto nas CV, os índices são de 55,25%; 11,87%; 31,97% e 0,91% e nas ECET, 53,97%; 7,41%; 36,51% e 2,11%. O estudo, via atribuição de **conceitos**, confirma as expectativas: há visível decréscimo quanto à familiaridade com os critérios da CAPES, à medida que os conceitos decrestem (salvo a categoria dos cursos C), o que pode ser indício de menor compromisso dos docentes que estão nos mestrados e doutorados de menções mais baixas ou até mesmo uma forma de defesa ante os resultados. Somando-se os que não conhecem e os

conhecem mais ou menos, para o grupo E tem-se 60%; para o D, 56,47%; para o C, 37,13%; para o B, 48,60% e para o A, 40,93%. Inversamente, os cursos A possuem o maior percentual para a resposta sim (59,07%), vindo C (58,33%); B (50,70%); D (43,53%) e E (36,67%). Há seis omissões no grupo C, o que vale 4,54%; uma no B (0,70%) e outra no E (3,33%).

A análise de dados por **região** geográfica confirma a “crença” de que os nordestinos e nortistas estão mais distantes da realidade dos órgãos de fomento. O Nordeste é a única região que atinge maior percentual para o conhecimento parcial (46,51%), seguido de perto pelo sim (44,19%), vindo então o não (7,75%) e as respostas em branco (1,55%). Os índices do Norte para quem conhece (45,20%) os parâmetros da CAPES e quem declara conhecimento parcial (32,88%) são relativamente próximos, somando 17,81% os que assinalam não e 4,11% os que se omitem. No S, CO e SE são 63,64%; 61,91% e 51,39% respectivos para os professores cientes dos critérios e 26,36%; 27,38% e 34,72% para os que têm conhecimento apenas em parte, em contraposição a índices baixos tanto para o não domínio dos parâmetros (10%; 8,33% e 13,20%) como para a não resposta, com 2,38% para o CO e 0,69% para o SE. No Sul, não há registro de abstenção. Decerto, tais dados têm muito a ver com a concentração do poder decisório em questões básicas para o desenvolvimento econômico e social brasileiro. Não obstante todos os esforços desenvolvidos nos últimos tempos pelo *Ministério do Planejamento e Orçamento* através de sua *Secretaria Especial de Políticas Regionais*, os programas governamentais continuam a beneficiar as regiões mais avançadas, além de pouco atentarem, na prática, para as peculiaridades regionais e estaduais, mormente no caso do NE. O “conglomerado” de nove estados idiossincráticos dificulta a fixação de padrões ideais para a região, sob um prisma rígido e inflexível.

Em termos concretos, são muitas as dificuldades do docente/pesquisador atuando no Norte e Nordeste. Em primeiro lugar, os projetos de pesquisa emergentes dessas regiões dificilmente são aprovados pelas agências de financiamento, recorrendo-se a indeferimentos deste teor: “*falta de tradição de pesquisa*”; “*número reduzido de mestres e doutores*”; “*centros de pesquisa com recursos incompatíveis às necessidades subjacentes à investigação científica*”; “*fontes informacionais deficientes*”, etc. Isto conduz à percepção de preconceitos implícitos quanto às entidades dessas regiões, como inatingíveis no papel de “*centros de excelência*”, embora tradição de pesquisa decorra da possibilidade de se pesquisar. Na teoria, a aferição de qualidade obedece a critérios preestabelecidos e imparciais, mas no dia-a-dia incorpora, de forma inconsciente, a escala de valores dos analistas, os quais, em sua maioria, estão ligados a universidades do Centro-Sul, contrariando as normas de universalidade e ceticismo sistemático, apregoadas por Merton (1973).

E mais, urge repensar a posição meritocrática, em que aos mestres e doutores é legado o manancial da inteligência humana, relegando-se a experiência vivenciada por profissionais sem a titulação máxima, mas com condições de executar trabalhos de qualidade. É possível observar indícios de que as agências começam a valorizar a formação profissional dos docentes, até mesmo quando a CAPES (1998g), em sua nova política de avaliação, concilia de forma mais nítida os tradicionais indicadores quantitativos com a ponderação de aspectos vinculados à dinâmica, às singularidades, às soluções originais de cada programa. De qualquer forma, é inconcebível a premissa de que o pesquisador nordestino e nortista são, necessariamente, de nível inferior, porque lhes falta titulação máxima, decorrência muitas vezes, de fatores externos, como a distância dos grandes centros e os salários que dificultam seu deslocamento. Seria o caso de, ao analisar projetos, artigos de periódicos, solicitações de auxílio para participação de congressos ou similares, dissertações, teses, etc., o parecerista se desnudar de idéias preconcebidas e efetivar julgamentos isentos de paixões regionais, guiado pelo bom senso, no sentido de assimilar que a localização física favorece a capacitação de recursos humanos, mas por si só não é determinante do mérito dos profissionais. Utilizar a titulação formal dos docentes como indicador de capacitação, como reconhecem

Guimarães, Caruso (1996), provém de uma tendência internacional, sobretudo norte-americana. Acredita-se que quanto mais doutores, mais capacitado o corpo docente da instituição. Só que, esses mesmos autores admitem que a proliferação de doutorados tem feito emergir docentes não produtores e, o que é mais grave, descolados e deslocados da realidade nacional.

Uma outra questão é a necessidade imediata de que as financiadoras repensem suas linhas de pesquisa, numa visão ampla de atendimento às necessidades regionais, sem perder de vista o todo nacional. O pesquisador, anteendo amplas perspectivas científicas no campo da pesquisa pura ou buscando solução a curto prazo para problemas específicos, não pode deixar de veicular nos seus projetos o contexto local. Porém, o que se observa é o cerceamento, cada vez mais acentuado, da liberdade do pesquisador, forçado a adequações artificiais a linhas de pesquisa, muitas vezes, exógenas às “*vocações*” regionais, como única forma de ter garantido financiamento para seus trabalhos e, o que é mais grave, para a sua pós-graduação. Como decorrência, a produção científica, não apenas no que se refere a artigos científicos, mas também a teses e dissertações, se nebuliza, cada vez mais, num imenso vazio teórico e grave distanciamento da realidade, o que contraria a idéia de que a ciência precisa estar comprometida com as necessidades individuais e coletivas, a fim de assegurar o seu papel social e político. Não há ciência neutra. Isto é consensual. Em contrapartida, são imprescindíveis mecanismos de controle social de sua produção e aplicação para que estes sirvam de suporte à discussão e orientem o que pesquisar, onde, para quem e para o quê, o que significa que não pode ser privilégio de um grupo restrito a definição de uma política nacional de desenvolvimento em C&T.

Todas essas observações têm respaldo mais que teórico. Quando solicitados para externar sua **opinião sobre as diretrizes da CAPES (Tabela 1)**, com a conseqüente possibilidade de ter sua resposta categorizada em várias alternativas, independente dos que admitem não ter referencial para discussão (7,41%), da significativa abstenção (30,74%) e de sérias críticas: “*critérios descontextualizados. Não levam em conta os problemas impostos aos cursos pelo próprio governo. Bons exemplos da arrogância e presunção estatal...*”, a bem da verdade, 237 dos 540 depoentes manifestam-se favoravelmente, mesmo antes da reformulação dos critérios. É o percentual mais alto obtido (43,89%), julgando-os, em linhas gerais, adequados ao contexto brasileiro, sem, porém, negar sua complexidade ou descartar a premência de revisões e ajustes, conforme estes depoimentos:

*“Acredito que a CAPES desenvolveu um modelo capaz de avaliar, com uma boa margem de segurança, os cursos brasileiros de pós-graduação. Pelos resultados que conheço, considero-os justos...” ou “os critérios em si são sérios, mas como qualquer processo de avaliação, são limitados: os dados extraídos a partir de formulários ‘frios’ são insuficientes para retratar uma realidade. Como conseqüência, há equívocos em série. O ideal seria que as visitas in loco fossem mais longas, permitindo uma análise mais profunda”.*

Entretanto, a observação cuidadosa da **Tabela 1**, sob o prisma da **localização geográfica**, denuncia fortes diferenças intra-regionais quanto ao nível de desempenho dos cursos de pós-graduação, como reconhecido pela CAPES (1998g, p.3), ao incluir dentre seus objetivos atuais, “*reduzir significativamente os desequilíbrios verificados entre as regiões do país e entre as áreas do conhecimento (grifos nossos)...*”. Em tal perspectiva, os dados comprovam a insatisfação dos nortistas e nordestinos. São eles que detêm os índices mais baixos (36,99% e 20,93%) para o item **adequação à realidade** e os mais altos para **desrespeito às regiões**, com expressivos 38,36% e 34,88%, respectivamente, em contraposição aos docentes do SE, com 4,17%.

**Tabela 1****Observações sobre os critérios de avaliação da CAPES por região**

Comentário	REGIÃO GEOGRÁFICA										TOTAL	
	N		NE		CO		SE		S		N	%
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
Adequação à realidade	27	36.99	27	20.93	33	39.29	63	43.75	87	79.09	237	43.89
Aplicação assistemática	9	12.33	21	16.28	13	15.48	6	4.17	34	30.91	83	15.37
Aplicação subjetiva/parcial	18	24.66	19	14.73	15	17.86	8	5.56	46	41.82	106	19.63
Desrespeito às áreas	6	8.22	16	12.40	12	14.29	21	14.58	19	17.27	74	13.70
Desrespeito às regiões	28	38.36	45	34.88	9	10.71	6	4.17	18	16.36	106	19.63
Detrimento do qualitativo	12	16.44	25	19.38	12	14.29	16	11.11	28	25.46	93	17.22
Ênfase excessiva na produção	12	16.44	3	2.33	7	8.33	28	19.44	4	3.64	54	10.00
Inadequação aos cursos novos	3	4.11	13	10.08	6	7.14	6	4.17	18	16.36	46	8.52
Tempo restrito para o discente	2	2.74	1	0.78	3	3.57	3	2.08	9	8.18	18	3.33
Sem referencial para discussão	7	9.59	13	10.08	3	3.57	10	6.94	7	6.36	40	7.41
Sem resposta	19	26.03	49	37.98	34	40.48	25	17.36	39	35.46	166	30.74
<b>Total de docentes</b>	<b>73</b>		<b>129</b>		<b>84</b>		<b>144</b>		<b>110</b>		<b>540</b>	

Cada respondente podia assinalar mais de uma opção - pergunta com resposta múltipla, não soma 100%.

Como conseqüência, são muitos os depoimentos nesta linha de pensamento: “os critérios desconhecem as regionalidades dos cursos e seus objetivos. Não contemplam com o devido valor o que é feito para a comunidade local. As avaliações são feitas não à comunidade científica, mas a grupos políticos que se perpetuam no poder (...). Em mais de 20 anos, meu curso jamais foi representado nos comitês da CAPES”. Para outros respondentes, também do Norte, alguns dos critérios são impostos, com base na realidade de regiões mais prestigiadas política e socialmente, fato que concorre para dificultar a avaliação de cursos situados em regiões de menor influência e força, o que corresponde a reconhecer que “existem nessas avaliações um grande poder político de pressão das grandes instituições do País...”. Um pesquisador nordestino, por sua vez, afirma: “...as políticas adotadas desprezam as singularidades regionais, o que leva a uma concentração cada vez maior de recursos (em todas as instâncias) no Sudeste e no Sul...”, e há quem defenda parâmetros regionais: “Em se considerando a diversidade regional existente em um país continental como o Brasil, os critérios adotados ficam a desejar, e o produto final não refletirá a verdadeira face e realidade acadêmica. Proponho a adoção de critérios regionais...”.

Outrossim, em qualquer comissão de avaliação, surgem vínculos entre os pares, graças ao convívio duradouro, o que conduz à perda gradativa de objetividade e imparcialidade, dificultando a relação entre órgão classificador e pesquisador. Como forma de contrabalançar tais tendências, diante da sugestão dos avaliadores internacionais (CAPES, 1998c, 1998g), a política ora implementada incentiva a admissão progressiva nos comitês de representantes de disciplinas afins ou de outro países da mesma disciplina. É provável que tal medida acentue a queixa dos docentes de que os critérios seguem **aplicação subjetiva/parcial/centralizada**, item que atinge o mesmo nível de **desrespeito às especificidades das regiões**, com 19,63% (Tabela 1).

Tal posicionamento provoca depoimentos que denunciam tanto a **aplicação assistemática dos critérios** (15,37%), como expressam o descontentamento diante da falta de atenção para as questões regionais, da manutenção dos mesmos grupos de consultores por longos períodos e de preconceitos arraigados. Para um dos professores, ironizando a expressão “nova comissão”, “os critérios parecem adequados embora possam, talvez, ser melhorados, para que não sejam passíveis de interpretações pessoais por membros de cada nova (?) comissão de avaliação. Percebe-se, por vezes, o preconceito (grifos do autor) dos membros, que acham que cursos A devem ser idênticos, independente da

região”. Um outro afirma que há contradições nas avaliações finais de ano para ano, o que comprova a inexistência de acompanhamento e supervisão sobre o avaliador e seus pareceres. Em sua opinião, “*esse fato é grave e permite ‘furos’ entre avaliações e avaliadores*”, o que reforça as afirmações ora transcritas: (1) “*Aparentemente, os critérios adotados são subjetivos e, em geral, contemplam sistematicamente aqueles cursos privilegiados pela localização geográfica e política, com maior facilidade de intercâmbio, densidade política e populacional...*”; (2) “[Os critérios] têm sido continuamente subjetivos e as regras do ‘jogo’ são coordenadas por cartéis científicos do Sudeste. Têm melhorado com a utilização de uma avaliação mais objetiva e quantitativa (grifo nosso).”

Aliás, a quantificação que aparece na última fala como ponto positivo, pois, no dizer de um dos pesquisados “*...confere [aos critérios] objetividade e, até certo ponto, reprodutibilidade...*”, paradoxalmente, é uma das alternativas que recebe numerosas críticas, ocupando o **detrimento do elemento qualitativo** o quarto lugar (17,22%) na soma global da **Tabela 1**. Até mesmo o relatório da avaliação internacional da CAPES (1998c, p. 3) aponta a “*...ênfase exagerada em avaliações quantitativas versus análises qualitativas*” como um tópico a ser revisto. De fato, a atual base conceitual torna o sistema mais flexível, aliando os parâmetros quantitativos a padrões de qualidade, de forma a estimular e valorizar alternativas mais adequadas aos programas de pós-graduação (CAPES, 1998b). Para muitos pesquisados, os parâmetros “*...são demasiadamente quantitativos e insuficientemente qualitativos*”. Julgamentos baseados na produção quantitativa docente e discente, no tempo de produção de teses, no número de alunos que ingressam e evadem, no número de alunos que defendem tese, no número de terminais de computadores, etc., “*...estão levando a uma baixa de qualidade crescente com repercussão ampla. Nos recentes concursos das universidades, por exemplo, doutores jovens, ‘cometas’, contratados como recém-doutor, pesquisador visitante, etc., demonstraram ser doutores de ‘uma tese só’, sem qualificação para a docência...*”, na visão de um entrevistado sulista das CHS.

Confirmando a busca de aperfeiçoamento, a CAPES (1998a, 1998b, 1998f, 1998g), ao enfatizar critérios distintos para áreas distintas, atenta para as singularidades dos campos do saber e, sobretudo, escuta as reivindicações dos pesquisadores nacionais. O exame dos **comentários livres sobre seus critérios**, considerando a variável **área** de conhecimento (**Tabela 2**), confirma a insatisfação dos profissionais diante do que chamam **desrespeito às singularidades das áreas**. O pessoal do campo tecnológico denuncia o “*descalabro*” que é usar os mesmos parâmetros para cursos com características “*profissionais*” e “*acadêmicas*”. As financiadoras, impregnadas por um “*academicismo exacerbado*”, enfatizam “*...sobremaneira a produção científica em detrimento da produção tecnológica, o que é muito ruim para um país como o Brasil, com a ressalva de que nem sempre a elaboração de papers é indicador da contribuição do curso para o progresso da região*”.

Assim, é o docente das ECET (**Tabela 2**) quem mais reclama do **desrespeito às especificidades das áreas** (17,99%), **detrimento do qualitativo** (19,58%), do **valor “exagerado”** que se dá à **produção de artigos** (17,46%). São dele afirmações similares a que segue:

*todo e qualquer critério sempre gera polêmica (...). Penso que os atuais critérios levam em conta de forma exagerada (grifo do autor) a questão da publicação de artigos em termos puramente quantitativos. Acho que também se deveria dar ênfase ao desenvolvimento de trabalhos de natureza prática, como implantação de sistemas de geração de energia a partir de fontes alternativas. Trabalhos em parceria com o setor produtivo também deveriam ter maior peso...*

porquanto a intrínseca relação entre ciência e tecnologia é consensual dentre autores, como Ziman (1979, p. 83), para quem:

*O ensino científico tem por finalidade a pesquisa; o tecnológico, a prática. Mas no final não há grande diferença entre os dois. Velhas tecnologias são modificadas pelo acréscimo de novos e*

*vastos conhecimentos científicos; velhas ciências passam a ter tantas aplicações práticas que aqueles que se diplomaram nelas passam a ser, de fato, tecnologistas.*

**Tabela 2**

**Observações sobre os critérios de avaliação da CAPES por área de conhecimento**

Comentário	ÁREA DE CONHECIMENTO						TOTAL	
	CHS		CV		ECET			
	N	%	N	%	N	%	N	%
Adequação à realidade	54	40.91	105	47.95	78	41.27	237	43.89
Aplicação assistemática	29	21.97	27	12.33	27	14.29	83	15.37
Aplicação subjetiva/parcial	32	24.24	40	18.27	34	17.99	106	19.63
Desrespeito às áreas	18	13.64	22	10.05	34	17.99	74	13.70
Desrespeito às regiões	22	16.67	48	21.92	36	19.05	106	19.63
Detrimento do qualitativo	24	18.18	32	14.61	37	19.58	93	17.22
Ênfase excessiva na produção	3	2.27	18	8.22	33	17.46	54	10.00
Inadequação aos cursos novos	15	11.36	16	7.31	15	7.94	46	8.52
Tempo restrito para o discente	5	3.79	8	3.65	5	2.65	18	3.33
Sem referencial para discussão	14	10.61	13	5.94	13	6.88	40	7.41
Sem resposta	36	27.27	70	31.96	60	31.75	166	30.74
<b>Total de docentes</b>	132	-	219	-	189	-	540	-

Cada respondente podia assinalar mais de uma opção - pergunta com resposta múltipla, não soma 100%.

A esse respeito, um outro respondente insiste que os parâmetros em vigor, à época, tratam profissões distintas como iguais, mesmo quando dentro de uma mesma área, há estudos que demandam mais tempo, mais pessoal, mais recursos materiais, equipamentos mais sofisticados, mais tempo. Para ele, “[os conceitos] são tendenciosos, pois desprezam as singularidades de cada área. No caso específico de desenvolvimento urbano, que exige interface muito forte com o ‘mundo real’, muitas vezes, a gente não consegue explicitar a produção nos moldes tradicionais, ou melhor dizendo, a CAPES chega a considerá-la acientífica.” Entretanto, há professores das CHS (13,64%) e das CV (10,05%), que também acusam a CAPES de não atentar para o “mundo secreto” de cada campo, a exemplo de alguém, para quem

*“...a comunicação social e as artes em geral, embora inseridas na academia, por sua natureza, necessitam de critérios e tratamentos diferenciados, que contemplem suas especificidades. A questão da titulação e do notório saber deve ser pensada com cuidado e carinho. Publicações científicas, idem”.*

A **inadequação aos cursos novos**, no total, alcança 8,52%, conseguindo seu máximo dentre o pessoal das CHS, com 11,36%. Uma avaliação feita em estágio muito inicial acarreta equívocos. Qualquer programa de pós-graduação requer um tempo relativamente longo para se impor dentro da comunidade na qual está inserido, através de ações de longo alcance, tais como produção de artigos de periódicos e sua divulgação em veículos com credibilidade; editoração de revista técnico-científica; participação em eventos científicos nacionais e internacionais; pronunciamento de conferências e palestras; intercâmbio com outros institutos de pesquisa e IES. Assim, a atitude da CAPES (1998c, 1998g) em avaliar os novos cursos no ciclo de três anos após a sua implementação confirma os anseios da comunidade, até porque há, ou pelo menos havia, certa flexibilidade na criação de novos cursos, sem muitas exigências quanto aos recursos humanos (não apenas docentes, mas pessoal técnico-administrativo), recursos materiais e financeiros disponíveis e quanto à infraestrutura dos órgãos, incluindo acervos, acesso a redes eletrônicas de informação, laboratórios, etc.

Considerando-se as **menções** recebidas pelos cursos que compõem a amostra (**Tabela 3**), lembrando a possibilidade de marcar mais de uma alternativa, os cursos nota A, como natural, declaram maior grau de satisfação (48,32%) com os critérios, haja vista que obedecem a pré-requisitos mais rígidos (CAPES, 1994). Seguem valores próximos para os grupos B (45,14%) e C (43,18%). A maior abstenção (40,27%) pertence, inesperadamente, também à classe A. O total de 43,33% dos docentes dos cursos E os definem como adequados à realidade nacional, percentual superior aos D (35,29%). Mas, os índices mais significativos para as alternativas: **aplicação subjetiva/parcial** (33,33%); **desrespeito às áreas** (20%); **inadequação aos cursos novos** (23,33%) e **tempo restrito para o discente** (10%) pertencem à categoria E, que atinge 23,33% no item **aplicação assistemática** e 20% para **desrespeito às regiões**. Daí, as falas mais contundentes emergirem de professores atuando nesses cursos, como exemplificado: (1) “*Os parâmetros não espelham a situação dos cursos. Muitos são mal interpretados pelas comissões de análise, ou são manipulados politicamente pelas mesmas. Os cursos não têm uma idéia clara de como as informações fornecidas são analisadas...*”; (2) “[*Os critérios*] são interessantes. Têm passado por um processo de aperfeiçoamento através do trabalho da comunidade científica. Mas, endogenia, autoritarismo, subjetivismo e parcialidade ainda caracterizam a avaliação...”.

**Tabela 3**

**Observações sobre os critérios de avaliação da CAPES por conceito**

Comentário	CONCEITO										TOTAL	
	A		B		C		D		E		N	%
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
Adequação à realidade	72	48.32	65	45.14	57	43.18	30	35.29	13	43.33	237	43.89
Aplicação assistemática	21	14.09	24	16.67	10	7.58	21	24.71	7	23.33	83	15.37
Aplicação subjetiva/parcial	21	14.09	27	18.75	21	15.91	27	31.77	10	33.33	106	19.63
Desrespeito às áreas	24	16.11	23	15.97	18	13.64	3	3.53	6	20.00	74	13.70
Desrespeito às regiões	24	16.11	35	24.31	25	18.94	16	18.82	6	20.00	106	19.63
Detrimento do qualitativo	25	16.78	27	18.75	28	21.21	12	14.12	1	3.33	93	17.22
Ênfase excessiva na produção	9	6.04	18	12.50	17	12.88	10	11.77	5	16.67	54	10.00
Inadequação aos cursos novos	15	10.07	7	4.86	16	12.12	1	1.18	7	23.33	46	8.52
Tempo restrito para o discente	4	2.69	4	2.78	3	2.27	4	4.71	3	10.00	18	3.33
Sem referencial para discussão	12	8.05	12	8.33	9	6.82	6	7.06	1	3.33	40	7.41
Sem resposta	60	40.27	44	30.56	30	22.73	25	29.41	7	23.33	166	30.74
<b>Total de docentes</b>	<b>149</b>	-	<b>144</b>	-	<b>132</b>	-	<b>85</b>	-	<b>30</b>	-	<b>540</b>	-

Cada respondente podia assinalar mais de uma opção - pergunta com resposta múltipla, não soma 100%.

O exposto até então permite deduzir que há uma série de acertos e desacertos que permeiam a relação do pesquisador brasileiro com a CAPES, o que a torna complexa, mas inevitável. Complexa, diante de posições radicais a favor ou contra, logo, parciais, reafirmando a fala de Castro (1998), quando diz que o ser humano tende a (re)agir de conformidade com seus interesses atendidos ou contrariados. Inevitável, não apenas para distribuir “*puxões de orelha*” ou recompensas, mas porque a avaliação é um elemento intrínseco ao binômio ensino X aprendizagem, cuja meta básica é trazer a qualidade para o centro das preocupações. A avaliação não é o mero exercício do poder de julgar, mas um processo em que avaliando e avaliador crescem em termos qualitativos. Inevitavelmente, o processo de avaliação é polêmico e difuso. Suas possibilidades, variadas e numerosas. Métodos ortodoxos ou heterodoxos. Não importa. Os aspectos subjetivos envolvidos dão, sempre, margem a contradições e a descompassos de toda ordem. Daí, nenhum recurso avaliativo ser capaz de suprir as

expectativas de todos, sobretudo num país em que riqueza e pobreza absoluta desenham uma malha intrincada de relações e conflitos, dentro de um panorama de desníveis gritantes. Porém, o referencial teórico alusivo à base conceitual do SAV vigente (CAPES, 1998a,1998b, 1998f), indica que se está no “*caminho certo*”: a maior parte das críticas ora relatadas constitui objeto de mudança, o que não é mera coincidência, mas indício de que têm fundamento.

Resta, pois, à CAPES atuar como classificador, mas fundamentalmente, como órgão de acompanhamento, mais próximo das IESs e “*menos punitivo*”, a fim de ouvir a comunidade acadêmica, evitando colocações daqueles que acreditam que a “*CAPES com sua ‘panelinha’ só vem para ferrar os cursos que não estão nos ‘centros de excelência...*”. Ao docente/pesquisador cabe seguir um caminho ético, sem concessões que firam suas crenças e ideais. É preciso não se emaranhar na rede existente de interesses, quando, conforme palavras duras de Parsonson (1993), os acadêmicos comportam-se ora como os cães de Pavlov, salivando ante o som da campainha do “*dono*”, ora como crianças que correm atrás da carrocinha de sorvete, sem escrúpulos, sem pudor, sem noção do ridículo, com o único intuito de agradar aos órgãos de fomento e conseguir bolsas, viagens, indicações em comitês, bancas, comissões editoriais, etc.

### **3.3 Conceito e produtividade – estímulo ou coerção?**

#### **Concordância com a relação avaliação X produção**

Diante da formulação da **Hipótese “A avaliação atribuída aos cursos de pós-graduação pela CAPES relaciona-se com grau de produção de artigos de periódicos científicos impressos pelo docente/ pesquisador brasileiro, nesta perspectiva: os cursos com menção A os produzem mais do que os de menção B, estes mais do que os de menção C e assim sucessivamente”**, quando **indagados acerca de sua concordância ou discordância**, 261 (48,33%) dos sujeitos assinalam a alternativa em parte, vindo em segundo lugar, a opção concorda, com 159 ou 29,45%, em terceiro, discorda (91 ou 16,85%) e bem aquém, o item indiferente (17 ou 3,15%), sendo que 12 (2,22%) deixam a resposta em branco. A prevalência dos que assumem, em termos amplos, uma posição parcial revela, de imediato, a dificuldade de uma resposta conclusiva para o enunciado, pois envolve uma diversidade de fatores, tais como desnível entre regiões e instituições, distinção entre profissões e especialidades e diferenças entre os indivíduos. Há quem veja a produção científica como “*espelho*” do estágio dos cursos de pós-graduação, acreditando que “*...se os professores publicam pouco, isto significa má qualidade do curso...*”.

Outros adotam posições opostas, como a do professor que reconhece a avaliação como imprescindível, mas confessa sua alegria em não publicar, ao manusear os anais de um congresso nacional de certa área, onde em “*...meio a poucas coisas de valor, estava um monte de artigo babaca, repetitivo, sem valor algum (...). Graças a Deus! Não aderi a esta tendência de produção ‘científica’ em massa, induzida pelos órgãos fomentadores de pesquisa, o que faz com que a produção caia vertiginosamente de qualidade em busca de se colocar o curso de origem na categoria A ....*”. Ora, em termos teóricos, a produção bibliográfica constitui somente um conjunto de indicadores a exemplo do corpo discente e dos recursos humanos em geral, alcançando pesos distintos segundo as características do produto (CAPES, 1998a, 1998f), o que não significa propósito explícito de induzir ou pressionar.

Em se tratando do estudo por **região** geográfica, todas guardam a ordem dos resultados gerais no que concerne às três primeiras colocações, com pequenas variações nas duas últimas. Assim, **em parte** tem a preferência da maioria dos docentes do SE (52,08%); NE (50,39%) e CO, com exatos 50%, e alcança 46,57% e 40,91%, respectivamente no N e S. Enquanto isto, os valores para os que



concordam com a afirmativa contida na referida hipótese são de 38,18% (S); 34,25% (N); 29,76% (CO); 27,13% (NE) e 22,22% (SE). Para os que discordam, os índices são: 20,14% (SE); 18,18% (S); 17,83% (NE); 13,70% (N) e 10,72% (CO). Dentre estes, estão respostas veementes, como: “concordar é assumir uma visão bitolada, baseada em modelos externos”, ou segundo outro, que enfatizando mais uma vez as desigualdades regionais, argumenta que a produção está vinculada “...à massa crítica inteligente, a bons projetos, à interação pesquisador X equipe de alunos, tudo o que existe no Nordeste...”, mas, essencialmente, está atrelada à infra-estrutura adequada, a condições condignas de trabalho, a equipamentos modernos, a recursos de toda ordem, e sobretudo, “...ao apoio governamental, negado de imediato, sem cuidados e maiores reservas, apenas quando se vê que não se trata de um ‘uspiano’ da vida ou de um curso classe A...”. No caso das alternativas indiferente e sem resposta, os índices são sempre baixos, o que revela a preocupação do pesquisador com tais questões. No CO, há coincidência, com 4,76% para cada uma delas. A abstenção supera a indiferença: 4,11% contra 1,37%, no N; 3,10% contra 1,55%, no NE. No Sul, só um docente não responde (0,91%) e dois se declaram indiferentes (1,82%), sem registro de omissão no SE, onde oito indivíduos preferem o item indiferente (5,56%).

Sob o prisma das **áreas** de conhecimento, todas mantêm a seqüência dos primeiros lugares: em parte (CV = 50,69%; ECET = 49,21%; CHS = 43,18%); concorda (CHS = 32,58%; ECET = 30,69%; CV = 26,48%); discorda (CHS = 19,70%; CV = 17,35%; ECET = 14,29%). Indiferente está à frente da abstenção nas CV e CHS, com 4,11% e 1,37% no caso das CV; 3,03% e 1,51% nas CHS, mas está aquém, nas ECET, com 2,11% contra 3,70% de sem resposta. Vale a pena transcrever a opinião de alguém de desenvolvimento urbano e regional, que evidencia a distinção das áreas e, ao mesmo tempo, reforça a relação dialética e interativa entre ciência e sociedade. Se a ciência serve de fonte de inspiração para as transmutações sociais, recebe dessa mesma sociedade *feedback* contínuo que a obriga a rever posições e rumos: “... a produção universitária prioriza o produto destinado à própria academia e/ou só à academia. O que é produzido para a sociedade – cartilhas, folders etc. – é desvalorizado e considerado ‘folclórico’, anticientífico. Isto significa julgamento precário em que a essência é desvalorizada e o suporte físico é priorizado... É a elitização da produção acadêmica e científica... É o distanciamento da universidade... É a universidade dando as costas para a comunidade...”, indo de encontro aos que pensam a universidade como reflexo da sociedade.

Quanto aos **conceitos** atribuídos aos cursos, de forma similar, a ordem é mantida, salvo a categoria E que alcança 13,33% para os indiferentes, superando os que estão contra ou a favor:

	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>
em parte	50,34%	54,17%	48,48%	35,29%	46,67%
concorda	30,20%	30,56%	25,00%	32,94%	30,00%
discorda	13,42%	13,19%	19,70%	28,24%	6,67%
indiferente	4,70%	0,69%	2,27%	2,35%	<b>13,33%</b>
sem resposta	1,34%	1,39%	4,55%	1,18%	3,33%

A complexidade da hipótese em discussão justifica a abstenção de grande parte dos professores, no momento de explicar o **porquê do posicionamento** – 231 (42,78%) do total de 540. Dentre os **309** restantes, no geral, lembrando que podiam se manifestar livremente, o que resulta em sua inclusão, com frequência, em mais de uma categoria, 99, isto é, 32,04% classificam a produção como **parâmetro máximo no processo avaliativo**, mesmo sem ser o único. Para eles, o nível da pós-graduação está atrelado à produção científica. A qualidade da pesquisa, expressa na divulgação regular de artigos, reflete diretamente na qualidade dos recursos humanos formados, o que respalda esta longa declaração:

*Todo curso universitário e, principalmente, o de pós deve fundamentar-se na produção e na pesquisa. A ausência de produção reduz qualquer esforço em mediocridade. Não é admissível um curso sem ao menos produzir artigos científicos. Se isso não acontecer, o corpo docente perde consistência e credibilidade, num mundo moderno que possui como característica a dinâmica do conhecimento (...). Outros fatores devem ser levados em conta, mas a produção como critério mensurável é valiosa para estabelecer o nível de qualidade de alunos e professores...*

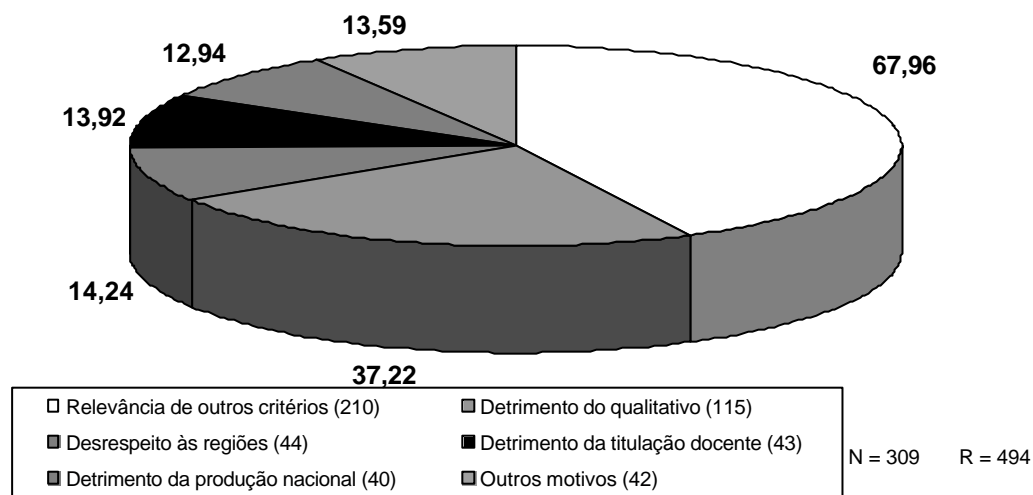
Prosseguindo a análise das colocações que enfatizam o lugar privilegiado do artigo na comunicação científica, outros 66 (21,36%) informantes colocam a produtividade como **dever** do pesquisador com a sociedade, conforme palavras textuais: “...o fator de notoriedade maior de um programa de pós-graduação é a quantidade de artigos científicos publicados pelo seu corpo docente e discente, devendo, entretanto, a instituição avaliadora atentar para a qualidade da produção, a fim de julgar sua utilidade na geração de novas tecnologias para a agropecuária ou setor primário em geral, como contribuição e retorno aos investimentos do governo para a pós (...). Produzir resultados e divulgá-los é o retorno mínimo que o pesquisador pode dar à sociedade que o financia”. Na mesma linha de pensamento, 51 (16,50%) dizem que os critérios da CAPES são **adequados à realidade**, de tal forma que esperar que os melhores cursos produzam mais do que os de menção D e E, por exemplo, é atitude inevitável.

Por outro lado, mesmo entre os concordantes, há dispersão considerável na hora da justificativa de seu posicionamento, com respostas difusas, entre as quais se destacam só mais duas categorias que aparecem, posteriormente, entre os que concordam só parcialmente ou discordam. É o caso de 49 (15,86%) que julgam uma **decorrência “natural” da divisão de riquezas do País**, ou seja, recorrem à regionalização para consolidar sua posição. A alternativa **desrespeito às particularidades das áreas** é citada por 45 entrevistados (14,56%). Para eles, há campos de conhecimento que, por sua natureza, geram um número maior de periódicos e de artigos, corroborando Meadows (1998), quando sustenta que as ECET e CV, em termos genéricos, crescem mais do que as CHS, as quais têm no livro, seu canal de disseminação mais comum. Ao mesmo tempo que concorda com esse teórico, Castro (1997, p. 128) diz que o pesquisador brasileiro adota as tendências universais. Acompanha o apogeu ou declínio das áreas, não obstante visível dissonância das CHS. Estas incorporam quase 40% dos pesquisadores nacionais, mas paradoxalmente, “*nelas são escassas as publicações brasileiras em periódicos internacionais, colocando o Brasil três vezes abaixo da média mundial para a área*”.

Ainda tomando por base os 309 depoentes, mas agora categorizando só as 494 respostas que **expressam** algum **nível de discordância** (**Figura 1**), 210 (67,96%), de forma mais ou menos explícita, colocam a necessidade de se encarar a produção de artigos de periódicos científicos, independente da menção atribuída pela CAPES, apenas como **um dos parâmetros de avaliação**, e não como o elemento principal. Aliás, essa agência não superdimensiona, em momento algum, a produção científica como indicador decisivo no processo avaliativo. Ao contrário, valoriza como pontos relevantes para o sucesso de um programa de pós-graduação, políticas acadêmicas e institucionais bem definidas; a formação, adequação, dedicação e dimensão do corpo docente; o fluxo de alunos; a elaboração de dissertações e teses; a qualidade da formação oferecida; o intercâmbio com outras entidades; a organização de eventos de âmbito nacional e internacional, etc.

O segundo lugar, com 115 pontos ou 37,22%, refere-se à preocupação com o **aspecto qualitativo**. Admitir como verdadeira a relação conceito *versus* produtividade é aceitar pacificamente a “*indústria da pesquisa de papéis*”, em que a investigação científica substitui seu objetivo máximo – busca de respostas para um problema determinado –, pela produção meramente quantitativa de

artigos e *papers*, com a intenção primordial de garantir pontos para ascensão profissional, conceitos mais elevados para os programas de pós-graduação e concessão de benefícios. A este respeito, Parsonson (1993, p. 16) alerta para o distanciamento gradativo do pesquisador dos problemas “*reais*”. Enquanto as nações carecem de respostas para enfrentar a competitividade advinda da globalização, “...os cientistas permanecem em suas torres de marfim, produzindo, compulsivamente, papers, em acessos de masturbação mental...”. Na verdade, vários dos entrevistados denunciam a “*indústria de produção*” como nociva para o progresso da ciência. O pesquisador acaba transferindo para a elaboração de “*novos*” artigos um tempo precioso em que poderia se dedicar à solução de questões de ordem social, cultural, econômica e tecnológica: “...é o mesmo trabalho publicado em diferentes revistas com diferentes títulos; é o mesmo trabalho que mediante alterações mínimas ganha nova ‘roupagem’; é o mesmo trabalho que aparece com autores em uma ordem diferente a cada congresso...”, conforme uma mestra.



Cada respondente podia assinalar mais de uma opção - pergunta com resposta múltipla, não soma 100%.

**Figura 1**  
**Motivos de discordância diante da relação entre**  
**avaliação dos cursos x produção do docente/pesquisador**

Enquanto isto, 44 (14,24%) sujeitos sustentam ser impossível defender uma relação direta conceito X produção, diante do **gap existente entre as regiões brasileiras**, como discutido. A ênfase excessiva à produção em **detrimento da titulação dos professores** vem a seguir com 43 pontos (13,92%) e a primazia que é dada pelos órgãos de fomento aos periódicos estrangeiros e à indexação internacional em **detrimento da produção nacional** alcança 12,94% de adesão dentre 40 das unidades amostrais. **Outras alternativas** – atrasos permanentes no processo de editoração; aplicação assistemática dos critérios de avaliação; inadequação dos parâmetros da CAPES à vida nacional; desrespeito às particularidades das áreas – são citadas de forma diluída, somando 42 pontos ou 13,59% (**Figura 2**), dentre os motivos que dificultam a relação direta entre conceito atribuído e produtividade do pesquisador.

## Produção de artigos de periódicos científicos impressos

No que diz respeito à análise estatística da produção científica *versus* conceito dos cursos, à primeira vista (Tabela 4), no caso dos **artigos de periódicos científicos impressos**, os cursos A alcançam, em termos absolutos (835) e em média (5,60), posição superior a todos os demais, sobretudo em relação aos de conceito E, embora os D, em termos médios, superem os de categoria B e C. Por outro lado, a não produção em todos os grupos constitui resultado esperado, diante da força do *publish or perish* no Brasil, apesar da resistência dos que se negam a ter um compromisso com a “*pesquisa produtora de papel*”. Optam por uma seleção rigorosa quanto à qualidade ou por ações conjuntas com grupos sociais marginalizados em contraposição à “*operação ‘caça às bruxas’, em moldes similares àqueles da Idade Média, praticada, há algum tempo, pelos órgãos administrativos e de fomento*”, segundo um dos depoentes.

**Tabela 4**

**Avaliação de cursos x produção de artigos científicos impressos – 1994/1996**

CONCEITOS	ARTIGOS CIENTÍFICOS IMPRESSOS					
	Média	Desvio Padrão	Máximo	Mínimo	Total artigos	Total docentes
A	5.60	6.69	50	0	835	149
B	4.82	4.70	25	0	694	144
C	5.33	6.89	50	0	704	132
D	5.51	5.59	30	0	468	85
E	2.63	5.46	30	0	79	30
<b>TOTAL</b>	<b>5.15</b>	<b>6.05</b>	<b>50</b>	<b>0</b>	<b>2.780</b>	<b>540</b>

Ao contrário do que pode se pensar, esses professores não são poucos e ganham espaço, com posicionamentos como este:

*“dentre os critérios de avaliação, o que mais me aborrece e me indigna é o da produção científica (...). As pessoas tendem a publicar qualquer ‘porcaria’, simplesmente porque a CAPES virá avaliar o curso e quer ver números (...). É preciso que se entenda que muitas teses não geram resultados publicáveis e nem por isso deixam de ter validade (...), nem denigrem a qualidade do curso. Acho que a produção é o mais ‘furado’ de todos os critérios, razão pela qual me nego a entrar neste ‘circulo’. Não publico, nem quero publicar, para não repetir o que muitos têm feito: muitas vezes, trata-se de um só artigo, repetido à exaustão, ‘travestido’, resumido, acrescido...”*

E, de fato, é preocupante que docentes brasileiros publiquem até 50 artigos **científicos**, em três anos, com o agravante de que isto se dá em dois grupos – A e C.

Outrossim, diante da proximidade dos índices e dos desvios padrões elevados (Tabela 17), recorre-se à análise de variância (Teste ANOVA) para comprovar a existência de diferenças significativas entre as médias dos cinco grupos. Estabelece-se como hipótese nula, a igualdade entre os grupos comparados ( $H_0: 0_A = 0_B = 0_C = 0_D = 0_E$ ) e como hipótese alternativa ( $H_1$ ) a de que os mesmos são diferentes entre si. Aplicado o Teste, a comparação entre os grupos, no **cômputo geral**, conduz à confirmação de  $H_0$ , pois ao valor de  $F = 1,726$  corresponde uma probabilidade ( $p$ ) de 0,143, portanto, maior que o nível de significância fixado (0,05). Para **comparação grupo a grupo**, realiza-se teste para duas médias, supondo variâncias populacionais desconhecidas e o mesmo nível de significância. O confronto dos cursos menção A em relação aos B, C e D confirma a  $H_0$ , com resultados respectivos  $p = 0,1234$ ,  $p = 0,3696$  e  $p = 0,4582$ , todos maiores que 0,05. Entretanto, A em

relação a E ( $p = 0,0112 < 0,05$ ) rejeita  $H_0$  e confirma  $H_1$ . De forma idêntica, no caso do grupo **B**, só há diferença estatística com os cursos E:

$H_0: 0_B = 0_C$	$H_0: 0_B = 0_D$	$H_0: 0_B = 0_E$
$H_1: 0_B \neq 0_C$	$H_1: 0_B \neq 0_D$	$H_1: 0_B \neq 0_E$
$p = 0,2382 > 0,05$	$p = 0,1588 > 0,05$	$p = 0,0120 < 0,05$

Através de procedimentos idênticos, em se tratando do **C** em relação a D e a E, a hipótese de nulidade só não é aceita para os cursos E, ocorrendo o mesmo no caso de D *versus* E:

$H_0: 0_C = 0_D$	$H_0: 0_C = 0_E$	$H_0: 0_D = 0_E$
$H_1: 0_C \neq 0_D$	$H_1: 0_C \neq 0_E$	$H_1: 0_D \neq 0_E$
$p = 0,4200 > 0,05$	$p = 0,0224 < 0,05$	$p = 0,0162 < 0,05$

Tais resultados reforçam a precariedade da categoria E e a premência de um mecanismo para acompanhar a implementação das recomendações dos avaliadores, tal como o relatório conciso de *follow-up* a ser apresentado a cada ano pelos programas junto à agência de fomento, como sugerido pelos analistas do sistema de avaliação da CAPES (1998c). São providências que amenizam a idéia de que conceitos baixos representam punição, como alguns sujeitos da pesquisa insinuam. Para eles, há um ciclo vicioso, em que pesquisadores com alto potencial, mas atrelados a IES de pequeno porte permanecem excluídos dos “prêmios” oficiais, sentem-se castigados e marginalizados, quando, “...em hipótese alguma, a avaliação poderia ser utilizada para a penalização (corte de recursos e bolsas)”. Em posição oposta, “...deveria servir, sempre, para estimular o pesquisador a caminhar em busca de soluções diante das questões brasileiras, regionais ou locais...”, pois, conforme uma outra assertiva, “...nem sempre há uma relação estreita entre os critérios anunciados, a avaliação feita e o conceito atribuído”.

### Artigos de periódicos científico-eletrônicos

Teóricos, como Meadows (1998) e Ziman (1979), posicionam a comunicação científica como a essência da ciência, admitindo formas diversificadas e concomitantes. Na sociedade atual, a revolução do conhecimento, de que fala Toffler (1993, p. 447), faz com que os cientistas tentem vencer a hipervelocidade das mudanças que tornam os resultados de seus trabalhos obsoletos mais depressa, recorrendo a “...novos instrumentos tecnológicos e organizacionais para acelerar a pesquisa científica e o desenvolvimento”, ou seja, à comunicação eletrônica, com ênfase para a produção dos periódicos eletrônicos, objeto de estudo de Clement (1994); Cronin, Overfelt (1995); Harnad (1994); Harrison, Stephen (1995); Lancaster (1995); Mueller (1994) e Okerson (1992).

Assim, como informação que visa mensurar até que ponto ameaçam a hegemonia dos periódicos tradicionais, repetem-se os mesmos procedimentos para eles. Não obstante a surpresa de alguém que publicou, de 1994 a 1996, **10 artigos eletrônicos**, a produção global – 59 artigos, que correspondem à média global ínfima de 0,11 para 540 docentes, com melhor desempenho para os cursos B (**Tabela 5**) –, confirma os autores referendados, quando da discussão das vantagens e desvantagens desse tipo de periódico, com destaque para Lancaster (1995); Mbambo (1995) e Tonta (1995). Todos concordam com a potencialidade do periódico eletrônico, mas o visualizam como solução complementar na realidade atual, ante problemas diversificados, incluindo aspectos

tecnológicos, questões alusivas aos direitos autorais, à qualidade, ao uso ético da informação, ao lado de fatores intrínsecos ao indivíduo, de cunho psicológico, cultural e social, fáceis de avaliar, quando se compreende que o avanço tecnológico tem sempre a sociedade como referente.

**Tabela 5**  
**Avaliação de cursos x produção de artigos científico-eletrônicos – 1994 a 1996**

CONCEITOS	ARTIGOS CIENTÍFICO-ELETRÔNICOS					
	Média	Desvio Padrão	Máximo	Mínimo	Total artigos	Total docentes
A	0.13	0.53	3	0	20	149
B	0.15	0.91	10	0	22	144
C	0.07	0.39	3	0	9	132
D	0.09	0.50	4	0	8	85
E	0.00	0.00	0	0	0	30
<b>TOTAL</b>	<b>0.11</b>	<b>0.61</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>59</b>	<b>540</b>

Isto significa que as inovações tecnológicas sempre desencadeiam novas formas de relações sociais e práticas culturais, mas não é uma relação simplista de causa e efeito, em que as alterações infra-estruturais correspondem mudanças superestruturais ou vice-versa. A emergência e expansão do periódico eletrônico não vai eliminar o periódico convencional, pelo menos a curto e médio prazos. Afinal, o clímax de cada avanço tecnológico tem o seu próprio espaço, o seu próprio tempo, o seu próprio público, sem riscos reais de uma aldeia universal ou global em todos os aspectos básicos. Em anos e anos de informação multifacetada, não há registro de casos de extinção de veículos de comunicação, face ao surgimento de outros. Ocorrem, sim, mutações, adaptações e progressos. Um bom exemplo é o rádio, que sobrevive ao lado da televisão, como o meio de comunicação social mais difundido, ainda que não comprovadamente, o mais poderoso. A fita cassete continua sendo produzida, em escala bem menor, mas continua tendo seu público cativo dentre a população de baixa renda, sem acesso a equipamentos mais modernos.

Sob tal ótica, dentre as colocações dos pesquisados sobre as **perspectivas do periódico eletrônico** no Brasil, resguardada a alta omissão (64,63%), são freqüentes os que concordam que este veio para ficar, embora não elimine o papel como suporte físico, tanto porque a magia do impresso é um fato irreversível, como pelas distinções marcantes entre gerações, regiões, entidades e indivíduos, lembradas por um docente, para quem *“as expectativas do periódico eletrônico são fantásticas para pesquisadores mais jovens, instituições mais ricas, programas de pós-graduação nota A e regiões mais desenvolvidas”*, até porque, como diz um outro, *“o suporte papel para certa geração (mesmo para muitos jovens, por depoimentos que ouvi) ainda apresenta certo conforto, certa comodidade. É comum em nossas reuniões de pesquisa, recorreremos à impressão de artigos para discussão e melhor visualização. Assim creio que o periódico eletrônico agilizará o processo de distribuição da informação, mas não fará prescindir da impressão (grifo nosso), pelo menos por algum tempo, difícil de mensurar, diante das desigualdades deste País...”*.

Isso significa o distanciamento do conceito do periódico científico eletrônico *stricto sensu*, na visão de Lancaster (1995, p. 520), apenas os títulos *“...criados para o meio eletrônico e disponíveis somente nesse meio”*, e que mantêm *“...padrões de revisão crítica (...), controle de qualidade editorial, acesso universal e um arquivamento permanente [de matérias]...”* à semelhança dos periódicos científicos impressos (Clement, 1994, p. 44). Em contraposição, enfatiza a versão eletrônica do periódico impresso, confirmando Woodward, McKnight (1995), para quem a maioria dos títulos disponíveis no meio eletrônico tem correspondente impresso. Esta tendência justifica o

ceticismo dos respondentes quanto à publicação dos seus resultados em periódicos eletrônicos (Harnad, 1994) e até mesmo pode ser um dos fatores da baixa produção identificada. Aliás, à semelhança dos impressos, a análise de variância (Teste ANOVA), no **global**, confirma a  $H_0: \mu_A = \mu_B = \mu_C = \mu_D = \mu_E$  para os cinco grupos de cursos categorizados pelas menções da CAPES. Ao valor de  $F = 0,641$  equivale uma probabilidade de 0,634, portanto, maior que  $\alpha = 0,05$ . Quando do teste para duas médias, que permite o **confronto grupo a grupo**, a produção zero do E impossibilita sua inclusão. No caso do **A**, a  $H_0$  é aceita na comparação com os cursos B e rejeitada com os C e D:

$H_0: \mu_A = \mu_B$	$H_0: \mu_A = \mu_C$	$H_0: \mu_A = \mu_D$
$H_1: \mu_A \neq \mu_B$	$H_1: \mu_A \neq \mu_C$	$H_1: \mu_A \neq \mu_D$
<b><math>p = 0,4095 &gt; 0,05</math></b>	<b><math>p = 0,0128 &lt; 0,05</math></b>	<b><math>p = 0,0432 &lt; 0,05</math></b>

O teste entre **B** e **C** ( $p = 0,0405 < 0,05$ ) rejeita a  $H_0$ . Ao contrário, quando se tem **B versus D** ( $p = 0,0652 > 0,05$ ), e **C versus D**, cujo  $p$  é igual a 0,4803, maior que 0,05, a  $H_0$  é confirmada, ou seja, tais grupos são estatisticamente iguais. Vê-se, pois, quão difícil é estabelecer a distinção de tais cursos: dentre seis comparações, há três confirmações de igualdade ( $\mu_A = \mu_B$ ;  $\mu_B = \mu_D$ ;  $\mu_C = \mu_D$ ) contra três aceitações da  $H_1$  ( $\mu_A \neq \mu_C$ ;  $\mu_A \neq \mu_D$ ;  $\mu_B \neq \mu_C$ ), o que decorre, sem dúvida, da produção ainda incipiente do artigo eletrônico, desconhecido mesmo de alguns, como diz um professor: “*não posso mentir. Nem conheço*”, seguido de outro que vai além: “*...as universidades não têm recursos nem para livros do dia-a-dia, imagina para este negócio meio complicado e fora da realidade da gente*”, com o agravante de que esses depoentes estão em cursos nota E.

#### 4. Conclusão

---

Com base nos resultados discutidos, infere-se:

- **A avaliação atribuída aos cursos de pós-graduação pela CAPES, no cômputo global, não se relaciona com o grau de produção de artigos de periódicos científicos impressos pelo docente/pesquisador brasileiro.** A **comparação grupo a grupo** prova que somente os cursos com nota E produzem menos do que os de menção A, B, C e D, o que equivale à confirmação parcial da hipótese teórica enunciada.
- Como ocorre com os impressos, a produção de **artigos de periódicos científicos eletrônicos** não se relaciona com a avaliação atribuída à pós-graduação. Em **termos gerais**, não há diferença entre as médias dos cursos, com a ressalva de que é zero a produção do grupo E. A **comparação grupo a grupo** aponta para três confirmações de igualdade (grupos A e B; B e D; C e D), em contraposição a três desigualdades: *A versus C*; *A versus D*; *B versus C*.
- Dos 540 sujeitos da pesquisa, 531 (98,33%) **conhecem o conceito** do curso atribuído pela CAPES, e só sete (1,30%) admitem desconhecê-lo, registrando-se duas (0,37%) omissões.
- No geral, 52,97% dos docentes afirmam **conhecer bem os critérios** adotados pela CAPES, enquanto 34,44%, parcialmente; 11,11% os desconhecem e a abstenção é de 1,48%.
- Dentre os **comentários sobre tais critérios**, em linhas gerais, os respondentes destacam três itens: adequação à realidade (43,89%); aplicação subjetiva/parcial/centralizada e desrespeito às especificidades das áreas de conhecimento, ambos com 19,63% cada.

- 48,33% dos 540 docentes concordam parcialmente com a relação entre a **avaliação** da CAPES e a **produção** de artigos, vindo a seguir a alternativa concorda (29,45%); discorda (16,85%); indiferente (3,15%) e respostas em branco (2,22%).
- **O porquê** de tal posicionamento tem alto índice de abstenção (42,78%), somado à considerável dispersão de justificativas. Entre os concordantes, a produção como parâmetro máximo do processo de avaliação alcança 32,04%, enquanto a maior parte dos discordantes (67,96%) argumenta que ela é só um indicador, e não o elemento determinante.

Enfim, diante da indagação – **conceito e avaliação: estímulo ou coerção?** –, reitera-se que a confirmação parcial da hipótese enunciada é salutar. Prova que a interferência da CAPES não tem sido determinante para justificar a proliferação exacerbada de uma produção sem valor. Os “*pesquisadores à Pavlov*” existem, sim, mas sua existência não resulta da influência direta e unívoca do processo avaliativo da CAPES. Com certeza, quem fere as regras da ética profissional não o faz porque há critérios de avaliação. Logo, é mais sensato acreditar em Castro (1998, p. 86), quando visualiza o sistema de incentivos como benéfico aos pesquisadores brasileiros e a universidade pública brasileira como “...*experimento vivo de como os incentivos são poderosos para determinar o comportamento humano*” do que aderir àqueles que creditam às financiadoras a responsabilidade pelo rumo da pesquisa universitária brasileira:

*As agências, pelo seu poder, prestígio, influência e pelo próprio peso do financiamento que concedem a determinado indivíduo ou instituição, acabam por modelar o comportamento de quase todo o resto da comunidade [universitária]. As linhas de pesquisa aceitáveis, o que é chancelado internacionalmente, o acesso a sistemas e redes de informação, a possibilidade de participação em eventos internacionais – tudo isso passa, de uma maneira ou outra, pelo crivo desses mecanismos de financiamento.* (Oliveira, 1986, p. 57).

De resto, cabe ao pesquisador seguir seu caminho ético, sem concessões que firam suas crenças e ideais, consciente de que a ciência é conhecimento público, e como tal, deve estar disponível para todos. Se não há norma rígida que determine com precisão em que momento o pesquisador deve interromper suas investigações para escrever seus achados e publicá-los, repetindo Ziman (1979), se o trabalho atingiu razoável fase de amadurecimento e consistência, deixar de publicar é um crime contra a ciência. Esta é uma posição que nem incentiva a compulsão da “*indústria de papéis*”, nem a compulsão da perfeição de alguns cientistas.



## 5. Referências Bibliográficas

- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Portaria Nº 1.461, de 29 de novembro de 1995. Reconhece os cursos de mestrado e doutorado, avaliados pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, com conceitos A, B e C... *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, n. 236, pp. 20.331-20.336, 11 dez./ago. 1995. Seção 1.
- CASTRO, C. de M. Festa de brasilianistas, caboclos e diáspora. *Veja*, São Paulo, v. 30, n. 46, pp. 128-129, 19 nov. 1997.
- \_\_\_\_\_. Onde estão os puxões de orelha e os prêmios? *Veja*, São Paulo, v. 31, n. 1, pp. 86, 7 jan. 1998.
- CLEMENT, G. Evolution of a species: science journals published on the Internet. *Database*, Wilton, v. 17, n. 5, pp. 44-54, oct./nov. 1994.
- CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). *Formação de recursos humanos e fomento à pesquisa*. Brasília: 1996. 28 p.
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Diretoria de Avaliação. *Área de avaliação; indicadores*. Brasília: 1998a. 22 pp. (Digitado).
- \_\_\_\_\_. *Avaliação da pós-graduação; síntese dos resultados*. Brasília: 1995a. 49 pp.
- \_\_\_\_\_. *Avaliação dos programas de pós-graduação; base conceitual*. Brasília: 1998b. 31 pp. (Digitado).
- \_\_\_\_\_. *Avaliação internacional da CAPES; perfil da pós-graduação*. [on-line] Disponível na Internet via <http://www.capes.gov.br>. Arquivo capturado em 12 de agosto de 1998c.
- \_\_\_\_\_. *Catálogo de cursos de mestrado e doutorado*. Brasília: 1993. 345 pp.
- \_\_\_\_\_. *Perfil da pós-graduação*. [on-line] Disponível na Internet via <http://www.capes.gov.br>. Arquivo capturado em 23 de julho de 1998d.
- \_\_\_\_\_. O perfil dos cursos A. *INFOCAPES*, Brasília, v. 2, n. 3, pp. 14-20, jul./set. 1994.
- \_\_\_\_\_. Portaria Nº 39, de 9 de agosto de 1995. Dispõe sobre a publicação dos resultados da avaliação referente ao biênio 1992/93. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, n. 163, pp. 12.973-12.983, 28 ago. 1995b. Seção 1.
- \_\_\_\_\_. *Procedimentos básicos [perfil da pós-graduação]*. [on-line] Disponível na Internet via <http://www.capes.gov.br>. Arquivo capturado em 12 de agosto de 1998e.
- \_\_\_\_\_. *Programa; síntese, indicadores e relações nominais*. Brasília: 1998f. 49 pp. (Digitado).
- \_\_\_\_\_. *Reformulação do sistema de avaliação da pós-graduação: o modelo a ser implantado na avaliação de 1998; documento em discussão*. [on-line] Disponível na Internet via <http://www.capes.gov.br>. Arquivo capturado em 12 de agosto de 1998g.
- \_\_\_\_\_. *Resultados de avaliação 96/97*. [on-line] Disponível na Internet via <http://www.capes.gov.br>. Arquivo capturado em 15 de setembro de 1998h.
- CRONIN, B., OVERFELT, K. E-journals and tenure. *Journal of the American Society for Information Science*, New York, v. 46, n. 9, pp. 700-703, 1995.
- GUIMARÃES, R., CARUSO, N. Capacitação docente: o lado escuro da pós-graduação; notas sobre o estado da arte e elementos para uma política. *INFOCAPES*, Brasília, v. 4, n. 3, pp. 7-18, jul./set. 1996.
- HARNAD, S. *Implementing peer review on the net: scientific quality control in scholarly electronic journals*. Paper presented at the International Conference on Refereed Electronic Journals, 1993. [on-line] Disponível na Internet via <ftp://princeton.edu/pub/Harnad/harnad94>. peer.review. Arquivo capturado em 10 de março de 1994.
- HARRISON, T. M., STEPHEN, T. D. The electronic journal as the heart of an online scholarly community. *Library Trends*, Illinois, v. 43, n. 4, pp. 592-608, spring 1995.
- KNUDSEN, D. W. Higher education: let the teachers teach. *The Institute*, New York, p. 13, Nov. 1995.
- LANCASTER, F. W. The evolution of electronic publishing. *Library Trends*, Champaign, v. 43, n. 4, pp. 713-740, spring 1995.
- MBAMBO, B. Virtual libraries in Africa: a dream, or a knight in shining armour? In: IFLA GENERAL CONFERENCE, 61., 20-26 Aug. 1995, Istanbul. *Booklet Nº 0...* Istanbul: IFLA, 1995. 95 pp. 36-41. (Paper Nº 117 CONTR-3-E).
- MEADOWS, A. J. *Communication research*. San Diego: Academic Press, 1998. 266 pp. (Cópia digitada).
- MERTON, R. K. *The sociology of science; theoretical and empirical investigations*. Chicago: The University of Chicago, 1973. 605 pp.
- MUELLER, S. P. M. O impacto das tecnologias de informação na geração do artigo científico: tópicos para estudo. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 23, n. 3, pp. 309-317, set./dez. 1994.

- OKERSON, A. Electronic journals: current issues. *IAALD Quartely Bulletin*, [s.l.], v. 37, n. 1/2, pp. 46-54, 1992.
- OLIVEIRA, J. B. A. e. A organização da universidade para a pesquisa. In: SCHWARTZMAN, S., CASTRO, C. de M. (Org.). *Pesquisa universitária em questão*. Campinas: Unicamp, 1986. 232 pp. 190-224.
- PARSONSON, M. Pharaoh, Luther, and R&D today. *IEEE Spectrum*, New York, p. 16, ago. 1993.
- TARGINO, M. das G. *Comunicação científica: o artigo de periódico nas atividades de ensino e pesquisa do docente universitário brasileiro na pós-graduação*. Brasília: UnB, 1998. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da Universidade de Brasília, 1998. 387 pp.
- TOFFLER, A. *Powership: as mudanças do poder*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Record, 1993. 613 pp.
- TONTA, Y. Scholarly communication and the use of networked information sources. In: IFLA GENERAL CONFERENCE, 61., 20-26 Aug. 1995, Istambul. *Booklet Nº 2...* Istambul: IFLA, 1995. 106 pp. 37-45. (Paper Nº 065-SOC-1-E).
- WOODWARD, H., McKNIGHT, C. Electronic journals: issues of access and bibliographical control. *Serials Review*, Greenwich, v. 21, n. 2, pp. 71-78, summer 1995.
- ZIMAN, J. *Conhecimento público*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979. 164 pp.

## DOCUMENTOS

### Documentos de Área elaborados pelas comissões de avaliação da CAPES em 1998

#### CIÊNCIAS DA SAÚDE

#### ÁREA DE AVALIAÇÃO: MEDICINA I

---

**Áreas básicas:** Medicina; Clínica Médica; Dermatologia; Cancerologia; Endocrinologia; Cardiologia; Gastroenterologia; Pneumologia; Nefrologia.

#### **Comissão de Avaliação - Consultores**

Álvaro Nagib Atallah - Unifesp – SP; Anna Maria Pessoa de Carvalho - USP – SP; Carlos Cezar Fritscher - UFRGS – RS; Durval Rosa Borges - Unifesp – SP; Eder Carlos Rocha Quintão - USP – SP; Edgar Marcelina de Carvalho Filho - UFBA – BA; Eloisa Silva Dutra de Oliveira Bonfá - USP – SP; Emmanuel A. Burdmann - Famerp – SP; Fernando Ferreira Costa - Unicamp – SP; Fernando Tarciso Miranda Cordeiro - UFPE – PE; Francisco Rafael Martins Laurindo - Incor/SP – SP; Irineu Tadeu Velasco - USP – SP; João Carlos Prolla - UFRGS – RS; José Antonio Franchini Ramires - USP – SP; José Roberto Lapa e Silva - UFRJ – RJ; Marco Antonio Zago - USP/RP – SP; Milton de Arruda Martins - USP – SP; Orcanda Rocha Andrade Patrus - UFMG – MG; Reinaldo Pessoa Martinelli - UFBA – BA; Sonia Maria Pessoa P. Bergamasco - Unicamp – SP; Waldir Eduardo Garcia - UEL – PR.

#### **1) Composição da comissão avaliadora**

A comissão foi escolhida tendo como perfil professores da área da Medicina I que sabidamente apresentavam produção científica relevante, e envolvimento com a pós-graduação.

#### **2) Critérios**

Foi dada grande ênfase à titulação e dedicação (carga horária) do corpo docente e produção científica correspondente. Avaliou-se como critério de curso muito bom a produtividade de dois trabalhos internacionais em revistas de impacto adequado por docente por biênio. A excelência foi considerada como cursos que estivessem acima dos critérios " muito bom" e nota 7 para cursos com o perfil anterior em pelo menos 80% do corpo docente.

#### **3) Resumo dos conceitos**

O resultado final refletiu o extremo rigor e a análise criteriosa comparativa e de consenso da comissão avaliadora. A curva de distribuição demonstra características de curva normal (anexo, juntamente com quadro sinóptico das notas dadas).

#### **4) Sugestões para o critério de avaliação**

- a) Manter padrão estável dos parâmetros de avaliação atentando para o perfil da comissão avaliadora.
- b) Avaliar o produto final do processo de PG, isto é, local de publicação da tese e Instituto de Ensino Superior ou Institutos de Pesquisa de atuação do pós graduando formado.
- c) Produção bibliográfica:  
Trabalhos publicados: acrescentar índice de impacto.  
Excluir resumos apresentados (incluir apenas trabalhos completos publicados).
- d) Os cursos 1 e 2 deverão, obrigatoriamente, ser visitados e, após a visita, enviarem à CAPES uma readequação da proposta.
- e) A comissão visitadora deveria ser composta preferencialmente por membros da comissão avaliadora.
- f) Disponibilidade de Medline "on line" durante o processo de avaliação.
- g) Maior concisão dos dados oferecidos aos avaliadores.

## **ÁREA DE AVALIAÇÃO: MEDICINA II**

---

**Áreas básicas:** Alergologia e Imunologia Clínica; Hematologia; Neurologia; Pediatria; Doenças Infecciosas e Parasitárias; Reumatologia; Psiquiatria; Anatomia Patológica e Patologia Clínica; Radiologia Médica; Nutrição.

### **Comissão de Avaliação - Consultores**

Arnaldo Lopes Colombo - Unifesp – SP; Eduardo Massad - USP – SP; Emilia Inoue Sato - Unifesp – SP; Fausto H. Hironaka - USP – SP; Gregorio Santiago Montes - USP – SP; Jair de Jesus Mari - Unifesp – SP; João Pereira Leite - USP/RP – SP; José Orlando Bordin - Unifesp – SP; Mário Rubens Montenegro - Unesp – SP; Mauro Batista de Moraes - Unifesp – SP; Roberto Passetto Falcão - USP/RP – SP; Rubem Carlos Araújo Guedes - UFPE – PE; Moysés Jorge - USP/RP – SP; Themis Reverbel Silveira - UFRGS – RS; Wagner Farid Gattaz - USP – SP.

### **Relatório da avaliação dos programas de pós graduação da Medicina II**

A avaliação dos programas de pós-graduação, referentes à área Medicina II, iniciou-se com a padronização do grupo para homogeneizar os critérios selecionados para análise dos cursos. As fichas de avaliação dos programas são preenchidas com base nos dados originados no documento Síntese dos Indicadores, que traz muitas informações desnecessárias para a área, dificultando extrair os parâmetros determinantes da avaliação. Nesse sentido, nosso grupo desenvolveu cinco parâmetros principais, que foram aplicados a todos, cursos pebs membros da comissão de avaliação:

- a) número de orientadores pertencentes à Instituição de Ensino Superior;
- b) número de alunos matriculados no programa pelo número de orientadores;
- c) a média de meses para titulação no mestrado e doutorado;
- d) número de teses de mestrado e doutorado defendidas no período;
- e) número de publicações relevantes e sua distribuição pelo número de orientadores.

A comissão não se restringiu somente a estes critérios. Estes critérios garantiram a participação de todos os membros na nota final, para que o produto final atingisse uma coerência, refletindo a diferença de nível entre os programas. É importante notar que ao adotarmos claramente o critério de

publicações relevantes no período, os cursos que possuem orientadores que não canalizam suas produções para veículos de qualidade foram duramente penalizados. A impressão da comissão é que a ampla divulgação destes critérios, o aperfeiçoamento do processo avaliativo, assim como a MANUTENÇÃO dos mesmos, deve influenciar uma mudança substancial nos próximos anos na qualificação do corpo de orientadores. Esta é, talvez, a primeira avaliação que faz uma distinção clara entre os cursos de vocação para especialização e aqueles que produzem conhecimento de qualidade, possibilitando a formação de pesquisadores autônomos. Ficou evidente na avaliação que vários cursos são dirigidos mais a uma continuidade da residência médica do que aprofundar-se nos aspectos metodológicos da pesquisa. Embora esta área seja heterogênea, os critérios adotados foram padronizados com a Medicina I, que envolve as áreas clínicas, garantindo um padrão muito próximo de avaliação. Uma experiência positiva entre as áreas foi a de trocar de avaliador, ou seja, um membro da área I avaliando alguns cursos da área II, para testarmos a reprodutibilidade dos resultados. Concluímos, com esta experiência, que os grupos estavam trabalhando de forma homogênea. Uma dificuldade que encontramos foi na classificação da qualidade dos periódicos, que foram padronizadas de forma diferente pelos dois grupos. Uma recomendação é que para a próxima avaliação os veículos em Medicina passem pelo mesmo tipo de padronização para se evitar inconsistências entre as comissões de avaliação. Em relação ao documento de avaliação, extremamente complexo em seus indicadores, notamos um auxílio importante no Cadastro de Docentes e na qualificação da produção científica, itens que facilitaram a avaliação. Estamos conscientes da repercussão desses resultados e acreditamos que estamos propiciando uma readequação dos programas em função de critérios claros, transparentes, objetivos e consoantes com o processo de conhecimento universal. Esperamos que a comunidade científica acate esta avaliação como uma sinalização do que é pós-graduação e pesquisa, sem preconceitos e sem atitudes corporativistas. Nosso compromisso é com o desenvolvimento do país e com a aplicação devida dos limitados recursos destinados à saúde. Dessa forma, foram atribuídos os seguintes conceitos aos programas de pós-graduação da Medicina II:

<b>IES</b>	<b>UF</b>	<b>Programa</b>	<b>Conceito</b>
FCMSCSP	SP	Medicina (Pediatria)	3
FCMSCSP	SP	Patologia	1
Fiocruz	RJ	Medicina Tropical	6
FMTM	MG	Patologia Humana	4
FUFMS	MS	Medicina (Pediatria)	3
PUC/RS	RS	Medicina (Pediatria)	3
UFBA	BA	Patologia Humana	4
UFES	ES	Doenças Infecciosas	3
UFF	RJ	Medicina (Doenças Infecciosas Parasitárias)	2
UFF	RJ	Medicina (Neurologia)	3
UFF	RJ	Medicina (Pediatria)	3
UFF	RJ	Patologia (Anatomia Patológica)	4
UFF	RJ	Patologia Experimental	4
UFG	GO	Medicina Tropical	3
UFMG	MG	Medicina (Medicina Tropical)	6
UFMG	MG	Medicina (Pediatria)	4
UFMG	MG	Patologia	5
UFPA	PA	Medicina Tropical	3

UFPE	PE	Medicina (Anatomia Patológica)	3
UFPE	PE	Medicina (Pediatria)	3
UFPE	PE	Medicina Tropical	4
UFPE	PE	Nutrição	4
UFPR	PR	Medicina (Pediatria)	3
UFRGS	RS	Medicina (Pediatria)	5
UFRJ	RJ	Medicina (Anatomia Patológica)	2
UFRJ	RJ	Medicina (Doenças Infecciosas e Parasitárias)	5
UFRJ	RJ	Medicina (Radiologia)	4
UFRJ	RJ	Nutrição	2
UFRJ	RJ	Psiquiatria, Psicanálise e Saúde Mental	2
UnB	DF	Medicina Tropical	3
UNESP	SP	Alimentos e Nutrição	3
Unesp/BOT	SP	Doenças Tropicais	3
Unesp/BOT	SP	Patologia	5
Unesp/BOT	SP	Pediatria	3
Unicamp	SP	Anatomia Patológica	3
Unicamp	SP	Pediatria	4
Unicamp	SP	Saúde Mental	2
Unifesp	SP	Doenças Infecciosas e Parasitárias	6
Unifesp	SP	Medicina (Hematologia)	5
Unifesp	SP	Medicina (Neurologia)	5
Unifesp	SP	Medicina (Pediatria)	5
Unifesp	SP	Medicina (Radiologia Clínica)	3
Unifesp	SP	Nutrição	4
Unifesp	SP	Patologia	3
Unifesp	SP	Psiquiatria e Psicologia Médica	5
Unifesp	SP	Reumatologia	5
USP	SP	Alergia e Imunopatologia	4
USP	SP	Doenças Infecciosas e Parasitárias	5
USP	SP	Medicina (Hematologia)	4
USP	SP	Medicina (Pediatria)	4
USP	SP	Medicina (Reumatologia)	4
USP	SP	Neurologia	4
USP	SP	Nutrição Humana Aplicada	3
USP	SP	Patologia	5
USP	SP	Psiquiatria	5
USP	SP	Radiologia	5
USP/RP	SP	Medicina (Neurologia)	5
USP/RP	SP	Medicina (Pediatria)	4
USP/RP	SP	Medicina (Saúde mental)	2
USP/RP	SP	Patologia humana	5

## ÁREA DE AVALIAÇÃO: MEDICINA III

---

**Áreas básicas:** Ginecologia e Obstetrícia; Oftalmologia; Ortopedia; Cirurgia; Cirurgia Otorrinolaringologia; Cirurgia Urológica; Anestesiologia; Fonoaudiologia.

### **Comissão de Avaliação - Consultores**

Agnaldo Pereira Cedenho - Unifesp – SP; Aldo Junqueira Rodrigues Júnior - USP – SP; Ana Terezinha Guillaumon - Unicamp – SP; Aroldo Fernando Camargos - UFMG – MG; Célio Pacheco Chaves - UFRN – RN; Edmundo Chada Baracat - Unifesp – SP; Edmundo Machado Ferraz - UFPE – PE; Flávio Fallopa – Unifesp – SP; Ida Lichtig - USP – SP; Joaquim José Gama Rodrigues - USP – SP; José Renan da Cunha Melo - UFMG – MG; Jurandir Marcondes Ribas Filho - Fempap – PR; Luiz Rohde - UFRGS – RS; Maria de Lourdes Veronese Rodrigues - USP/RP – SP; Marilza Vieira Cunha Rudge - Unesp/Bot – SP; Osvaldo Malafaia - UFPR – PR; Paulo Roberto Ott Fontes - Fffempa – RS; Reginaldo Ceneviva - USP/RP – SP; Ricardo Ferreira Bento - USP – SP.

A avaliação da Medicina III efetuou-se entre os dias 19 e 21 de maio de 1998.

### **1) Critérios para composição da comissão**

A escolha dos membros para comporem a comissão de avaliação baseou-se em dois fatores: a) distribuição de consultores provindos das várias regiões do país para que houvesse representatividade nacional; b) proporcionalidade numérica em relação ao número de programas nas várias regiões. Os signatários, junto com a Diretoria de Avaliação da CAPES, compuseram, então, comissão com 19 membros, compreendendo ser a boa dimensão da comissão aquela que dispusesse entre 2 a 3 programas para serem avaliados por membro consultor.

### **2) Reunião dos coordenadores dos programas da Medicina III - preparatória da avaliação**

Com a intenção de discutir a formatação de programa ideal para a subárea e debater os critérios de avaliação com a comunidade ligada diretamente aos programas da Medicina III em todo o Brasil, foi realizada, com sucesso, reunião na qual participaram 80 coordenadores e/ou representantes dos programas. A reunião, sob a orientação e supervisão dos Profs. Drs. Osvaldo Malafaia e Joaquim José Gama Rodrigues, foi realizada no Auditório do Anexo II do Ministério da Educação e do Desporto, com o seguinte programa:

#### **Tema central : "a reformulação dos programas da Medicina III"**

Caracterização de corpo docente para mestrado e doutorado.

Atividade de pesquisa: linhas e projetos de pesquisa.

Produção docente dos cursos: qualidade, quantidade, regularidade e distribuição.

Estrutura curricular dos cursos de mestrado e doutorado: o que deve conter ?

Produção discente e fluxo do alunado.

Conceituação final do programa.

Todos os membros da comissão avaliadora foram incorporados como apresentadores e/ou debatedores na programação, dando-se também amplo espaço para debates com a platéia. Ao final de cada módulo, foi estabelecido consenso.

### **3) Critérios para a avaliação**

A avaliação baseou-se em dois momentos.

#### **1º Momento**

Todos os programas foram submetidos à avaliação por duplas de consultores e revisada por outra dupla independente, com a intenção de localizá-los com o escore de 1 a 5. Para tanto, utilizaram-se os parâmetros descritos no documento "O perfil dos Curso A - Critérios a serem adotados pelas Comissões de Consultores da CAPES na avaliação dos cursos de Mestrado e Doutorado", publicado na *home-page* da CAPES. Deste documento foram consideradas a parte geral e a que se refere às Ciências da Saúde. Além desses critérios gerais, foram elaborados pela comissão os seguintes cinco parâmetros, a saber:

3.1) Qualidade da produção científica/produção média anual por orientador: Muito bom - 1 publicação em periódico arbitrado indexado padrão A; Bom - 1 periódico arbitrado padrão B ou 1/2 padrão A; Regular - 1 periódico padrão C ou 1/2 padrão B; Fraco - 1/2 padrão C; Deficiente - menor que Fraco.

3.2) Número de dissertações/teses no biênio: Muito Bom - maior que 20% do alunado; Bom - 10% a 20%; Regular - 5% a 9% ; Insuficiente - 3% a 5%; Deficiente - menos que 3%.

3.3) Tempo médio de titulação do mestrado: Muito Bom - menor que 24 meses; Bom - 24 a 30 meses; Regular - 31 a 40 meses; Insuficiente - 41 a 50 meses; Deficiente - maior que 51 meses. Para doutorado: Muito Bom - menor que 48 meses; Bom - 48 a 60 meses; Regular - 61 a 80 meses; Insuficiente - 81 a 100 meses; Deficiente - maior que 100 meses.

3.4) Relação corpo docente/NRD (ligados à IES): Muito bom - maior que 80%; Bom - 75% a 80%; Regular- 50% a 74%; Insuficiente - menor que 50%; Deficiente - menor que 30%.

3.5) Relação entre número de alunos e número de orientadores: Muito bom - 1 a 3; Bom - 4 a 5; Regular - 5 a 8 ; Insuficiente - maior que 8 ; Deficiente - maior que 10.

#### **2º Momento**

Todos os programas com doutorado que obtiveram nota 5 foram reavaliados, com a intenção de verificar o nível de excelência e possível reclassificação para notas 6 e 7 em fórum coletivo da comissão. Os critérios da avaliação para as notas 6 e 7 respeitaram a "Síntese das principais decisões do Conselho Técnico Científico da CAPES referentes à Avaliação da pós-graduação 1998" e incorporando algumas especificidades da subárea. Os critérios foram os seguintes:

**A) Desempenho diferenciado (em nível compatível com padrões internacionais) no que diz respeito à produção científica, cultural, artística ou tecnológica**



- 1- Serão consideradas apenas as publicações de trabalhos completos, nas áreas respectivas dos programas, em revistas internacionais de impacto, listadas no *Science Citation Index*.
- 2- Em cada área será selecionada a revista com o maior impacto.
- 3- A exigência mínima nesse item é que o programa, para ser classificado como 6, apresente uma publicação por orientador em revista com impacto igual ou superior a 50% da revista de maior impacto ou duas publicações por orientador em revista de impacto menor do que 50% do máximo para a área, no biênio avaliado.

**b) Competitividade em nível compatível com programas similares de excelente qualidade no exterior**

- 1- Patentes nacionais ou internacionais.
- 2- Prêmios e títulos honoríficos outorgados pelas sociedades científicas da área.
- 3- Participação ou consultoria em comitês de organizações internacionais ou corpo editorial de revistas de impacto.
- 4- Intercâmbio de alunos de pós-graduação em instituições internacionais de valor científico reconhecido.
- 5- Participação em programas de cooperação internacional.
- 6- Palestras em congressos internacionais das sociedades científicas da área.
- 7- Apresentação de trabalhos em congressos internacionais das sociedades científicas da área.

Obs.: 1- Estes itens estão apresentados em ordem decrescente de importância, com a seguinte distribuição em peso:

- 1- 30,0
  - 2- 25,0
  - 3- 20,0
  - 4- 10,0
  - 5- 8,0
  - 6- 5,0
  - 7- 2,0
- TOTAL: 100,0

2- Os congressos e sociedades científicas de que tratam os itens 6 e 7 serão definidos pela CAPES que, após consulta aos programas de cada área, selecionará duas sociedades e dois congressos/área que serão privilegiados para atender à exigência acima.

**c) Demonstrações evidentes de que seu corpo docente desempenha papel de liderança e representatividade na sua respectiva comunidade**

- 1- Atividade de ensino e pesquisa exercida pelos egressos do programa.
- 2- Participação dos docentes do programa em núcleos de pesquisa de excelência.
- 3- Participação em comitês de organismos governamentais de ensino e pesquisa.
- 4- Capacidade de captação de recursos pelos orientadores do programa.
- 5- Organização de eventos de abrangência nacional ou internacional e, pelos orientadores.
- 6- Cargos administrativos em sociedades nacionais ou internacionais representativas da área.

Obs.: Estes itens estão apresentados em ordem decrescente de importância, com a seguinte distribuição em peso:

1- 30,0  
2- 25,0  
3- 20,0  
4- 13,0  
5- 7,0  
6- 5,0  
TOTAL: 100,0

#### VALORIZAÇÃO DOS ITENS A, B e C

Foi atribuído um valor ponderal a cada um dos itens em relação ao total:

A = PESO 5

B = PESO 3

C = PESO 2

Para o nível 6, o programa deverá atingir, no mínimo, 50% em cada um dos itens, ou seja, 2,5 em A, 1,5 em B e 1,0 em C.

Para o nível 7, o programa deverá atingir um mínimo de 70% em cada um dos itens, ou seja, em A 3,5, em B 2,1 e em C 1,4.

#### **4) Síntese evolutiva da subárea nos biênios 94-95 / 96-97**

No biênio 94-95 foram avaliados 52 programas que obtiveram a seguinte classificação: A (5) - 19 programas; B (4) - 14; C (3) - 8; D (2) - 2; E (1). No atual biênio, dos 60 programas analisados, 3 obtiveram a nota 1; 5 a nota 2; 15 a nota 3; 19 a nota 4 ; 17 a nota 5; 1 a nota 6. O que se observa, é que no último biênio ocorreu decréscimo numérico dos cursos com nota 5 decorrente dos indicadores novos incorporados que sinalizam a melhoria de qualidade do programa.

#### **5) Sugestões da subárea ao processo de avaliação**

Anexo segue sugestão para melhoria do manuseio dos relatórios encaminhados pelos programas para tentar facilitar o manuseio dos dados pela comissão.

#### **ÁREA DE AVALIAÇÃO: ODONTOLOGIA**

---

**Áreas básicas:** Odontologia; Clínica Odontológica; Cirurgia Buco-Maxilo-Facial; Ortodontia; Odontopediatria; Periodontia; Endodontia; Radiologia Odontológica; Odontologia Social e Preventiva; Materiais Odontológicos.

#### **Comissão de Avaliação - Consultores**

Ana Maria Bolognese - UFRJ – RJ; Edmar José Borges de Santana - UFBA – BA; Edna Maria da Silva - UFRN – RN; Elcio Marcantonio Junior - Unesp – SP; José Fernando Castanha Henriques - USP/FOB – SP; Leão Pereira Pinto - UFRN – RN; Luiz Fernando Pegoraro - USP – SP; Luiz Tadeu de Abreu Poletto - UFMG – MG; Marília Gerhardt de Oliveira - PUC/RS – RS; Maria José de

Carvalho Rocha - UFSC – SC; Ney Soares Araújo - USP – SP; Nilza Pereira da Costa - PUC/RS – RS; Paulo Augusto Sperança - FESP/Upe – PE; Silvia Regina Datistuzzo de Medeiros - UFRN – RN; Tânia M. Drehmer - UFRGS – RS.

1- No dia 18 de maio do corrente ano, reuniu-se a Comissão de Avaliação dos programas de pós-graduação vinculados à CAPES, referentes aos exercícios de 1996/97, contando com a participação dos professores que assinam este documento.

2- Os trabalhos, após vencidas as dificuldades iniciais, foram realizados normalmente pelos grupos de avaliadores. As dificuldades surgidas aconteceram em decorrência dos problemas com a informática, na obtenção do material para análise.

Tal situação motivou atrasos, tendo em vista o início dos trabalhos.

3- Para análise dos programas, foram organizadas seis equipes contendo dois avaliadores em cada. Ressalta-se que os programas foram examinados por equipes que deles não participam, nem de suas áreas de concentração.

4- Algumas situações foram identificadas como merecedoras, de atenções, as quais passo o relatório.

4.1- Sugere-se retirar o item 6 do quesito IV - Teses e Dissertações:

"Quantitativo de teses e dissertações defendidas x publicadas" em decorrência da demora gerada na publicação quando o trabalho vai para o professor.

4.2- Que o formulário F seja de preenchimento obrigatório, objetivando o esclarecimento de todas as ocorrências relevantes referentes ao exercício da avaliação, tendo como área de interesse o programa.

4.3- Que o P-FA-01, item 5, seja desdobrado em:

Com abandono

Com desligamento

Com desligamento a pedido, objetivando não penalizar o curso quando houver.

4.4- Que os itens dos quesitos sejam situados isoladamente e não associado a outro, como por exemplo: II - Corpo Docente/item 6: "Intercâmbio ou renovação do corpo docente. Participação de outros docentes". Objetiva-se, portanto, não proporcionar duplicidade de interpretações no item;

4.5- Que seja suprimido o quesito IV - Atividades de Formação, "Item 6 - Integração com outras atividades de Pós-Graduação ou outras IES". Sugerimos a sua retirada, considerando que ele é repetitivo quando comparado com o item 6, do quesito II.

4.6- Constata-se que os relatórios, em algumas situações, não receberam a devida atenção dos senhores Coordenadores, levando-se em consideração o seu preenchimento.

4.7- Que os professores sejam listados por área de concentração e os orientadores com seus respectivos orientandos de mestrado e doutorado, por linha de pesquisa;

4.8- Que se definam os critérios de avaliação com a antecedência devida, e que se divulgue aos Coordenadores de Programas.

5- A criação do NRD, embora salutar sob o ponto de vista da valorização da área de concentração, criou uma situação crítica, em especial, com a fixação de regime de 30 horas.

regime não é utilizado em universidades federais e estaduais, fato que penalizou sobremaneira a área de concentração dos programas. Frente à manutenção do item NRD sugere-se, fortemente, que seja revisto o número de horas utilizado para a qualificação do item.

6- Que o relatório "Síntese e Indicadores" se atenha aos dados solicitados na ficha de avaliação dos programas.

7- Os trabalhos foram encerrados após a homologação por todos os membros da comissão, dos pareceres emitidos pelas diversas equipes.

Nada mais havendo a tratar, apresentamos os nossos agradecimentos aos que conosco trabalharam ou nos apoiaram, e aos dirigentes da CAPES, responsáveis pela avaliação, pelas atenções que nos foram dispensadas.

## **ÁREA DE AVALIAÇÃO: FARMÁCIA**

---

**Áreas básicas:** Farmácia; Análise Toxicológica.

### **Comissão de Avaliação - Consultores**

João Luis Callegari Lopes - USP/RP - SP - (Coordenador); Anselmo Gomes de Oliveira - Unesp – SP; Elizabeth Igne Ferreira - USP – SP; José Maria Barbosa Filho - UFPB/J.P. – PB; Pedro Ros Petrovick - UFRGS – RS; Tasso Moraes E Santos - UFMG – MG.

A Comissão de Avaliação de programas de Farmácia, coordenada pelo Prof. Dr. João Luis Callegari Lopes e composta pelos pesquisadores acima mencionados, reuniu-se no período de 18 a 22 de maio de 1998 e apreciou os relatórios dos 12 programas de pós-graduação *stricto sensu* em Farmácia, a saber:

UFPb	Produtos Naturais (Farmacologia e Química) (M)
UFPE	Ciências Farmacêuticas (M)
UFRJ	Ciências Farmacêuticas (M)
USP	Tecnologia Bioquímico-Farmacêutica (M)
USP	Farmácia (Análises Clínicas) (M, D)
USP	Farmácia (Toxicologia e Análises Toxicológicas) (M)
USP	Fármaco e Medicamentos (M, D)
USP	Toxicologia (D)
USP-RP	Fármacos e Medicamentos (M)
Unesp	Ciências Farmacêuticas (M)
UFRGS	Ciências Farmacêuticas (M, D)
UFMS	Ciências e Tecnologia Farmacêuticas (M)

Estes programas, compreendendo onze mestrados e quatro doutorados recomendados pela CAPES, envolvem oito instituições de ensino superior, distribuídas em cinco Estados da Federação, localizados nas regiões Sul (2 programas), Sudeste (8 programas, sendo 7 no Estado de São Paulo) e Nordeste (2 programas). A distribuição dos programas contempla diferentes áreas de concentração das Ciências Farmacêuticas, tais como Fármacos e Medicamentos, Tecnologia Farmacêutica, Análises Clínicas, Toxicologia e Análises Toxicológicas, Produtos Naturais (Química e Farmacologia), Controle de Qualidade, entre outras. Contudo, ainda se observa carência em várias áreas.

A área de Farmácia realizou sua terceira avaliação, enquanto comitê específico, e, conforme análise desenvolvida, continua a apresentar significativa evolução, principalmente no aspecto qualitativo. Esta avaliação foi realizada sob nova sistemática, quando alguns conceitos novos foram utilizados. Não mais foram avaliados cursos, mas programas de pós-graduação e as comissões dispuseram de fartos relatórios, basicamente numéricos, resultantes dos cruzamentos das informações fornecidas pelos programas. A avaliação teve uma primeira fase, quando, além de se tomar conhecimento do novo processo, se definiram os níveis (A, B e C) e os padrões de circulação dos periódicos e revistas

(internacional, nacional e local) da área. Posteriormente, em reunião dos representantes da grande área da saúde, foram elaborados os critérios de excelência, que permitiram definir um programa de conceito 5, bem como aqueles de competitividade internacional, claramente diferenciados do antigo curso A. A partir desta avaliação, os programas receberão conceitos de 1 a 7, e não mais A a E. Apenas os cursos de conceito 5, em nível de doutorado, poderão ser reclassificados em 6 e 7, dependendo dos perfis correspondentes, definidos pela grande área.

Os programas apresentaram, em sua maioria, áreas de concentração e linhas de pesquisa coerentes com suas propostas. Mesmo assim, em alguns deles, ainda se observou número elevado de linhas de pesquisa, caracterizando-se, pelo detalhamento, mais como projetos de pesquisa. Pelo menos 50% dos programas apresentaram todos os projetos vinculados às linhas de pesquisa. Somente em dois deles foram observados, em 1997, mais de cinco projetos isolados. Vale ressaltar que número representativo de projetos envolveu alunos de graduação e pós-graduação, o que é muito salutar.

Em 75% dos programas (9), todos os membros do corpo docente apresentaram titulação mínima de doutor, sendo que os poucos mestres (9) representaram, em conjunto, menos de 3% dos docentes da área, comparativamente aos 7,4% observados no biênio anterior. Estes números, associados ao fato de muitos docentes apresentarem titulação complementar e pós-doutoramento, demonstram o amadurecimento da área. Mesmo considerando-se as dificuldades encontradas pelos responsáveis pelos programas em enquadrarem corretamente os componentes do Núcleo de Referência Docente (NRD), verificou-se que 35,7% deles podem ser incluídos no desejável NRD6. Detectaram-se várias falhas de informação no quesito corpo docente, o que permite concluir que esse percentual é, de fato, bem mais elevado que o mencionado, não atingindo, porém, os 80% pretendidos. Não se observou aumento efetivo de intercâmbio, nacional e internacional, o que seria desejável.

Considerando-se dezembro de 1995, quando o corpo discente de mestrado totalizava 385 matriculados e o doutorado, 153, a situação em dezembro de 1997 correspondeu a 317 alunos com matrículas ativas em mestrado e 107, em doutorado, havendo, portanto, ligeira redução no contingente de pós-graduandos. Por outro lado, foram titulados, no biênio anterior, 103 mestres e 17 doutores, enquanto no presente biênio titularam-se 139 mestres e 37 doutores, refletindo o esforço da área em suprir as necessidades de pessoal humano qualificado, principalmente no que se refere a doutores. Possivelmente, esta diminuição da demanda geral da área esteja relacionada à retração na oferta de bolsas de estudo por parte das agências de fomento, dificultando, dessa maneira, o suprimento adequado de recursos humanos. Observou-se, por outro lado, ligeira redução no tempo médio de titulação do mestrado, de 48 para 45 meses, enquanto que no doutorado ocorreu aumento de 55 para 60 meses, demonstrando a necessidade de se encetarem esforços significativos, por parte dos programas, visando à redução destes períodos considerados, ainda, excessivos, comparativamente aos estabelecidos pelas agências de fomento: 24 meses para o mestrado e 48 para o doutorado. Há grande preocupação com a sistemática carência de recursos financeiros para as atividades de ciências e tecnologia, uma vez que a situação se agravou drasticamente no último ano, com a redução de taxa de bancada e das quotas de bolsas. Tal fato trará grandes prejuízos à pós-graduação, em geral, principalmente àqueles programas que desenvolvem trabalhos experimentais e exigem dedicação integral, caso da área de Farmácia.

Ainda em relação ao corpo discente, há que se destacar o número de IES que promove simpósio de iniciação Científica, atividade esta que estimula, mais precocemente, o envolvimento do graduando com a pesquisa, com reflexo significativo na redução do tempo de titulação na pós-graduação.

Além disso, ocorreu, também, aumento no número de IES que promove programas do tipo Aperfeiçoamento de Ensino, que facilitam o entrosamento dos pós-graduandos com a graduação.

A produção científica dos programas também apresentou pequeno crescimento (cerca de 10%), quando comparada ao biênio 94-95, totalizando 717 artigos completos contra os 650 publicados no

biênio anterior, sem contar os resumos apresentados em reuniões científicas nacionais e internacionais, que se aproximaram dos 2000 no presente biênio. A maioria desses artigos foi publicada em revistas de circulação internacional e nacional, classificadas como de categorias A e B, para a área, com base no *SCI-Journal Citation Reports* e indexação no *Chemical e Biological Abstracts*. Relacionando-se o número de artigos completos publicados com o corpo docente da área, obtém-se índice médio de 2,27 trabalhos/docente no biênio, o que representa crescimento da ordem de 30%, em relação ao anterior, refletindo, mais uma vez, o nível de amadurecimento e consolidação dos programas. Entretanto, deve-se acrescentar que o aumento no número de publicações não foi acompanhado pelo aumento no número de participações discentes nos mesmos. O percentual de artigos completos com participação discente está na ordem de 21%, enquanto que nos resumos de eventos científicos, este número foi superior a 30%. Em função das dificuldades de se identificar o NRD6 dos programas, não foi possível verificar a relação entre as publicações e o corpo docente efetivamente engajado nos mesmos.

Como conclusão, enfatiza-se a necessidade de os programas envidarem esforços para:

- reduzir os tempos de titulação do mestrado e doutorado para aqueles recomendados;
- aumentar a produção científica em periódicos, principalmente de circulação internacional;
- aumentar a participação discente nos artigos publicados;
- estimular a participação dos doutorandos em programas de bolsas tipo sanduíche e
- ampliar os intercâmbio efetivos, aos níveis nacional e internacional.

Em contraposição, há necessidade de as agências de fomento proverem estes programas de efetivo apoio financeiro para o desenvolvimento de pesquisas, bem como de quotas de bolsas em número adequado à demanda qualificada, atualmente bem reprimida. O País experimenta carência de recursos humanos qualificados, principalmente em nível de doutorado, justificando-se, pois, plenamente esse apoio. Ademais, iniciativas da área, como o programa interinstitucional de seminários em Farmácia, iniciado em 1997, precisam, por sua importância, abrangência e repercussão, ser mantidos pela CAPES.

A área de Farmácia ainda não superou a carência em algumas especialidades incipientes –Farmácia Hospitalar, Farmácia Clínica, Farmacoepidemiologia, Farmacovigilância, Farmacocinética, Biotecnologia Farmacêutica e Química e Química Farmacêutica –, detectada em avaliações anteriores.

## **ÁREA DE AVALIAÇÃO: ENFERMAGEM**

---

### **Área básica: ENFERMAGEM**

#### **Comissão de Avaliação - Consultores**

Maria Gaby Rivero de Gutiérrez - Unifesp - SP - (Coordenador); Alacoque Lorenzini Erdmann - UFSC - SC; Emiko Yoshikawa Egry - USP - SP; Josete Luzia Leite - Uni-Rio - RJ; Lorita Marlena Freitag Pagliuca - UFC - CE; Tokico Murakawa Moriya - USP/RP - SP.

Relatório Final - 1998 (22.05.98)

Revisado em 31.07.98.

#### **1. Critérios para a composição da comissão**

A presente Comissão de Avaliação foi composta a partir da indicação dos nomes componentes da listagem nacional para a escolha do representante para o biênio 97/98, respeitada a representatividade regional. Seis professoras doutoras da área foram designadas para fazer frente à dimensão e ao volume do trabalho de avaliação.

A comissão ficou constituída por:

- Prof<sup>a</sup> Dra. Maria Gaby Rivero de Gutiérrez, Professora Adjunta do Departamento de Enfermagem da Unifesp e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Unifesp. Coordenadora da Comissão de Avaliação e Representante da área de Enfermagem;
- Prof<sup>a</sup> Dra. Alacoque Lorenzini Erdmann, Professora Titular do Departamento de Enfermagem da UFSC e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFSC;
- Prof<sup>a</sup> Dra. Emiko Yoshikawa Egry, Professora Titular do Departamento de Enfermagem em Saúde Coletiva da Escola de Enfermagem da USP e Presidente da Comissão Interunidades de Doutorado em Enfermagem da EERP e EE da Universidade de São Paulo;
- Prof<sup>a</sup> Dra. Joséte Luzia Leite, Professora Titular do Departamento de Enfermagem Médico-Cirúrgica da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto da Unirio e Pró Reitora de Pós-Graduação em Pesquisa da Unirio.
- Prof<sup>a</sup> Dra. Lorita Marlena Freitag Pagliuca, Professora Titular do Departamento de Enfermagem da Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem da Universidade Federal do Ceará, membro do Conselho de Pós-Graduação do Departamento de Enfermagem da UFC e Chefe do Departamento de Enfermagem da UFC;
- Prof<sup>a</sup> Dra. Tokico Murakawa Moriya, Professora Titular do Departamento de Enfermagem Geral e Especializada da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da USP.

## **2. Critérios de avaliação**

A comissão tomou por base os critérios anteriormente definidos na área de saúde, por sua vez emanados das diretrizes da CAPES, descritos no documento perfil dos cursos "A" – critérios a serem utilizados pelas comissões de consultores da CAPES. Deste documento, foram levadas em consideração as partes geral e específicas das Ciências da Saúde. A comissão, a seguir, procedeu ao detalhamento dos itens referentes às especificidades da Enfermagem que estão contidos no instrumento critérios da área de avaliação, anexo.

O primeiro momento da avaliação consistiu na uniformização da compreensão dos indicadores de avaliação. As componentes da comissão procederam ao primeiro julgamento baseado nos indicadores já mencionados. As avaliações dos programas foram submetidas à discussão grupal do conjunto das avaliadoras para homogeneização dos valores conferidos a partir dos critérios de classificação e qualificação de cada sub item.

O segundo momento de avaliação consistiu na reanálise dos Programas que obtiveram o conceito 5 (Muito Bom com a finalidade de verificar o nível de excelência e possível), ascensão ao nível 6 e 7.

Os critérios de avaliação para o alcance dos conceitos 6 e 7 foram baseados no documento síntese das principais decisões do conselho técnico-científico da CAPES referentes à avaliação da pós-graduação - 1998, além dos emanados da reunião de Coordenadores de Subáreas das Ciências da Saúde, realizada em Brasília durante a semana de avaliação, em 21 de maio de 1998. Cabe destacar que a estrutura, políticas e dinâmica das atividades dos programas de pós-graduação de Enfermagem avaliados se alicerçam num rigor de qualidade que os colocam num patamar mais elevado justificando-se, assim, o quadro abaixo.

Tendo em vista as mudanças ocorridas no processo de avaliação da pós-graduação, biênio 96/97, entre as quais a não homologação pelo CTC da CAPES dos resultados da avaliação efetuada pelas comissões de consultores *ad-hoc* de algumas áreas do conhecimento, entre as quais a Enfermagem, e a recomendação de reanálise dos resultados, esta comissão voltou a se reunir em 31.07.98 para realizar essa tarefa. Nesta fase, a Profa. Dra. Lorita Marlena Freitag Pagliuca não pôde estar presente por motivos de saúde.

### **Síntese evolutiva da subárea de Enfermagem nos biênios 94/95 e 96/97.**

No biênio 94/95 foram avaliados 12 cursos de mestrado, sendo 2 com conceito C, 04 com B, 5 com A e 01 com CN. E 06 cursos de doutorado, sendo 01 com B e 05 com conceito A.

No biênio 96/97 foram avaliados 14 programas de pós-graduação, com os seguintes resultados:

#### **CONCEITO 03:**

Enfermagem/UFBA  
Enfermagem/UNIRIO  
Enfermagem/UFPB  
Enfermagem/UFRGS

#### **CONCEITO 04:**

Enfermagem/UFRJ/ MD  
Enfermagem/UFMG  
Enfermagem/UFC  
Enfermagem/ USP/ M D  
Enfermagem/ Unifesp/ MD

#### **CONCEITO 05:**

Enfermagem/USP (Doutorado)  
Enfermagem/UFSC  
Enfermagem Psiquiátrica/USP/Ribeirão Preto  
Enfermagem em Saúde Pública/USP/ Ribeirão Preto  
Enfermagem Fundamental/USP/RP

### **Considerações finais sobre o processo de avaliação**

Tendo em vista os novos padrões de avaliação adotados pela CAPES, consideramos que não há possibilidade de uma comparação linear entre os antigos e os novos conceitos.

A comissão considera, ainda, que houve um avanço no processo de avaliação entre os biênios de 1994/1995 e 1996/1997 tanto pela informatização do processo como pela definição de um conjunto de critérios básicos para todas as áreas e a possibilidade de incluir aqueles que dão as especificidades das subáreas. A etapa de simulação foi proveitosa no sentido de familiarização com o processo, bem como para definição dos pesos para os diferentes itens de quesitos da avaliação. Já o trabalho de padronização de periódicos, ao nosso ver, deveria ser realizado por bibliotecária para posterior classificação pelos consultores da área.

Quanto à consolidação dos dados para avaliação, consideramos que o seu volume foi excessivo, pois vários deles não contribuíram para fazer inferências relativas aos itens da avaliação.



O conjunto das avaliações dos programas aponta aspectos positivos na área da Enfermagem, a saber:

- crescimento significativo no volume de titulados no biênio;
- diversidade de linhas de pesquisa e de base teórico-filosófica que sustentam as estruturas curriculares dos programas;
- presença de núcleos ou grupos de pesquisa, alguns emergentes e outros consolidados;
- aumento significativo da produção intelectual;
- demonstração expressiva de liderança de alguns programas de pós-graduação na Enfermagem brasileira, comprovada pela sua participação na formação de quadros titulados para fortalecer o ensino de graduação e pós-graduação e para a produção do conhecimento na área, bem como pelo apoio aos países da América Latina, para a criação de programas em nível de doutorado e fortalecimento dos mestrados;
- participação em instâncias de decisão nos organismos governamentais e associativos;
- efetivação de intercâmbios, convênios e parcerias com instituições de ensino e serviço nos níveis nacional e internacional;
- novas modalidades de tecnologias educacionais para um processo pedagógico mais efetivo;
- maior integração com o ensino de graduação, resultando em perfil profissional de melhor qualidade;
- fortalecimento dos programas, mantendo a unidade da área em busca da excelência de modo a torná-la competitiva;
- melhora significativa na qualificação dos docentes dos programas.

A Comissão de Avaliação, em que pesem as considerações anteriores que revelam a evolução da área de Enfermagem, constatou aspectos que devem ser melhorados:

- fortalecimento dos grupos de pesquisa por meio da participação mais efetiva dos alunos de pós-graduação e de graduação;
- incremento da autoria e co-autoria de trabalhos científicos envolvendo orientadores e orientandos;
- maior investimento do corpo docente e discente para divulgar os trabalhos científicos em periódicos nacionais e internacionais de reconhecida qualidade;
- implementação de estratégias para reduzir o tempo de titulação, tornando o programa mais produtivo.
- Para que estas metas possam ser alcançadas, os programas necessitam da continuidade das diversas formas de apoio das agências financiadoras, principalmente para aqueles que estão em fase de consolidação.

## **ÁREA DE AVALIAÇÃO: EDUCAÇÃO FÍSICA E FISIOTERAPIA**

---

### **I. Apresentação**

O presente documento tem o propósito de divulgar os resultados do processo de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto-sensu* em Educação Física e Fisioterapia. Para tal, foi realizada uma criteriosa análise dos dados fornecidos pelos referidos programas à CAPES, por meio dos relatórios anuais produzidos pelo Sistema.

O documento foi organizado de modo a apresentar, em linhas gerais, como se desenvolveu o processo de avaliação referente ao biênio 96/97, a evolução dos Programas de pós-graduação da subárea Educação Física e Fisioterapia e as expectativas e recomendações para os próximos biênios.

## **II. Processo de avaliação do biênio 96/97**

No biênio em foco, o processo de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto-sensu* se desenvolveu à luz de uma nova política de pós-graduação, amplamente divulgada pela CAPES. Dentre os principais indicadores que guardam relação direta com o processo de avaliação, merecem ser destacados:

- a avaliação passou a ser efetuada por programa de pós-graduação e não mais separadamente por curso (mestrado e doutorado);
- a escala de classificação passou a ser composta por sete níveis de conceitos (de 1 a 7);
- conceitos superiores a 5 (cinco) somente podiam ser atribuídos a programas que dispõem de cursos em nível de doutorado;
- os parâmetros estabelecidos anteriormente para servir de referência ao “Perfil de um Curso A” corresponderam, na avaliação deste biênio (96/97), ao perfil de programas com o conceito 5 (cinco);
- a avaliação foi planejada para ser desenvolvida em quatro momentos básicos:
- *primeiro momento*: análise do conjunto de dados de cada programa, qualificando-os preliminarmente em função das categorias, indicadores e critérios definidos na Ficha de Avaliação;
- *segundo momento*: análise comparativa entre os Programa qualificando-os com conceitos de 1 a 5, em função dos critérios estabelecidos no documento “Perfil de um Curso A para as subáreas de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional”;
- *terceiro momento*: apreciação pelo Conselho Técnico-Científico (CTC), dos resultados de cada subárea e do conjunto de resultados de cada grande área, visando assegurar a coerência e a uniformidade global ao processo de avaliação;
- *quarto momento*: divulgação dos resultados.

O objetivo da Comissão de Avaliação foi examinar as informações sobre as atividades de cada programa de pós-graduação, de modo a possibilitar um julgamento global sobre a qualidade de cada curso de mestrado e de doutorado, com referência a critérios previamente estabelecidos.

A comissão de avaliadores foi constituída pelos professores Dr. Antônio Carlos S. Guimarães (UFRGS); Dr. Eduardo Kokubun (Unesp), Dr. Helder G. de Resende (UGF), Dr. Markus V. Nahas (UFSC). A composição da comissão foi definida em função de consulta realizada com os Coordenadores de cada programa, considerando, ainda, a presença de especialistas que refletissem a natureza, a abrangência e a diversidade temática da subárea.

A comissão foi coordenada pelo representante da área, Dr. Go Tani (USP), que teve a responsabilidade de assegurar o desenvolvimento das reuniões, zelar pela adequada aplicação dos critérios de avaliação, examinar os relatórios elaborados pelos consultores e a atribuição dos conceitos em julgamento compartilhado por todos (exceto pelo docente vinculado ao programa que estava sendo avaliado e conceituado).

Os trabalhos foram, ainda, acompanhados por um membro externo, Dr. Gil Lúcio Almeida (Unicamp).

Em termos específicos, a referida comissão foi responsável também por ações que levaram a:

- Definição dos indicadores e critérios de avaliação (para as subáreas e depois para a grande área – Saúde);
- Definição do perfil de excelência para a subárea da Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional e da área de Ciências da Saúde;
- Classificação qualitativa dos canais de veiculação da produção intelectual (A, B e C);

- Divulgação e discussão da sistemática e dos critérios de avaliação com os representantes de cada programa.

### **III. Evolução dos programas de pós-graduação em Educação Física e Fisioterapia**

Foram submetidos à apreciação da Comissão de Avaliadores nove programas de pós-graduação, sendo oito vinculados à Educação Física e um à Fisioterapia (Quadro 1):

#### ***Quadro 1***

#### **Relação dos Programas Avaliados no Biênio 96/97**

ORDEM	IES	PROGRAMA	INÍCIO		CONCEITOS 94/95
			MEST	DOUT.	
01	USP-SP	Educação Física	1977	1989	A
02	UFMS-RS	Ciência do Movimento Humano	1979	1991	C/B
03	UGF-RJ	Educação Física	1985	1994	A
04	Unicamp-SP	Educação Física	1988	1993	B
05	UFMG-MG	Educação Física	1989	-	D
06	UFRGS-RS	Ciências do Movimento Humano	1989	-	C
07	Unesp-RC-SP	Ciências da Motricidade	1991	-	B
08	UFSC-SC	Educação Física	1996	-	-
09	Ufscar-SP	Ciências da Reabilitação	1997	-	-

O Quadro mostra que dois novos programas foram implantados a partir de 1996, assim como cabe ressaltar que o programa da UFRJ não apresentou seu relatório para a avaliação deste biênio.

#### **Proposta dos Programas**

Essa categoria de análise não sofreu grandes alterações em relação ao biênio anterior. A indefinição e os diferentes entendimentos acerca da identidade acadêmica da subárea continuam a chamar a atenção. Este fato também ocorre em relação aos dois programas vinculados à Fisioterapia, cuja denominação pressupõe maior abrangência que a própria subárea. Na Educação Física, alguns programas também apresentam uma denominação mais abrangente que a respectiva subárea. Como tem sido enfatizado em momentos anteriores, as implicações da imprecisão dos limites da área de conhecimento apresenta reflexos na amplitude e na dispersão temática, evidenciados na sistematização e na produção do conhecimento.

Salvo algumas exceções, os responsáveis pela elaboração dos relatórios não têm apresentado e justificado a proposta conceitual do programa, de modo a viabilizar uma adequada análise e julgamento das atividades acadêmico-científicas desenvolvidas, a despeito do sistema de coleta de dados apresentar um tópico específico para este tipo de descrição e justificativa.

Apesar desse aspecto ressaltado, a Comissão de Avaliadores optou por considerar a coerência interna de cada programa. Dessa forma, a maioria dos programas apresentou uma tendência final de adequação, como expõe o Quadro 2.

A adequação e abrangência das linhas de pesquisa ainda se constitui um problema para alguns programas.

### Quadro 2

#### Qualificação dos Itens Referentes à Proposta dos Programas por IES

ITENS	PROGRAMAS								
	USP	UFSM	UGF	UNICAMP	UFMG	UFRGS	UNESP	UFSC	UFSCAR
Coerência e consistência da proposta do Programa	AD	IN	AD	AD	AD	AD	AD	AD	AD
Adequação e abrangência das áreas de concentração	AD	IN	AD	AD	AD	AD	IN	AD	IN
Adequação e abrangência das linhas de pesquisa	IN	IN	AD	IN	AD	IN	AD	AD	IN
Proporção de docentes, pesquisadores, discentes-autores e outros participantes	AD	IN	AD	AD	AD	AD	AD	AD	AD
Infra-estrutura	AD	AD	AD	AD	AD	AD	AD	AD	AD
<b>Avaliação da Categoria</b>	<b>AD</b>	<b>IN</b>	<b>AD</b>	<b>AD</b>	<b>AD</b>	<b>AD</b>	<b>AD</b>	<b>AD</b>	<b>AD</b>

### Corpo Docente

No geral, o quadro referente ao corpo docente ainda tem sofrido modificações nesses últimos anos. Possivelmente, o novo critério de classificação dos docentes vinculados aos programas (NRD) também deve ter influenciado nesse quadro de modificações, tendo sido detectado vários casos que sugerem preenchimento incompleto ou inadequado das informações solicitadas no sistema de coleta de dados. Acrescenta-se o contexto vivido pelas universidades federais duramente atingidas pelas aposentadorias. No geral, constatou-se uma tendência de queda na avaliação desta categoria.

### Quadro 3

#### Qualificação dos Itens Referentes ao Corpo Docente por IES

ITENS	PROGRAMAS								
	USP	UFSM	UGF	UNICAMP	UFMG	UFRGS	UNESP	UFSC	UFSCAR
Composição e atuação do corpo docente; vínculo institucional e dedicação	B	R	MB	MB	R	MB	B	B	B
Dimensão do NRD6 relativamente ao corpo docente; atuação do NRD6 ao programa	MB	F	MB	B	B	R	B	B	R
Abrangência, especialização do NRD6 relativamente às áreas de concentração e linhas de pesquisa; qualificação do NRD6	MB	R	B	B	B	MB	R	MB	R
Intercâmbio ou renovação do corpo docente; participação de outros docentes	MB	B	MB	B	R	MB	R	MB	R
Envolvimento histórico com a área	MB	MB	B	B	MB	MB	B	MB	R
<b>Avaliação da Categoria</b>	<b>MB</b>	<b>R</b>	<b>MB</b>	<b>B</b>	<b>R</b>	<b>B</b>	<b>B</b>	<b>B</b>	<b>R</b>

Entre os problemas observados, destacou-se também a dependência de alguns programas a docentes não classificados em NRD6, bem como a participação de professores com mestrado, tanto nas atividades de docência quanto na participação em bancas de defesa de dissertação.

A relação orientando/orientador é muito boa em termos médios, porém é possível identificar, em alguns programas, vários orientadores com um número excessivo de orientandos.

### **Atividade de Pesquisa**

Foi possível constatar uma melhora no quadro geral das atividades de pesquisa. Em parte, esta melhora deve-se ao preenchimento adequado das informações correspondentes, decorrente do aperfeiçoamento do sistema de coleta de dados.

Foi possível observar um quadro mais positivo em relação à adequação temática dos projetos de pesquisa às respectivas linhas de pesquisa.

No entanto, alguns problemas ainda permanecem, tais como a pulverização de linhas de pesquisa, ao invés de se estruturar em torno de um número mais realístico em face da dimensão do corpo docente e das condições de exequibilidade. Em alguns casos, novas linhas de pesquisa têm sido implantadas a partir do desenvolvimento de um único projeto de pesquisa, o que não garante sua continuidade e consolidação.

Alguns programas, a despeito das observações feitas em avaliações anteriores, continuam apresentando linhas de pesquisa cujo título sugere maior abrangência que a própria área de concentração, assim como aglutinando numa só linha de pesquisa diferentes temas.

A situação da área pode ser melhor visualizada no Quadro 4:

### ***Quadro 4***

#### **Qualificação dos Itens Referentes à Atividade de Pesquisa por IES**

ITENS	PROGRAMAS								
	USP	UFMS	UGF	UNICAMP	UFMG	UFRGS	UNESP	UFSC	UFSCAR
Adequação e abrangência dos projetos e linhas de pesquisa em relação às áreas de concentração	B	F	MB	B	B	B	B	MB	B
Vínculo entre linhas e projetos de pesquisa	B	R	B	B	R	MB	B	MB	R
Adequação da quantidade de linhas e projetos de pesquisa em andamento em relação à dimensão e à qualificação do NRD6	B	R	MB	B	R	B	B	MB	R
Participação do corpo docente nos projetos de pesquisa	MB	B	MB	B	B	B	B	B	B
Distribuição equilibrada entre os docentes	B	R	B	R	B	B	B	B	R
<b>Avaliação da Categoria</b>	<b>B</b>	<b>R</b>	<b>MB</b>	<b>B</b>	<b>B</b>	<b>B</b>	<b>B</b>	<b>MB</b>	<b>R</b>

### **Atividade de Formação**

No geral, as estruturas curriculares mostram-se adequadas e abrangentes, considerando as respectivas propostas dos programas e as áreas de concentração. Alguns problemas foram detectados nos programas que apresentaram um reduzido corpo docente, mostrando-se insuficiente para dar conta da dimensão das disciplinas planejadas. Alguns programas ainda evidenciam relativa dependência de docentes não classificados em NRD6 para atender às exigências da estrutura curricular.

Alguns programas apresentam um quadro desigual na distribuição dos orientandos pelos NRD6, bem como uma relação orientador/orientando superdimensionada. Existem orientadores responsáveis por mais de dez orientandos.

Os programas também apresentam diferentes situações em relação à docência e à orientação nos respectivos cursos em nível de graduação: alguns evidenciam envolvimento exagerado, enquanto que outros um baixo envolvimento.

### **Quadro 5**

#### **Qualificação dos Itens Referentes à Atividade de Formação por IES**

ITENS	PROGRAMAS								
	USP	UFMS	UGF	UNICAMP	UFMG	UFRGS	UNESP	UFSC	UFSCAR
Adequação e abrangência da estrutura curricular relativamente à proposta do programa e às suas áreas de concentração; adequação e abrangência das disciplinas ministradas em relação às linhas e projetos de pesquisa	MB	F	B	B	B	MB	B	MB	R
Distribuição da carga letiva e carga horária média; participação de outros docentes	B	R	MB	B	R	B	B	MB	R
Quantidade de orientadores do NRD6 relativamente à dimensão do corpo docente; distribuição da orientação entre os docentes e número médio de orientandos por docentes	B	F	MB	B	R	B	R	MB	R
Atividades letivas e de orientação nos cursos de graduação	MB	B	R	MB	B	R	B	MB	R
<b>Avaliação da Categoria</b>	<b>B</b>	<b>F</b>	<b>B</b>	<b>B</b>	<b>R</b>	<b>B</b>	<b>B</b>	<b>MB</b>	<b>R</b>

### **Corpo Docente**

O quadro do corpo docente teve pouca alteração em relação ao biênio anterior, embora a produção continue a apresentar tendência de crescimento e, em alguns programas, de fortalecimento da produção conjunta de orientador/orientando. A exceção fica por conta de um dos programas que, provavelmente, pelo quadro superdimensionado de alunos matriculados, revela baixa produção docente em termos relativos.

Alguns programas têm apresentado uma situação instável em relação ao número médio de titulações por ano, a despeito da regularidade no quantitativo de alunos ingressados. Isto sugere um contexto de evasão e/ou de retenção de alunos nos programas.

### Quadro 6

#### Qualificação dos Itens Referentes ao Corpo Discente por IES

ITENS	PROGRAMAS								
	USP	UFMS	UGF	UNICAMP	UFMG	UFRGS	UNESP	UFSC	UFSCAR
Dimensão do corpo discente em relação à dimensão do NRD6	MB	R	MB	B	MB	MB	B	MB	B
Número de orientandos em relação à dimensão do corpo discente	MB	B	MB	R	B	MB	B	MB	B
Número de titulados e proporção de desistências e abandonos em relação ao corpo discente	B	MB	B	R	B	B	B	-	B
Número de discentes-autores da pós-graduação em relação à dimensão do corpo discente (e participação de discentes-autores da graduação)	MB	MB	MB	F	B	B	B	B	B
<b>Avaliação da Categoria</b>	<b>MB</b>	<b>B</b>	<b>MB</b>	<b>R</b>	<b>B</b>	<b>B</b>	<b>B</b>	<b>B</b>	<b>B</b>

### Teses e Dissertações

O tempo médio de titulação continua muito alto em relação às expectativas da CAPES (superior a 40 meses). Na maioria dos programas, os prazos dos bolsistas terminam sem que haja a respectiva titulação, o que significa uma baixa produtividade.

Outro aspecto preocupante é a baixa relação percentual entre titulados e orientadores NRD6, considerando que a média, na maioria dos programas, é inferior a uma titulação por NRD6.

Somente dois programas ainda não atendem integralmente às exigências de que as bancas examinadoras sejam compostas, em sua totalidade, por especialistas com titulação em nível de doutorado, assim como de ser composta por, pelo menos, 1/3 de integrantes externos, preferencialmente, de outras IESs.

### Quadro 7

#### Qualificação dos Itens Referentes às Teses e Dissertações por IES

ITENS	PROGRAMAS								
	USP	UFMS	UGF	UNICAMP	UFMG	UFRGS	UNESP	UFSC	UFSCAR
Vínculo das teses e dissertações com as áreas de concentração e com linhas e projetos de pesquisa; adequação ao nível dos cursos	MB	R	MB	B	B	MB	B	-	-
Tempo médio de titulação de bolsistas; tempo médio de bolsas; relação entre os tempos médios de titulação de bolsistas e de não bolsistas	R	R	B	B	R	F	R	-	-
Número de titulados em relação à dimensão do NRD6; participação de outros docentes	R	R	MB	B	R	F	B	-	-
Qualificação das bancas examinadoras; participação de membros externos	MB	F	MB	MB	R	MB	MB	-	-
<b>Avaliação da Categoria</b>	<b>B</b>	<b>R</b>	<b>MB</b>	<b>B</b>	<b>R</b>	<b>R</b>	<b>B</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## Produção Intelectual

A produção intelectual é um dos aspectos que precisa ser fortalecido, principalmente no que se refere à publicação em periódicos de nível A. O número de publicações de artigos originais em periódicos de nível A, assim como a distribuição entre os docentes do NRD6 precisam ser melhorados. Constatou-se que a maioria dos programas teve menos de um artigo por docente NRD6, assim como esse índice médio oculta o fato desse tipo de produção estar concentrada em alguns docentes do quadro. A expectativa é de que todos publiquem ao menos dois trabalhos completos por biênio.

A concentração de publicações continua sendo em anais de eventos científicos. Chamou atenção a pulverização de eventos sem continuidade e tradição na Educação Física, cuja maioria é classificada em nível C. Outro fato que chama atenção em termos negativos, é a quantidade de trabalhos apresentados por alguns docentes nesse tipo de evento, onde alguns atingem a marca de mais de 30 trabalhos, sendo quase a totalidade na condição de co-autoria. A título de exemplo, um único docente registrou cerca de 90 resumos publicados em anais de eventos. É necessário maior prudência em relação a esse aspecto, na medida em que esses trabalhos deveriam refletir o efetivo engajamento de orientadores e orientados nas atividades de pesquisa. A maioria desses trabalhos não está vinculada às linhas e projetos de pesquisa. A expectativa é de que esse tipo de produção seja proporcional ao efetivo engajamento de docentes e alunos nos projetos de pesquisa, teses e dissertações em desenvolvimento ou concluídos. Espera-se também uma proporcionalidade entre trabalhos apresentados em eventos e publicação de artigos originais em periódicos especializados de nível.

A baixa vinculação da produção intelectual com as linhas e projetos de pesquisa cadastrados foi a tônica na maioria dos programas, o que sugere produções dispersas, ou o registro de projetos só para fazer volume no relatório ou o preenchimento inadequado do sistema de coleta de dados.

### *Quadro 8*

#### **Qualificação dos Itens Referentes à Produção Intelectual por IES**

ITENS	PROGRAMAS								
	USP	UFSM	UGF	UNICAMP	UFMG	UFRGS	UNESP	UFSC	UFSCAR
Adequação dos tipos de produção à proposta do programa e vínculos com as áreas de concentração, linhas e projetos de pesquisa ou teses e dissertações	MB	R	B	B	B	B	B	MB	R
Qualidade dos veículos ou meios de divulgação	B	F	B	R	R	B	MB	MB	B
Quantidade e regularidade em relação à dimensão do NRD6; distribuição da autoria entre os docentes	B	R	MB	R	R	R	B	B	R
Autoria ou co-autoria de discentes	MB	B	MB	F	B	F	B	MB	R
<b>Avaliação da Categoria</b>	<b>B</b>	<b>R</b>	<b>B</b>	<b>R</b>	<b>R</b>	<b>R</b>	<b>B</b>	<b>B</b>	<b>R</b>

## Síntese do Processo de Avaliação



### Quadro 9

#### Evolução dos Conceitos por IES

ORDEM	IES	CONC. 94/95	CONC. 96/97
01	USP-SP	A	5
02	UFSM-RS	C/B	3
03	UGF-RJ	A	5
04	Unicamp -SP	B	4
05	UFMG-MG	D	3
06	UFRGS-RS	C	4
07	Unesp-RC-SP	B	4
08	UFSC-SC	-	4
09	Ufscar-SP	-	3

A qualidade da pós-graduação na área mostrou-se relativamente estabilizada em relação ao biênio anterior. Considerando o desempenho e os conceitos atribuídos (Quadro 8), observou-se um quadro de estabilidade nos programas da USP, UGF, Unicamp e Unesp; a tendência de evolução positiva nos programas da UFRGS e UFMG; e um quadro de dificuldades enfrentado pelo programa da UFSM. Os demais foram avaliados pela primeira vez.

Esse quadro, no geral, é positivo, considerando a fase de transição por que passa a pós-graduação brasileira, caracterizada pelos acentuados cortes no orçamento destinado ao apoio dos programas e a manutenção das bolsas de estudo; pela mudança na política de pós-graduação com o respectivo aumento no nível de exigência dos padrões de excelência; pela mudança no sistema de coleta de dados, dentre outros aspectos. Em função desses resultados, a Comissão de Consultores decidiu que os programas da área que atingiram o conceito 5 não seriam examinados com vistas a possíveis classificações nos níveis 6 e 7.

Um reflexo positivo do rigor empregado nas análises dos processos de implantação de novos cursos está espelhado na qualidade do recente programa da UFSC que apresentou, no biênio, um desempenho qualitativo e quantitativo, em vários itens, equiparado à faixa dos programas que obtiveram o conceito 5. No entanto, a Comissão de Consultores decidiu que os programas novos não obteriam essa conceituação por não poderem ser avaliados em itens importantes (definição do corpo docente, processo de orientação, fluxo de alunos, tempo médio para titulação, dissertações).

Em relação à Fisioterapia, esse rigor foi proporcional ao quadro inicial das atividades da pós-graduação *stricto-sensu* na área. O rigor no processo de análise para implantação desses programas foi mais flexível, sem com isto deixar de considerar as bases concretas de possibilidades de evolução e consolidação. A referida flexibilidade nos critérios parece também estar refletida nos conceitos obtidos.

A visão geral dos conceitos pode ser melhor retratada no Quadro 10:

### Quadro 10

#### Resultados Obtidos Pelos Programas

CATEGORIAS	PESO	UGF	USP	UFSC	UNESP	UNICAMP	UFRGS	UFMG	UFSCAR	UFSM
Prop. do Programa	1	4	4	4	4	4	4	4	4	2
Corpo Docente	2	8	8	6	6	6	6	4	4	4
Atividade de Pesquisa	1	4	3	4	3	3	3	3	2	2
Atividade de Formação	1,5	4,5	4,5	6	4,5	4,5	4,5	3	3	1,5
Corpo Discente	1	4	4	3	3	2	3	3	3	3
Teses e Dissertações	1,5	6	4,5	SA	4,5	4,5	2	3	SA	3
Produção Intelectual	3	9	9	9	9	6	6	6	6	6
<b>Somatório</b>	11	39,5	38	32	34	30	28,5	26	22	21,5
<b>MÉDIA PONDERADA</b>		<b>3,6</b>	<b>3,5</b>	<b>3,4</b>	<b>3,1</b>	<b>2,7</b>	<b>2,6</b>	<b>2,4</b>	<b>2,3</b>	<b>2</b>
<b>QUALIFICAÇÃO</b>		<b>MB</b>	<b>MB</b>	<b>B</b>	<b>B</b>	<b>B</b>	<b>B</b>	<b>R</b>	<b>R</b>	<b>R</b>
<b>CONCEITO FINAL</b>		<b>5</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>

Critérios: 4 (Muito Bom); 3 (Bom); 2 (Regular); 1 (Fracó); e SA (Sem Avaliação)

#### **IV. Expectativas e recomendações para os próximos biênios**

As expectativas e recomendações são analisadas tendo como pano de fundo as especificações do perfil de excelência que é a meta final de qualquer programa.

A expectativa acerca da **proposta do programa** é que tenha explicitada sua justificativa acadêmica, evidenciando de forma coerente e consistente a relação entre área básica, área(s) de concentração e linhas de pesquisa. Deve ser conferida especial atenção à justificativa clara e objetiva da base epistemológica do programa, de modo a viabilizar uma análise mais criteriosa das demais categorias submetidas à avaliação.

Em relação ao **corpo docente**, a expectativa é que os programas reúnam um quadro estabilizado e bem dimensionado quantitativamente em função das área(s) de concentração, linhas e projetos de pesquisa, das disciplinas planejadas (média de 1 docente NRD6 para cada 3 disciplinas); dimensão do corpo discente (média de 1 NRD6 para cada orientando), entre outros aspectos. Considerando os padrões de excelência, 80% dos docentes devem pertencer ao quadro de NRD6, assim como não deverá ter igual engajamento em outros programas de pós-graduação; 90% dos NRD6 devem demonstrar total envolvimento em atividades de ensino, pesquisa e orientação, concomitantemente; 80% das orientações devem estar sob a responsabilidade de docentes NRD6, assim como, em termos médios, 80% dos NRD6 devem ser responsáveis pela titulação de pelo menos um discente por ano. O

corpo docente deverá demonstrar vínculo com a área, via formação e, preferencialmente, produção acadêmico-científica.

Em relação ao **corpo discente** enfatiza-se a necessidade de estar bem dimensionado em relação ao corpo docente, não excedendo ao quantitativo médio de seis orientandos por NRD6. Para garantir um adequado fluxo de alunos, o número médio de titulados deve ser superior a 80% das novas matrículas por ano. O corpo discente deve ser estimulado a apresentar trabalhos, individualmente ou em parceria com os docentes, em eventos acadêmicos de bom nível, bem como produzir artigos vinculados às linhas e projetos de pesquisa do programa. A estimativa é que os programas apresentem um índice mínimo de 80% de alunos-autores.

As **teses e dissertações** devem ter clara vinculação com as linhas e projetos de pesquisa. A expectativa é que pelo menos 90% estejam neste caso. As bancas examinadoras devem ser compostas por 30% de membros externos à IES, sendo que todos em nível de doutorado. O tempo médio de titulação para bolsistas não deve exceder a 30 meses para mestrado e 48 para doutorado;

Pelo menos 80% da **produção intelectual** (de docentes e discentes-autores) deve estar vinculada às linhas de pesquisa do programa, assim como divulgadas em veículos de qualidade A e/ou B. O quadro de NRD6 deve demonstrar efetiva produção acadêmica com, pelo menos, duas publicações de trabalhos completos por biênio, preferencialmente de artigos originais publicados em periódicos, assim como uma média de seis trabalhos em eventos científicos de nível A e/ou B);

As **atividades de pesquisa** devem demonstrar coerência com as área de concentração, estar bem definidas e delimitadas. Deve haver evidências de funcionamento e consolidação das linhas de pesquisa, com projetos concluídos e em desenvolvimento. Outro índice desejável é que a maioria dos projetos recebam algum tipo de apoio técnico-financeiro de órgãos de fomento à pesquisa.

Em relação às **atividades de formação**, as disciplinas devem ser coerentes com as linhas de pesquisa, evidenciando equilíbrio, qualidade e adequado dimensionamento. Pelo menos 80% das disciplinas devem ser oferecidas no biênio.

A adequação da **infra-estrutura** é analisada a partir da adequação de laboratórios e das condições de suporte oferecidas pela biblioteca. É desejável que se relacione os periódicos assinados há pelo menos três anos. O programa deve demonstrar também a existência de recursos de informática suficientes e em condições de livre acesso a professores e alunos do programa.

Os **intercâmbios com outras instituições** são valorizados, devendo-se enfatizar as características, ações e resultados.

A tendência de se aumentar o nível de exigências visa a uma melhor diferenciação qualitativa entre os programas, assim como para situá-los, a curto prazo, em relação aos padrões de nível internacional. Dessa forma, é fundamental que os atuais programas reajam mais efetivamente, no sentido de resolver os problemas que vêm sendo apontados pelas comissões de avaliação. Muitos desses problemas vêm se mantendo, sem que os respectivos programas evidenciem claras ações de solução.

Apesar de ter havido uma melhoria no processo de preenchimentos dos dados referentes a cada programa, algumas inadequações e incoerências entre informações foram detectadas interferindo, em alguma medida, na avaliação geral dos respectivos programas. Um dos grandes problemas detectado foi em relação à definição dos indicadores de vinculação do docente ao programa, de modo a viabilizar a adequada classificação dos docentes pelos níveis de NRD6. Um outro aspecto importante, foi na vinculação da produção intelectual com as linhas e projetos de pesquisa. Os dados sugerem que a maioria da produção não guarda adequada vinculação com as atividades de pesquisa, ou que as atividades de pesquisa não retratam o que na realidade está sendo realizado, ou ainda, que não foi dada a devida atenção ao preenchimento das informações de vinculação da produção intelectual.

Concluindo, espera-se que o rigor empreendido neste processo de avaliação provoque reações efetivas de melhoria da pós-graduação na área de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional e que as recomendações sirvam de eixo norteador da qualidade esperada para programas dessa natureza.

### **Comissão de consultores científicos**

Coordenador de área:

Dr. Go Tani (USP)

Consultores:

Dr. Antônio Carlos S. Guimarães (UFRGS)

Dr. Eduardo Kokubun (Unesp)

Dr. Helder Guerra de Resende (UGF)

Dr. Markus Vinícius Nahas (UFSC)

Consultor externo:

Dr. Gil Lúcio Almeida (Unicamp)

## **ÁREA DE AVALIAÇÃO: SAÚDE COLETIVA**

---

### **1. Introdução**

#### **Composição do comitê**

O comitê de avaliação da área de Saúde Coletiva foi composto por: Cecília Minayo (ENSP-Fiocruz), Rui Laurenti (FSP-USP), Reinaldo Guimarães (IMS-UERJ), Ana Maria Malik (FGV-SP), Naomar de Almeida Filho (ISC-UFBa), Moisés Goldbaum (FM-USP), além de dois consultores externos: um do exterior (da área de conhecimento), Laura Rodrigues (LSHTM - Universidade de Londres) e outro nacional (de outra área de conhecimento), Ellen Woortmann (Departamento de Antropologia – UnB). Ao representante da área, Mauricio L. Barreto, coube a coordenação do comitê. Na escolha dos membros buscou-se representar a variedade de programas existentes e de campos disciplinares. É importante observar que nenhum dos membros é, ou foi em época recente, coordenador de nenhum dos programas avaliados, e que o coordenador do comitê não participou da avaliação de nenhum programa em particular.

#### **Procedimentos**

A avaliação ocorreu no período de 18 a 22 de maio de 1998, em Brasília, sendo que parte da comissão esteve reunida anteriormente, por uma vez, para discutir os critérios de avaliação propostos pela CAPES. O processo de avaliação foi conduzido em quatro estágios. Primeiramente, cada programa foi avaliado por dois consultores, de acordo com os resultados sumariados na ficha de avaliação padrão. Nesta etapa, nenhum dos membros participou da avaliação de programas da instituição a que está vinculado. Durante esta etapa ocorreram diversas plenárias do comitê, onde os consultores ajustaram os critérios de avaliação e conceituação dos diversos quesitos e itens. Os parâmetros fundamentais utilizados são apresentados no anexo 1.

Num segundo momento, a ficha de avaliação de cada programa foi relatada para a plenária do comitê onde eram discutidos em detalhes o conceito de cada item e de cada quesito, o conceito global e as recomendações para cada programa. Neste momento, não participava da plenária o participante que tinha vínculos com o programa em avaliação. A seguir, o grupo definiu os critérios para classificação

no níveis 6 e 7 (anexo 2) e reviu os programas elegíveis para receber algum destes conceitos (nível 5 com doutorado). Finalmente, o grupo definiu o conteúdo deste relatório final.

## **2. Avaliação dos programas**

### **Generalidades**

A avaliação indica que a área da Saúde Coletiva encontra-se em franco processo de expansão. A situação geral dos programas, com base nos conceitos finais, demonstra que a área tem globalmente um perfil Bom. Dos quatro programas que obtiveram conceito Muito Bom/5, três situam-se fora do eixo Rio-São Paulo, indicando uma tendência de desconcentração regional. Quatro programas obtiveram conceito Bom/4, enquanto outros oito programas foram classificados no nível Regular/3. Cinco dos programas de nível 3 foram criados recentemente e esta classificação é certamente indicativa do seu potencial de crescimento. Um deles foi classificado neste nível não por sua produtividade acadêmica e científica, mas porque, na visão da comissão, o programa não se enquadra na área de Saúde Coletiva. Dois programas, ambos situados fora do eixo Rio-São Paulo, foram considerados Fracos/2. Para estes, a comissão recomendou visitas a fim de avaliar a viabilidade da sua continuação. (A síntese destes resultados encontra-se nos anexos 3 e 4.)

De um modo geral, a situação funcional do corpo docente dos programas constitui o ponto forte da área. Os pontos fracos são o tempo dispendido na titulação, bem como a reduzida produção científica de discentes e docentes. Pelos critérios definidos para a classificação nesta área, nenhum dos programas avaliados foi classificado em 6 e 7; entretanto, a qualidade dos programas classificados em 4 e 5 indica que estes deverão ascender aos níveis superiores nas próximas avaliações.

### **Proposta de Programa**

De um modo geral, as propostas dos programas apresentavam compatibilidade de suas áreas de concentração com as linhas de pesquisa. A proposta de um dos programas, como se mencionou, não se considerou adequadamente alinhada à área de conhecimento da Saúde Coletiva.

### **Corpo Docente**

Um ponto extremamente positivo foi a composição atual dos corpos docentes da maioria dos programas da área, com uma boa proporção de doutores, sanando uma deficiência apontada na avaliação anterior. Porém, a comissão identifica três problemas: a) observa-se, em alguns programas, a inclusão de docentes com título de doutor com formação e atuação científica fora da área de conhecimento; b) em alguns programas, há referências a pouca renovação do corpo docente, atribuível, certamente, à insuficiente abertura de vagas, ao reduzido uso de programas de treinamento e atualização dos docentes pesquisadores e dos programas de aproveitamento e incorporação de recém-doutores. Em outros programas, principalmente naqueles situados em regiões e áreas mais distantes do eixo Rio-São Paulo, registra-se uma dificuldade ainda maior no sentido de atrair, recrutar e fixar docentes com sólida formação científica, e c) na maioria dos programas, ocorre uma utilização reduzida de oportunidades de intercâmbio científico, traduzida na baixa frequência de professores visitantes, raras licenças sabáticas (ou pós-doutoramento) e escassos projetos colaborativos multicêntricos.

### **Atividades de Pesquisa**

No Relatório da avaliação anterior, consta o seguinte:

*É evidente, a partir dos relatórios, a necessidade dos cursos terem uma maior preocupação em apresentar de forma mais organizada as suas linhas de pesquisa. Alguns programas reportam um*

*grande número de linhas, porém estas se mostram mal organizadas na medida em que não se articulam com os projetos de investigação que as compõem. Além deste aspecto organizacional e de apresentação dos relatórios, há uma necessidade de muitos programas consolidarem as suas linhas de pesquisa e que estas se expressem em projetos bem estruturados realizados por docentes e discentes e por uma produção científica consistente relacionada a estas linhas.*

Apesar dessa manifestação clara na avaliação anterior, em alguns programas persistem sérios problemas de organização das atividades de pesquisa. A consolidação das linhas de pesquisa é fundamental para o desenvolvimento de atividades de formação de boa qualidade e para uma produção científica em níveis de excelência. Além disso, esta estruturação poderá criar, em cada programa, identidades científicas que propiciarão um melhor posicionamento do grupo na sua comunidade científica nacional e internacional, bem como um melhor recrutamento e envolvimento de alunos. Neste momento, em relação a esses últimos, há uma grande diversidade na participação discente nas atividades de pesquisa entre os programas.

### **Atividades de Formação**

A flexibilidade da estrutura curricular varia grandemente entre os diversos programas, observando-se excessos nas duas direções: desde programas sem definição de núcleo curricular mínimo até aqueles que se conformam quase como “pacotes” de disciplinas. Alguns programas não apresentam um balanço adequado entre cursos de métodos e cursos de conteúdo substantivo da área da Saúde Coletiva, enquanto outros não possuem disciplinas integradoras entre as diversas áreas de concentração (isto é mais evidente e freqüente nos programas cuja área de concentração é Epidemiologia). Além disso, em alguns, disciplinas do núcleo curricular não são ministradas por docentes do NRD, enquanto que em outros incluem-se na grade curricular disciplinas que atendem exclusivamente aos interesses de investigação de docentes e outros participantes, muitas vezes de fora da área. É importante destacar que se registram poucas e tímidas iniciativas de monitoramento da qualidade do ensino.

### **Corpo Discente**

A comissão observou, na maioria dos programas, uma boa integração graduação e pós-graduação. Dentre os problemas identificados, destaca-se a reduzida participação de estudantes em publicações em periódicos e eventos científicos fora da sua unidade, em paralelo a uma irregular inserção destes nos programas de pesquisa. Além disso, nota-se uma distribuição desigual de orientandos por orientadores, chegando a situações onde 17 alunos eram orientados por um único docente. Não foi coletada informação sobre a ocorrência de bolsistas-sanduíche, o que seria um indicador indireto do grau de intercâmbio nacional e internacional do programa.

### **Teses e Dissertações**

Em comparação com a avaliação anterior, o conjunto dos programas conseguiu reduzir o tempo de titulação e aumentar o número de teses e dissertações produzidas. Apesar disso, o tempo de titulação ainda é elevado. Não obstante, poucos programas referem atividades intermediárias de avaliação, e alguns ainda utilizam bancas examinadoras sem avaliadores externos. Infelizmente, o sistema de coleta de dados não inclui dados sobre a publicação em periódicos do material gerado pelas teses e dissertações defendidas no programa.

### **Produção Intelectual**

O volume de publicações sob a forma de livros e monografias e a participação em congressos mostra-se elevado. A produção científica publicada em periódicos Qualis A e B, na área como um todo, é

reduzida (e mesmo ausente em algumas instituições); observa-se que há uma significativa concentração de publicações em alguns docentes, implicando uma parcela igualmente de docentes que não publicam. Em algumas das instituições, a publicação é excessivamente concentrada em poucos títulos de periódicos (alguns deles editados na própria instituição).

### **3. Recomendações**

1. Definir melhor a vocação de alguns programas, tanto no sentido de assumir a interdisciplinaridade quanto, quando for o caso, da inserção privilegiada em outras áreas do conhecimento.
2. Reciclar os professores e pesquisadores com formação básica fora da área da Saúde Coletiva, principalmente naqueles programas que dependem de corpos docentes recrutados em áreas afins.
3. Estimular e promover a abertura de novas vagas docentes naqueles programas que sofrem com a redução do seu corpo de docentes e de pesquisadores.
4. Promover a utilização de mecanismos de ampliação do intercâmbio científico nacional e internacional, por meio de estratégias e procedimentos já disponíveis.
5. Definir os núcleos de referência docente não apenas com critérios quantitativos e burocráticos, e sim por meio da construção da identidade de cada programa.
6. Estruturar as linhas de pesquisa a fim de consolidar a vocação temática dos grupos de pesquisa, evitando a sua conformidade às demandas discentes.
7. Estimular a participação discente nas atividades de pesquisa, fazendo-a refletir na produção intelectual dos programas.
8. Buscar um nível “ótimo” de flexibilidade nas estruturas curriculares, considerando um equilíbrio entre as disciplinas obrigatórias e optativas, e entre conteúdo e métodos, nas diversas áreas de concentração.
9. Corrigir os exemplos de distribuição desigual de orientandos por orientador, evitando mais de seis alunos de PG por docente.
10. Fazer uso mais intensivo das bolsas de doutorado-sanduíche, principalmente com programas no exterior, reforçando o intercâmbio nacional e internacional da pesquisa nessa área.
11. Estabelecer níveis intermediários de controle de qualidade do ensino, como, por exemplo, exames de qualificação e outros processos de avaliação das atividades e produtos do ensino.
12. Reduzir o tempo de titulação dos alunos.
13. Incorporar, como requisito geral, a presença de examinadores externos à instituição nas bancas de exames de qualificação e defesas de teses e dissertações.
14. Aumentar a produção científica dos docentes, estimulando a publicação em periódicos internacionais classificados em Qualis A ou B, diversificando o idioma de publicação e os veículos de divulgação.
15. Fomentar programas de treinamento de discentes e docentes em produção científica (planejamento, financiamento, aplicações, redação de artigos, submissão, divulgação, etc.).
16. Naqueles programas que já atingiram um nível de produção científica razoável, desconcentrar a produção pelo aumento da contribuição dos docentes com baixa produtividade.

#### **4. Considerações sobre o processo**

A comissão traz as seguintes considerações sobre o processo de avaliação:

- 1) O conceito de Núcleo de Referência Docente é uma excelente idéia, porém não pôde ser operacionalizada a contento na avaliação dos relatórios dos programas da área. Aparentemente, houve problemas de preenchimento e compreensão do indicador, dificultando a definição, por inferência, pelo sistema.
- 2) A classificação das referências bibliográficas (Sistema Qualis) é igualmente uma excelente iniciativa. Entretanto, será necessário aprofundá-la, além de buscar sua ampliação para uma qualificação das editoras, permitindo selecionar as coletâneas e livros completos, importantíssimos para a divulgação da produção científica da área.
- 3) O *layout* dos relatórios deixa a desejar, dificultando a localização de muitas informações valiosas. Um roteiro criado por um grupo de outra área foi de extrema valia para racionalizar os trabalhos da comissão.
- 4) Recomendamos incorporar, nos dados sobre os docentes, as atividades e responsabilidades administrativas, sua participação em comitês assessores e corpos editoriais de publicações (a serem igualmente classificadas no sistema Qualis) e, principalmente, a inserção e classificação do docente no sistema de bolsa de pesquisa do CNPq.
- 5) Quanto aos dados discentes, diferenciar abandono por jubramento e abandono por óbito ou doença.
- 6) Incluir indicadores de internacionalização do corpo discente (bolsas-sanduíche, alunos estrangeiros) e contingente e origem de candidatos à seleção no programa.
- 7) Alterar o *software*, tornando nulo (e não com valor zero) dos valores < ? > nos campos.

No processo, houve muitas interrupções devido à sobrecarga no sistema de rede. A comissão sentiu falta de alguns materiais impressos. O formulário de síntese trazia um número imenso de indicadores, induzindo, em muitos casos, a uma avaliação superficial. Apenas a lista de títulos de projetos não foi de muita utilidade. Para a análise, consideramos essenciais os seguintes itens:

- a) Quadro docente (já fornecido);
- b) Produção bibliográfica (idem);
- c) Linhas de pesquisas e projetos (formulário completo);
- d) Grade curricular (com fluxo) e ementas das disciplinas, por área de concentração;
- e) Resumos das teses com as bancas examinadoras;
- f) Extrato da ficha-programa;
- g) Lista dos formulários originais de cada programa, disponíveis *on line*.

#### **Anexo 1: Critérios para alguns quesitos da ficha de avaliação**

---

##### **1. Publicações de docentes**

Número de publicações em periódicos A ou B do sistema Qualis.



- Muito bom: número médio de publicações: 1/pesquisador; e 75% ou mais do corpo docente publicou pelo menos um artigo nos dois anos avaliados. (Inclui livros e capítulos de livros publicados por editoras com corpo editorial, que vale para todas as outras situações).
- Bom: número médio de publicações: 1/pesquisador; e menos de 75% do corpo docente publicou pelo menos um artigo nos dois anos avaliados.
- Regular: número médio de publicações: entre 1 e 0.5 por pesquisador; e 75% ou mais do corpo docente publicou pelo menos um artigo nos dois anos avaliados.
- Fraco: número médio de publicações: 1e 0.5 por pesquisador; e menos que 75% do corpo docente publicou pelo menos um artigo nos dois anos avaliados.
- Deficiente: outros.

**2. Produção científica dos discentes: (participação em congressos, outras publicações, etc., avaliado no item discentes).**

- Muito bom: pelo menos 40% do corpo discente registrou publicação (Qualis A ou B) nos dois anos avaliados.
- Bom: de 10% a 39% do corpo discente registrou publicação (Qualis A ou B) nos dois anos avaliados.
- Regular: de 5% a 9% do corpo discente registrou publicação (Qualis A ou B) nos dois anos avaliados.
- Fraco: de 2% a 4% do corpo discente registrou publicação (Qualis A ou B) nos dois anos avaliados.
- Deficiente: outros.

**3. Número de titulados (mestrado +doutorado)/ corpo docente.**

- Muito bom: 2:1.
- Bom: 1:1.
- Regular: 1:2.
- Fraco: 1:3.
- Deficiente: outros

**4. Tempo de titulação:**

	Mestrado	Doutorado
Muito bom	30	48
Bom	36	54
Regular	40	60
Fraco	48	-
Deficiente	-	-

**Anexo 2: Critérios para definir programas de pós-graduação nos conceitos 6 e 7**

Conceito 6	Conceito 7
1. PUBLICAÇÃO DE DOCENTES: Média de 1 publicação/ano em periódico ou livro classificado em Qualis A ou B; Mais de 75% do corpo docente com publicações em Qualis A ou B	1. PUBLICAÇÃO DE DOCENTES: Média de 1 publicação/ano em periódico ou livro classificado em Qualis A; Mais de 85% do corpo docente com publicações em Qualis A + B
2. PUBLICAÇÃO DE DISCENTES:	2. PUBLICAÇÃO DE DISCENTES:

Mais de 10% do corpo docente com publicações em Qualis A, B ou C	Mais de 10% do corpo docente com publicações em Qualis A ou B
3. LIDERANÇA CIENTÍFICA: Mais de 20% do corpo docente com Bolsa de Produtividade Científica do CNPq em nível I e II Mais de 10% do corpo docente (com mais de 5 anos de titulação) com Bolsa de Produtividade Científica do CNPq em nível I	3. LIDERANÇA CIENTÍFICA: Mais de 40% do corpo docente com Bolsa de Produtividade Científica do CNPq em nível I e II Mais de 20% do corpo docente (com mais de 5 anos de titulação) com Bolsa de Produtividade Científica do CNPq em nível I
4. DURAÇÃO DE TITULAÇÃO: Mestrado e doutorado: duração 10% abaixo da média global da área de avaliação	4. DURAÇÃO DE TITULAÇÃO: Mestrado e doutorado: duração 15% abaixo da média global da área de avaliação

Corpo docente: todos os orientadores do quadro da instituição efetivamente vinculados ao programa de pós-graduação, que tenham ministrado pelo menos uma disciplina na PG nos últimos dois anos.

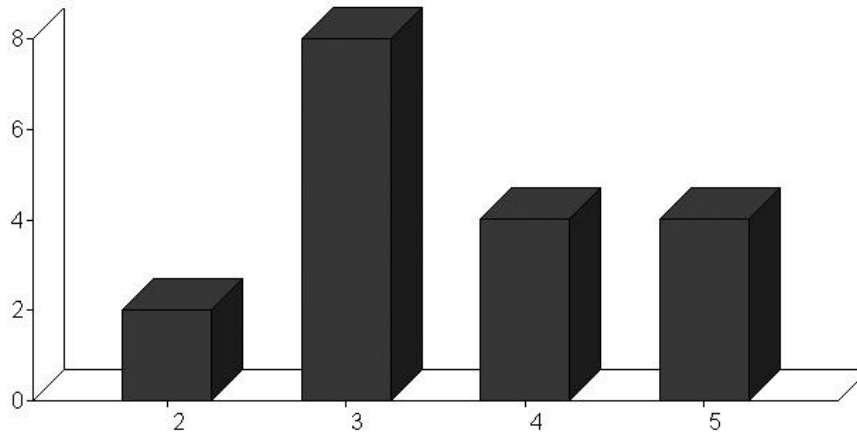
### Anexo 3: Sumário da avaliação dos programas de pós-graduação em Saúde Coletiva

Programa	UF	Conc/ Ponder.	Aval. Global	Prop. do Progr.	Corpo Docente	Ativ. Pesq.	Ativ. Form.	Corpo Discente	Teses e Dissert.	Prod. Intelect.
Fiocruz/IFF	RJ	3/3,35	Regular	Adeq	Bom	Regular	Regular	Bom	Bom	Regular
Fiocruz/ENSP	RJ	5/4,70	M Bom	Adeq	M Bom	Bom	M Bom	Regular	M Bom	M Bom
FUFMS	MS	2/2,50	Fraco	Adeq	Regular	Bom	Regular	Regular	Regular	Defic.
NESC/CpqAM	PE	3/2,71	Regular	Adeq	Regular	Fraco	Fraco	Regular	#	Bom
UECE	CE	2/2,00	Fraco	Adeq	Regular	Regular	Regular	Fraco	Regular	Defic.
UEL	PR	3/3,25	Regular	Adeq	Bom	Bom	Bom	Bom	Regular	Fraco
UERJ	RJ	4/4,35	Bom	Adeq	M Bom	Bom	M Bom	Bom	Bom	Bom
UFBA	BA	5/4,75	M Bom	Adeq	M Bom	M Bom	M Bom	Bom	Bom	M Bom
UFC	CE	3/3,35	Regular	Adeq	Regular	Bom	Regular	Bom	Bom	Regular
UFMG	MG	5/4,55	M Bom	Adeq	M Bom	Bom	M Bom	Regular	Bom	M Bom
UFPEL	RS	5/4,55	M Bom	Adeq	M Bom	M Bom	Bom	M Bom	M Bom	Bom
UFRJ	RJ	3/2,82	Regular	Adeq	Regular	Regular	Fraco	Regular	#	Regular
UFSC	SC	3/3,45	Regular	Adeq	Bom	Regular	Bom	Bom	#	Regular
Unicamp	SP	4/3,95	Bom	Adeq	M Bom	Regular	Bom	Bom	Regular	Bom
Unifesp	SP	3/3,50	Regular	Adeq	Bom	Regular	Regular	Regular	Regular	Bom
USP/MP	SP	4/4,45	Bom	Adeq	M Bom	Bom	M Bom	M Bom	Bom	Bom
USP/FSP	SP	4/4,10	Bom	Adeq	M Bom	Bom	Bom	Regular	Bom	Bom
USP/RP	SP	3/2,90	Regular	Adeq	Defic	Regular	Regular	Bom	Regular	Regular

# Item não avaliado – Cursos novos

## Anexo 4: Distribuição dos conceitos dos programas de pós-graduação em Saúde Coletiva

---



### CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

#### ÁREA DE AVALIAÇÃO: DIREITO

---

**Áreas básicas:** Direito; Teoria do Direito; Direito Público; Direitos Especiais

**Comissão de Avaliação** - Consultores

Ricardo Cesar Pereira Lira - UERJ - RJ - (Coordenador); João Maurício Leitão Adeodato - UFPE – PE; José Alfredo de Oliveira Baracho - UFMG – MG; José Alcebíades de Oliveira Jr. - UFSC – SC; Luiz Edson Fachin - UFPR – PR; Paulo de Barros Carvalho - PUC/SP – SP; Willis Santiago Guerra Filho - UFC – CE.

#### Documento de área

1. Reuniu-se, de 1º a 4 de junho de 1998, a Comissão de Avaliação dos Programas de Pós-Graduação na área do Direito, constituída pelos professores doutores Ricardo Pereira Lira (UERJ), na qualidade de Coordenador, Luiz Edson Fachin (UFPR), na qualidade de Coordenador substituto, José Alfredo de Oliveira Baracho (UFMG), Willis Santiago Guerra Filho (UFC), João Maurício Leitão Adeodato (UFPE), Paulo de Barros Carvalho (PUC-SP e USP), e José Alcebíades de Oliveira Junior (UFSC).

As reuniões ocorreram no Manhattan Plaza, em Brasília.

2. Anteriormente, a pedido da CAPES, no período de 10 a 12 de março de 1998, o Coordenador e os professores doutores José Alfredo de Oliveira Baracho, Luiz Edson Fachin e Willis Santiago Guerra Filho, se reuniram, também no Manhattan Plaza, em Brasília, para, em face dos novos critérios adotados pela CAPES para a avaliação de 1998, realizarem, tal como as demais áreas, uma avaliação simulada, tomadas como bases referenciais, por eleição da CAPES, dois programas: a pós-graduação da UEL-Universidade Estadual de Londrina e a da UFRGS-Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Basicamente, as duas alterações programadas para a avaliação bienal de 1998 eram: (a) a avaliação não se processaria mais por cursos (mestrado e doutorado), mas por programas, no seu conjunto, (b) os níveis não seriam mais explicitados por letras (de A a D), mas numericamente, de 01 a 05, sendo que exclusivamente para os Programas com doutorado e mestrado (ambos do sistema CAPES), apresentando atributos de excelência, poderiam chegar aos níveis 06 e 07.

Além dos dados informativos referentes aos novos critérios, a comissão que realizou a simulação recebeu da CAPES uma dita proposta de Ficha de Avaliação, na qual acrescentou vários itens nos diversos quesitos que, a seu juízo, seriam relevantes na avaliação efetiva. Sugeriu, sobretudo, que aspectos ligados à proposta do programa, como a coerência e consistência da proposta, a adequação e abrangência das áreas de concentração e das linhas de pesquisa, relativamente ao nível do curso, e a proporção de docentes pesquisadores, discentes-autores e outros participantes, fossem levados em consideração com pesos específicos na referida avaliação.

Na aludida Ficha de Avaliação, a comissão fixou ainda pesos para cada um dos itens, que, juntamente com a atribuição de conceitos (Muito Bom, Bom, Regular, Fraco, e Deficiente), determinariam, enfim, pela operação do aplicativo adotado pela CAPES no seu sistema de informática, a tendência dominante de cada qual dos quesitos.

A inclusão na avaliação efetiva dos conceitos pertinentes à proposta do programa, bem como alguns dos itens sugeridos pela comissão, como, por exemplo, o relativo à endogenia, não foram aceitos pela CAPES. Anexo a este documento da área segue a Ficha de Avaliação com os respectivos pesos definidos pela comissão na fase de simulação, e também o documento contendo os critérios da área de avaliação definidos pela comissão.

3. Já, agora, na avaliação efetiva, composta a comissão na integralidade de seus membros, aprovou ela, à unanimidade, os novos critérios, pesos e itens, limitados às definições do CTC/CAPES, inserindo, no horizonte de suas possibilidades reservado pela ficha definitiva apresentada pela CAPES, itens desenvolvidos na fase de simulação.

4. Recebeu a comissão da CAPES uma síntese das principais decisões do Conselho Técnico-Científico referentes à avaliação da pós-graduação em 1998.

Pela sua importância, e visando a plena compreensão da avaliação procedida, tais decisões do CTC/CAPES devem ser reproduzidas integralmente nesse documento da área:

#### FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

Síntese das principais decisões do Conselho Técnico Científico da CAPES referentes à avaliação da pós-graduação 1998

1 - A avaliação será efetuada por programa de pós-graduação e não mais separadamente por curso (mestrado ou doutorado).

2 - A escala de classificação será composta por sete níveis de conceitos – de 1 a 7 – sem frações.

3 - Conceitos superiores a 5 (cinco) somente poderão ser atribuídos a programa que mantenha curso de doutorado.

4 - Os parâmetros estabelecidos pelas comissões de área para compor o " Perfil de um Curso A" corresponderão, na avaliação de 1998, ao perfil dos programas com conceito 5 (cinco). Os documentos que definem essa referência por área podem ser encontrados na *home page* da CAPES, INFOCAPES, vol. 2, nº 3, julho/setembro 1994.

5 - A efetivação da avaliação de 1998 incluirá quatro momentos básicos:

### **Primeiro momento**

- Análise pelas Comissões de Área do conjunto de programas de pós-graduação e enquadramento de cada um dos programas em um dos cinco primeiros níveis da escala: 1, 2, 3, 4 ou 5.

### **Segundo momento**

- Análise pelas comissões de área dos programas enquadrados no momento anterior no nível 5, isto é, daqueles que apresentam um perfil pelo menos correspondente ao estabelecido como "Perfil de um Curso A", submetendo-os aos referenciais de excelência de desempenho estabelecido para os níveis 6 e 7 da escala. Tais referenciais são delineados pelo atendimento do conjunto das seguintes exigências:

a) desempenho diferenciado (em nível compatível com padrões internacionais) no que diz respeito à produção científica, cultural, artística ou tecnológica;

b) competitividade em nível compatível com programas similares de excelente qualidade no exterior;

c) demonstrações evidentes de que seu corpo docente desempenha papel de liderança e representatividade na sua respectiva comunidade;

- A atribuição do conceito 7 (sete) é restrita exclusivamente a programa com desempenho claramente destacado dos demais, inclusive daqueles que obtiveram o conceito 6 (seis).

- Da análise correspondente a esta etapa, poderá resultar ou não o enquadramento de programas nos dois níveis mais elevados da escala.

### **Terceiro momento**

- Apreciação pelo Conselho Técnico-Científico (CTC) dos resultados correspondentes a cada área e ao conjunto de resultados referentes a cada grande área. Esta apreciação visa a assegurar um mínimo de coerência e uniformidade ao processo de avaliação das diferentes áreas e a permitir a composição de uma visão integrada do desempenho do sistema de pós-graduação.

- Homologação pelo CTC dos resultados da avaliação correspondentes a cada área.

### **Quarto momento**

Divulgação dos resultados.

Procurando aplicar esses conceitos, a comissão chegou finalmente à avaliação dos programas sujeitos à sua análise, cuja íntegra da avaliação e das considerações estão na Ficha de Avaliação analisada e preenchida por cada programa, e que podem ser, assim, resumidas:

**- UFPA - Conceito 3 - Regular**

O curso não apresenta evolução significativa apta a ensejar mudança de conceito para melhor. A produção quantitativa de dissertações está aquém do conceito "bom", e a produção intelectual e bibliográfica também se apresenta insatisfatória. A comissão recomendou visita ao programa.

**- UFC - Conceito 5 - Muito bom**

A tendência dominante foi o conceito "muito bom". A comissão deliberou manter o conceito 5 pelo conjunto das realizações do programa e pela excelência do corpo docente associado à atividade de pesquisa. Sem embargo, tem o programa o desafio de ampliar o número de defesas e de projetos de pesquisa para manter-se no patamar em que se encontra. Percebe-se, desde já, que as perspectivas são favoráveis nesse sentido.

**- UFPB/J.P. - Conceito 3 - Regular**

Trata-se de um curso novo, necessitando ainda mostrar produção. O conceito inicial B, dado pelo GTC/CAPES, correspondeu ao projeto. Entretanto, constatamos agora a necessidade de um incremento no quadro de professores, bem como em suas produções intelectuais. Outrossim, constata-se importante lacuna na área da pesquisa, bem assim em relação à biblioteca setorial especializada que apresenta pouco contingente de obras.

**- UFPE - Conceito 5 - Muito bom**

O programa passou por acentuado processo de reestruturação, havendo reflexos inequívocos das medidas que foram implantadas no espaço do último biênio. O quadro de docentes, que já era de bom nível, foi enriquecido com número significativo de doutores, incrementando-se a participação de professores de outras instituições. Além disso, cresceu consideravelmente o número de dissertações apresentadas, outro índice positivo que justifica o conceito atribuído.

**- UFBA - Conceito 4 - Bom**

Não se percebem ainda os resultados significativos das alterações proclamadas pelo programa, mantendo-se, pois, numa situação substantivamente inercial. No corpo docente inexistem expressivas alterações desde 1991, mantendo o curso a mesma média de 12 docentes. De outra parte, a média do tempo de titulação, sem embargo de alguma melhora, está muito além dos trinta meses almejados para o mestrado. O ingresso de 08 alunos em 95, idem 96 e em 97, é outro dado que chama a atenção, tendo o Programa, ao final de 97, 28 alunos.

Não é de todo perceptível a melhoria suscitada pelo programa em sua visão geral do curso, daí porque, se providências efetivas não forem tomadas, a perspectiva é de tendência não favorável. Todavia, considerando que não houve decréscimo acentuado, presentes esforços no sentido de reestruturar o Programa, decide a Comissão manter o conceito 4. A comissão recomendou visita.

**- UERJ - Conceito 5 - Muito Bom**

O programa apresentou-se sensivelmente renovado, com melhora em praticamente todos os aspectos considerados. De se registrar, como ponto que merece atenção no desenvolvimento futuro

da proposta do programa, uma certa inconsistência na relação entre linhas de pesquisa e áreas de concentração.

**- PUC-RIO - Conceito 4 - Bom**

O curso vem tendo um bom desempenho e que foi consolidado no último biênio, revelando a sua tendência para um aprimoramento do sistema do mestrado, manifestado por meio das múltiplas atividades que vem exercendo.

**- UGF - Conceito 5 - Muito Bom**

O conceito se justifica em razão da existência de curso de doutorado no programa, o qual recebe agora sua primeira avaliação. Demais disso, o conceito 5 equivale, caso fossem mantidos os parâmetros pretéritos, ao conceito A. Foi precisamente o conceito A o obtido pelo mestrado na avaliação anterior, mantendo-se, no entender da comissão, nesse mesmo patamar.

**- UFMG - Conceito 6 - Excelente**

O programa merece, no entender da comissão, o conceito, tanto no mestrado quanto no doutorado, num primeiro momento. Além disso, num segundo momento, seguindo as etapas do procedimento de avaliação, trata-se de um programa que apresenta perfil de excelência merecedor de destaque, propondo, por isso mesmo, a comissão, a atribuição de conceito maior para efeito de imprimir visibilidade a esse grau destacado de colocação do programa no panorama nacional da pós-graduação em Direito. Partindo do conceito máximo 5, a comissão deliberou, à luz da orientação do CTC/CAPES, atribuir o conceito de excelência.

**- USP - Conceito 5 – Muito Bom**

O conceito se justifica mais pelo reconhecimento da qualidade do programa, a partir da experiência de membros da comissão, do que pelos dados fornecidos para esta avaliação, os quais se revelaram acentuadamente deficientes, conforme salientado pelo próprio programa.

**- PUC/SP - Conceito 6 - Excelente**

Como se percebe da conceituação localizada de todos os itens na Ficha de Avaliação, o programa não apenas demonstra excelência como também vem mantendo essa qualidade ao longo de sucessivas avaliações levadas a efeito pela CAPES. Mesmo sendo um curso de grandes dimensões, seu corpo docente e sua produção científica, além de outros pontos, são da melhor qualidade, justificando superar o conceito 5, atingindo a conceituação máxima.

**- UFPR - Conceito 5 - Muito Bom**

O conceito foi dado tendo em vista a tendência dominante do programa, bem como a análise de sua síntese evolutiva. O curso, a partir da obtenção do conceito A na avaliação anterior, teve um aprimoramento em todos os seus segmentos, destacando-se como uma pós-graduação que se sobressai, no contexto dos demais programas existentes no sistema de avaliação.

**- UEL - Conceito 3 - Regular**

O programa se encontra em plena fase de recuperação, atendendo ao projeto desenvolvido nesse sentido, sem embargo de ainda apresentar algumas dificuldades que poderão ser superadas pelo reconhecido esforço do curso. A evolução do programa, da avaliação anterior para a presente, é fato assinalado pela comissão como indicador positivo em favor do programa. À guisa de ilustração, o programa, na avaliação anterior, alcançou apenas o conceito D. Nesta avaliação, se

fossem mantidos os parâmetros pretéritos, permitiriam ao programa atingir, sem dúvida, o conceito C, com sua melhoria.

#### **- UEM - Conceito 3 - Regular**

O programa ainda é novo, estando em fase de estruturação, mas apresenta amplas possibilidades de se tornar de valor significativo no sistema de pós-graduação. Sendo a primeira avaliação os dados referentes às dissertações só poderão ser examinados quando o curso iniciar suas defesas.

#### **- UFSC - Conceito 6 - Excelente**

O programa, que vinha sendo já de algum tempo referência nacional, teve uma pequena queda de qualidade em seu curso de doutorado percebida nas últimas avaliações. Atualmente, o corpo docente está ampliado e mais qualificado, o curso de mestrado evoluiu e o de doutorado voltou a apresentar padrões de excelência, com o aumento na intensidade e quantidade da produção científica, o que justifica sua colocação.

#### **- UFRGS - Conceito 4 - Bom**

O programa, que vinha com conceito C no biênio anterior, demonstrou forte empenho de recuperação, fazendo-se sentir o esforço de sua coordenação para flexibilizar o curso, desvinculando-o de certos procedimentos que estavam prejudicando sua expansão e desenvolvimento. E os resultados apareceram mediante sensíveis progressos em quase todos os setores do programa, manifestando-se especialmente no ano de 1997. O processo evolutivo, porém, não pode se deter, cumprindo à direção do programa dar continuidade às providências de ajuste até aqui efetivadas, para que, na próxima avaliação, tal esforço possa expressar-se em termos de nova melhoria de conceito.

#### **- PUC/RS - Conceito 4 - Bom**

O curso é novo, estando em fase de acompanhamento pela CAPES. Os números do relatório dão conta, entretanto, de significativa mobilização em termos da implementação do projeto, segundo os parâmetros concebidos. É de assinalar que, de 1996 a 1997, houve sensíveis alterações em tópicos importantes, o que não impede de reconhecer o trabalho que se espera nos anos subseqüentes. Desse modo, à proporção em que os aspectos mais relevantes forem sendo ajustados aos padrões estabelecidos, o programa poderá merecer conceitos gradualmente mais elevados.

#### **- Unisinos - Conceito 4 - Bom**

O curso manteve a expectativa de boa qualidade, demonstrando produção de qualidade, assim como perfil acadêmico e científico. A proposta é específica e vem sendo implementada, segundo os parâmetros anteriormente colocados. Os conceitos deficientes, localizados, referem que ainda não houve defesa de dissertação.

#### **- UFG - Conceito 3 - Regular**

As atividades de formação, assim como as dissertações e as próprias atividades de pesquisa são adequadas ao programa, que se caracteriza por especificidade temática, tendo o curso se mantido no perfil anteriormente avaliado. Ainda assim, é preciso incrementar a produção discente, buscando melhorar mais sensivelmente cada um dos aspectos componentes da estrutura acadêmica do curso.

#### **- UNB - Conceito 4 - Bom**



A UnB mantém regularidade em relação ao corpo docente, corpo discente e produção intelectual e bibliográfica. A pesquisa não pode ser corretamente aferida. O incremento mais sensível ocorreu nas defesas de dissertações em 1997. O curso dá mostras de uma reação às críticas da avaliação anterior e apresenta sensíveis melhoras em itens importantes, tais como as defesas de dissertação. Não obstante, o avanço, embora significativo, ainda não se apresenta como suficiente para uma alteração conceitual, sobretudo se considerados os quadros comparativos da pós-graduação em Direito no País.

5. Entende a comissão ser conveniente recomendar maior transparência nos trabalhos de avaliação, determinando o envio, diretamente, aos programas de pós-graduação em Direito de cópias das respectivas Fichas de Avaliação, já preenchidas, na íntegra, e deste documento de área.

6. Para efeito de esclarecer à comunidade acadêmica e aos programas da área, entende a comissão ser necessário destacar que levou em conta, na mudança operada pela CAPES no tocante aos conceitos, a equivalência entre a sistemática anterior e a atual, significando, pois, que os cursos com conceito A, equivalem, neste procedimento, ao nível 5.

7. Registra a comissão, ainda, que os programas tiveram dificuldade no preenchimento dos relatórios, ou seja, no atendimento do novo DataCAPES. Demais disso, assinala ainda ser de todo oportuno que os relatórios remetidos à CAPES venham também na forma escrita, firmados pelos respectivos Coordenadores dos programas, responsabilizando-se pelas informações prestadas, tal como encaminhadas para a avaliação.

8. Considera também a comissão conveniente sugerir o incremento do intercâmbio entre os diversos programas, a fim de diminuir a endogenia, e ainda pelo estabelecimento de bolsas-sanduíche no País, a título de exemplo.

9. Considerando ainda a comissão conveniente a aplicação mais flexível do Qualis no processo de avaliação, tendo-se em vista a necessidade do seu aprimoramento.

10. Por derradeiro, a comissão registra que é evidente o progresso da pós-graduação na área do Direito, com especial relevo à qualificação do corpo docente, à qualidade da produção acadêmica e à melhoria da infra-estrutura e instalações. Do mesmo modo, é também destaque a qualificação e a participação cada vez maior do corpo discente dos programas de pós-graduação, inclusive de modo articulado com a graduação, conclusão a que se chega não só pelos dados coletados, como pela ciência pessoal dos membros da comissão. Em suma, conclui-se pela acentuada tendência de melhoria na área.

Rol de documentos anexos:

1. Ficha de Avaliação formulada pela comissão na fase de simulação;
2. Critérios da área de avaliação;
3. Documento-síntese com os conceitos atribuídos a todos os programas avaliados;
4. Ficha de Avaliação de cada um dos 20 (vinte) programas avaliados.

## **ÁREA DE AVALIAÇÃO: ADMINISTRAÇÃO / TURISMO**

---

**Áreas básicas:** Administração; Administração de Empresas; Administração Pública; Ciências Contábeis.

## **Comissão de Avaliação - Consultores**

César Gonçalves Neto - UFRJ - RJ - (Coordenador); Adalberto Américo Fischmann - USP - SP; Antonio Carlos Manfredini da Cunha Oliveira - FGV/SP - SP; Humberto Marques Filho - UFPB/J.P. - PB; Jaime Evaldo Fensterseifer - UFRGS - RS; Suzana Braga Rodrigues - UFMG - MG; Sylvia Constant Vergara - PUC-Rio - RJ.

### **Documento de área**

A Comissão da Área - formada pelos Professores César Gonçalves Neto (Representante de Área), Adalberto Fischmann, Antonio Carlos Manfredini Oliveira, Humberto Marques Filho, Jaime E. Ferstenseifer, Suzana Braga e Sylvia Vergara - reuniu-se em Brasília na semana de 1 a 5 de Junho de 1998, para avaliar os programas da área de Administração e Turismo.

Inicialmente, foi analisado o novo sistema de avaliação, com suas prováveis implicações para a área. Uma conclusão inicial importante foi que se deveria olhar para tal sistema com bastante cuidado, tendo em vista que a comunidade da área ainda não está perfeitamente familiarizada com o mesmo.

Os trabalhos desenvolveram-se em duas etapas. Na primeira, a comissão discutiu amplamente os critérios referentes aos vários quesitos e itens. A avaliação dos itens foi baseada em uma combinação de critérios qualitativos e quantitativos. Na segunda, a comissão analisou os diversos programas, aplicando os critérios desenvolvidos na primeira etapa.

No que se refere aos itens (dentro dos quesitos), acreditamos que a leitura do documento "Perfil de Excelência da Área" irá indicar os aspectos mais valorizados pela comissão. Apenas a título de exemplo, deve-se notar que no quesito Corpo Docente, deu-se grande importância à titulação dos docentes; no quesito Corpo Discente, deu-se grande importância ao número de alunos titulados; no quesito Teses e Dissertações, deu-se grande importância ao tempo médio de titulação dos alunos.

De um modo geral, a área de Administração e Turismo teve um bom desempenho no conjunto dos quesitos. Assim, quase 90% dos programas tiveram suas "Propostas" consideradas como "Adequadas", o que nos parece muito bom. O mesmo pode ser dito em relação às Atividades de Formação, onde quase 75% dos programas foram considerados como superiores ("Bom" ou "Muito Bom"). Com um desempenho também significativo, ficou o quesito Teses e Dissertações, onde 56% dos programas foram classificados como superiores e os 44% restantes como medianos ("Regular").

Existe, entretanto, espaço para melhoramentos. Nota-se que nas Atividades de Pesquisa cerca de 52% dos programas foram classificados como medianos e 39% como superiores. Isto talvez se reflita no quesito Produção Intelectual, onde 35% dos programas foram classificados como superiores, 39% como medianos e 22% como "Fracos". Parece claro que a área precisa fazer algum esforço para melhorar tal produção.

Também passível de melhoria, estão os quesitos Corpo Docente (43% qualificados como superiores, 48% como medianos e 8% como "Fraco" ou "Deficiente") e Corpo Discente (43% qualificados como superiores, 43% como medianos e 13% como "Fraco" ou "Deficiente").

No que se refere à ponderação dos vários quesitos, decidiu-se que o maior peso (30%) caberia ao quesito Produção Intelectual, por melhor refletir, no entendimento da comissão, a qualificação e o desempenho do programa. A seguir vieram os quesitos Corpo Docente e Teses e Dissertações, com 20% cada um. Os quesitos Atividade de Pesquisa, Atividade de Formação e Corpo Discente tiveram uma ponderação de 10% cada.

Tendo em vista a grande mudança ocorrida no sistema de avaliação, a comissão optou por um posicionamento relativamente conservador no que diz respeito às mudanças sugeridas pelo CTC da

CAPES. Por outro lado, a Comissão considerou também o desempenho dos diversos programas da área no biênio em questão. Assim, conjugando estes dois aspectos, a comissão optou por não avaliar qualquer programa com as notas 6 e 7.

Ainda por conta de tal mudança, a comissão considerou bastante discutível uma avaliação evolutiva dos programas; se a metodologia é diferente, se os dados foram analisados de forma diferente, se o "modelo" de avaliação é diferente, pareceu-nos difícil comparar o biênio 96/97 com o biênio anterior.

Finalmente, a comissão considerou que esforços devem também ser feitos para:

(1) discutir com cada comissão quais dados serão efetivamente utilizados na avaliação, de modo a evitar a enorme quantidade de tabelas que foram oferecidas às comissões e que eventualmente podem confundir ao invés de ajudar. Em outras palavras, deve-se expurgar informações desnecessárias ao julgamento;

(2) oferecer também dados relativos ao período total de avaliação e não apenas dados isolados referentes aos anos sob avaliação;

(3) oferecer dados que permitam uma análise mais efetiva quanto ao grau de endogenia do corpo docente, quanto à estrutura de disciplinas e quanto às publicações técnicas do corpo docente.

(4) Finalmente, a Comissão sugere fortemente que a CAPES procure modificar o atual *modus operandi* da avaliação: parece-nos bastante desgastante continuar com um sistema de total imersão por uma semana em Brasília. Dever-se-ia estudar a possibilidade de um processo mais "suave", onde os membros da comissão possam receber os processos a serem avaliados com alguma antecedência, de modo a poderem fazer suas análises sem as pressões de tempo que o sistema atual impõe.

## **ÁREA DE AVALIAÇÃO: ECONOMIA**

---

**Áreas básicas:** Economia; Crescimento, Flutuações e Planejamento Econômico; Economia dos Recursos Humanos; Economias Agrária e dos Recursos Naturais; Economia Agrária.

### **Comissão de Avaliação - Consultores**

Ana Maria Afonso Ferreira Bianchi - USP – SP; Clélio Campolina Diniz - UFMG – MG; Clovis José Daudt Lyra Darrigue de Faro - UFRJ – RJ; João Luiz Maurity Sabóia - UFRJ – RJ; Luiz Ivan de Melo Castelar - UFC – CE; Maria de Lourdes Rollemberg Mollo - UnB – DF; Nali de Jesus de Souza - UFRGS – RS; Otaviano Canuto dos Santos Filho - Unicamp – SP; Reinaldo Gonçalves - UFRJ – RJ; Rogério Studart - UFRJ – RJ.

### **Documento de área**

Na primeira fase de avaliação, realizada em março deste ano, reuniram-se em Brasília os professores Ana Maria A. F. Bianchi, Clélio Campolina Diniz, Clóvis de Faro e Maria de Lourdes Rollemberg Mollo. Nesta ocasião, foram analisados os quesitos que compõem a avaliação e definidos de forma preliminar os indicadores mais adequados em cada caso. O resultado desse processo foi apresentado aos coordenadores de todos os programas da área, no sentido de colher subsídios para uma decisão mais legítima.

Na segunda fase, a Comissão da Área – formada pelos Professores Ana Maria A. F. Bianchi, Clélio Campolina Diniz, Clóvis de Faro, Maria de Lourdes Rollemberg Mollo, Luiz Ivan de Melo Castelar,

Nali de Jesus de Souza, Otaviano Canuto dos Santos Jr. e Rogério Studart – reuniu-se em Brasília, na semana de 1 a 5 de Junho de 1998, para avaliar os programas. Os trabalhos desenvolveram-se em duas etapas.

Na primeira delas, a comissão discutiu amplamente os critérios referentes aos vários quesitos e itens, levando em devida conta as sugestões dos coordenadores. Foram então estabelecidos os critérios definitivos.

Em cada quesito, considerou-se uma combinação de critérios qualitativos e quantitativos. No que se refere à ponderação dos vários quesitos, decidiu-se que o maior peso (30%) caberia ao quesito Produção Intelectual, por ser aquele que melhor reflete, no entendimento da Comissão, o desempenho do programa. Dentro desse, valorizou-se principalmente a publicação em periódicos internacionais e nacionais classificados como de primeira linha.

Os dois outros quesitos de maior peso correspondem a Corpo Docente e Teses e Dissertações, com 20% cada um. O primeiro reflete a qualidade, a dedicação e o desempenho do corpo docente, expressos em termos de titulação, experiência e produção. O segundo exprime a produtividade do programa no que tange ao fluxo de alunos titulados e à qualidade das dissertações. Neste particular, a comissão introduziu como critério adicional de julgamento os prêmios mais significativos da área. Os demais quesitos (Atividade de Pesquisa, Atividade de Formação e Corpo Docente) tiveram uma ponderação de 10% cada.

Dessa forma, os critérios de avaliação privilegiaram o cerne do desempenho geral de cada programa em matéria de ensino e pesquisa, o que foi refletido nos conceitos finais.

Na segunda fase, a comissão definiu os critérios para a promoção dos programas que haviam recebido conceito final muito bom, respeitando-se os parâmetros estabelecidos para a área de Ciências Sociais Aplicadas.

A avaliação final, contida nas tabelas e gráficos anexos, auto-explicativos, mostra que cinco centros obtiveram o grau 6.

Como contribuição para as futuras avaliações, a comissão sugere:

- a) seleção das variáveis mais significativas e sua tabulação de forma mais sintetizada, a fim de se evitar excesso de informações desnecessárias ao julgamento;
- b) discriminação dos dados referentes ao fluxo de novas contratações de docentes, no período de análise, explicitando a origem da titulação, a fim de se analisar o grau de endogenia;
- c) aprimoramento dos critérios de classificação das publicações;
- d) estabelecimento de ponderação especial para publicações que revelem elevado grau de endogenia (veículos da própria instituição ou a ela vinculados).

A comissão encerra seus trabalhos elogiando a CAPES pela condução do processo de avaliação e a competência da COPPE na confecção do programa utilizado.

## **ÁREA DE AVALIAÇÃO: ARQUITETURA E URBANISMO**

---

**Áreas básicas:** Arquitetura e Urbanismo; Tecnologia de Arquitetura e Urbanismo; Desenho Industrial.

### **Comissão de Avaliação - Consultores**

Denise Barcellos Pinheiro Machado - UFRJ - RJ - (Coordenador); Ana Clara Torres Ribeiro - UFRJ - RJ; Ana Maria Fernandes - UFBA - BA; Carlos Alberto Ferreira Martins - USP - SP; Marcelo de

Andrade Romero - USP – SP; Marcio Villas Boas - UnB – DF; Maria Serena Donattela Calabi - NI – NI.

A Comissão de Avaliação, reunida de 01 a 05 de junho de 1998, em Brasília, foi composta pelos seguintes professores doutores: Coordenação: Denise Barcellos Pinheiro Machado (UFRJ) - representante da área de Arquitetura e Urbanismo; Membros da área: Ana Maria Fernandes (UFBA), Carlos Alberto Ferreira Martins (USP - São Carlos), Marcelo de Andrade Romero (USP); membro externo à área: Ana Clara Torres Ribeiro (UFRJ); Membro internacional: Donatella Calabi (Istituto Universitario di Architettura di Venezia - Itália).

A composição da Comissão de Avaliação obedeceu aos seguintes critérios: (a) responde aos requisitos apresentados pela CAPES (entre os membros da área, é desejável que metade dos professores tenham participado da avaliação anterior; um membro nacional de outra área; um membro internacional da mesma área); (b) contempla pelo menos uma das indicações encaminhadas por cada um dos programas de pós-graduação (consulta feita em novembro de 1997); (c) é composta de professores que atuam no conjunto das subáreas do conhecimento; e (d) visa ao equilíbrio entre as instituições do país.

## **1 - Introdução**

A avaliação dos programas de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo relativa ao biênio 1996/1997, foi realizada pela comissão acima citada, em dois momentos, a saber:

(a) Reunião preparatória realizada na CAPES, Brasília, nos dias 17 e 18 de março de 1998, com a presença dos professores doutores: Denise Barcellos Pinheiro Machado, Ana Maria Fernandes e Carlos Alberto Ferreira Martins. Esta reunião teve a dupla finalidade de familiarização de parte da comissão de avaliação com o novo sistema de avaliação e o manuseio do programa de computação correspondente; e a definição de critérios e classificação de periódicos, revistas e anais da área, chamado programa Qualis. Nesta reunião foram definidos os critérios básicos da avaliação, constantes no campo relativo aos Critérios da Área de Avaliação, desta ficha. Iniciou-se também a compatibilização das referências bibliográficas e uma primeira qualificação de periódicos e anais, para dar bases ao Qualis da área.

(b) A avaliação propriamente dita, realizada entre os dias 01 e 05 de junho de 1998, em Brasília, com a participação de todos os membros da Comissão.

No intervalo entre estas duas sessões, no dia 19 de maio de 1998, na CAPES, em Brasília, a representante de área reuniu os Coordenadores de Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo para esclarecimentos sobre o processo de avaliação. Nesta reunião foram discutidos aspectos pertinentes à área e foram emitidas sugestões relativas aos critérios e aspectos a serem valorizados na avaliação, bem como uma proposta de distribuição geral dos pesos entre os seis quesitos ponderáveis de avaliação. Estiveram presentes todos os Coordenadores de programa (USP, USP-SC, UnB, UFRJ-Arq, UFRJ-Urb, UFBA, UFMG, UFRGS, e PUCCAMP), o Prof. Carlos Alberto Ferreira Martins, e a representante de área.

## **2 - Sistemática da avaliação**

A Comissão de Avaliação adotou como procedimentos gerais do processo de avaliação os seguintes pontos:

- (1) para garantir a igualdade de condições de avaliação entre os programas, foi afastado momentaneamente da comissão o membro de Comissão de Avaliação cujo programa de vínculo estivesse sendo objeto de relato e análise;
- (2) na fase de análise prévia dos dados de cada programa, é evitado o envolvimento direto dos membros da Comissão de Avaliação com os programas aos quais estejam vinculados ou tenham sido ex-docentes ou ex-alunos;
- (3) eventuais complementações de dados durante a avaliação não foram analisadas nem consideradas pela Comissão de Avaliação;
- (4) o coordenador da comissão absteve-se de relatar programas, no sentido de manter a isenção necessária em casos de eventuais pedidos de recursos posteriores;
- (5) os relatórios de cada programa foram examinados e relatados por dois membros da comissão;
- (6) ao membro externo à área foi solicitada uma apreciação geral sobre o estado da área e suas perspectivas futuras (documento anexado a este Documento de Área);
- (7) ao membro internacional foi solicitado o exame detalhado e a respectiva apreciação do conjunto da produção científica e das pesquisas da área (documento anexado a este Documento de área).

### **3 - Caracterização geral da área**

A área de Arquitetura e Urbanismo é composta por 8 (oito) programas, dos quais apenas um possui cursos de mestrado e de doutorado (USP), os demais oferecendo unicamente curso de mestrado. Os primeiros programas da área foram constituídos nos anos 70 (USP-SC - 1971; USP - ME:1972/DO:1980; e UnB), observando-se nos anos 80 um expressivo movimento de reorganização interna e redefinição temática dos programas existentes. Também nos anos 80 inicia-se o processo de expansão – temática e geográfica – da área, com a implantação dos programas da UFBA (1983), da UFRJ-Arq (1985), e da UFRGS (1990). Este processo teve como consequência a busca de respostas a questões próprias do campo disciplinar da Arquitetura e do Urbanismo, que então começa a se firmar e desenvolver no país. Nos anos 90, esse processo de expansão e consolidação da área se intensifica com a criação de mais dois programas (UFRJ-Urb - 1994; e UFMG - 1995) e a reestruturação definitiva do programa da UnB (1995). Na segunda metade dos anos 90 vemos ainda surgir o programa da PUCCAMP, já em funcionamento, mas cujo processo de credenciamento à CAPES encontra-se ainda em tramitação.

A demanda em cursos de pós-graduação *stricto-sensu* na área é significativa. Com mais de 110 escolas de graduação em Arquitetura neste momento no país, as exigências de formação e capacitação docente são expressivas. Além disso, observa-se nas últimas décadas, um crescente dinamismo e desenvolvimento da pesquisa na área, movimento este que acontece tanto no país, como em âmbito internacional. Há uma reflexão importante sobre definições do próprio campo epistemológico, buscando respostas aos desafios teórico-metodológicos de uma área do conhecimento que, na história, na teoria e na prática do projeto – arquitetônico e urbano – articula, em sua autonomia, questões relativas à sociedade, à ciência, à estética e à técnica. É, também, um campo heterônimo e interdisciplinar.

Nesse momento, a área de Arquitetura e Urbanismo no país apresenta um amadurecimento e uma consistência crescentes e aponta para reais possibilidades de ampliação de seus horizontes, contando com um programa completo (ME e DO); quatro programas de ME consolidados (UFBA, USP/SC, UFRGS e UFRJ-Urb), dos quais pelo menos dois encontram-se em plenas condições de início de seus doutorados (cujos projetos já tramitam nas instâncias internas das respectivas universidades; dois programas de ME (UnB e UFRJ-Arq) em processo positivo de reestruturação, cujos trabalhos anteriormente acumulados permitem prever seu aprimoramento em curto prazo; e dois programas

ainda emergentes (um já inserido no sistema nacional de pós-graduação - UFMG; e outro em tramitação - PUCCAMP), programas estes vinculados a universidades sólidas, o que permite vislumbrar um correto e consistente estabelecimento dos mesmos.

Grande parte dos programas da área mantém regularmente trocas e intercâmbios com reconhecidas instituições no exterior, tanto na América Latina como nos EUA e na Europa. Há, portanto, visibilidade no cenário internacional.

Os anos 90 foram marcados por um movimento de formação de bases comuns para a área em âmbito nacional, que se expressa, sobretudo, na trabalho continuado de congregação de coordenadores de programas em fóruns conjuntos de discussão; representatividade nos órgãos de fomento; e realização periódica e sistemática de eventos científicos de subáreas da área, reunindo e divulgando a produção científica nacional.

#### **4 - Avaliação geral da área**

As sucessivas avaliações da área, onde são definidos e construídos critérios de desempenho e recomendações gerais para a área, bem como a troca entre os diversos programas ocorrida nos últimos anos, tem resultado num processo educativo de implementação de políticas e práticas acadêmicas que têm propiciado o crescimento e o amadurecimento da área e a conseqüente produção do conhecimento. As apreciações feitas pelos membros externos – anexados no final deste Documento de Área – complementam esta avaliação geral da área, e constituem contribuições fundamentais para a reflexão e ação no conjunto dos programas, visando à melhoria da área como um todo.

#### **1 - Propostas dos Programas**

As informações complementares foram, em sua maioria, preenchidas corretamente, dando condições à comissão de aferir a qualidade da proposta do programa. Demonstra, outrossim, que os Programas estão efetivamente empreendendo um planejamento institucional no sentido de viabilizar suas pretensões acadêmicas.

#### **2 - Corpo Docente**

Observa-se um esforço generalizado de titulação docente, visando aumentar o número de docentes com doutorado nos programas. A maioria dos programas tem o essencial de suas atividades asseguradas pelo corpo docente do NRD-6 (núcleo duro). Houve aumento do NRD-6 dos programas em relação ao biênio anterior, demonstrando uma maior capacidade de atração e participação de docentes titulados nos programas. Ainda persistem alguns docentes sem o título de doutor, o que, na maioria dos casos, representa especificidades da área ou do programa em tela.

#### **3 - Atividades de Pesquisa**

Também neste item observa-se uma melhora generalizada em relação à avaliação anterior. Cresce o número de programas que buscam organizar a estrutura da pesquisa articuladamente à estrutura de formação (áreas de concentração). Ainda persistem inconsistências na organização da pesquisa em alguns programas, e, em geral, os programas que obtiveram conceitos elevados são aqueles onde o apoio institucional às pesquisas é mais expressivo. Observa-se uma relação direta entre a coerência das atividades de pesquisa e a qualidade e nível de participação do corpo docente, por um lado, e de uma proposta institucional forte, por outro lado. Em alguns programas observa-se uma confusão entre definição de projetos de pesquisa e projetos de assessoria ou extensão. É também desejável uma maior participação discente nas atividades de pesquisa.

#### **4 - Atividades de Formação**

Constata-se uma preocupação geral em afinar e flexibilizar as estruturas curriculares, tanto para responder às exigências das agências de fomento em diminuir o tempo total de curso, como para responder às necessidades específicas dos conteúdos de cada programa.

#### **5 - Corpo Docente**

É recomendável uma maior participação do corpo docente em eventos científicos da área, em publicações e nas atividades de pesquisa dos programas. A demanda pelos cursos de pós-graduação na área é crescente, assim como tem aumentado a demanda na modalidade PEC-PG (docentes da América Latina e África). Alguns programas mencionam que seus egressos tem sido inseridos em universidades como docentes.

#### **6 - Teses e dissertações**

Este se revela um ponto problemático na área, pois os tempos médios de titulação ainda permanecem muito elevados. A quantidade de teses e dissertações defendidas, em geral, também não é expressiva. Mesmo que a coleta e o sistema de avaliação tenha sofrido importantes mudanças, ainda não se pode verificar com profundidade a qualidade das dissertações e teses defendidas. Recomenda-se também que se amplie a participação de membros externos em bancas examinadoras, naquelas universidades onde esta prática não é instituída por norma.

#### **7 - Produção Intelectual**

Apesar de um claro esforço de incremento da publicação nos programas, este ainda permanece um ponto frágil da área. Cabe ressaltar, entretanto, estratégias de implementação de linhas editoriais de alguns programas, que ampliam os veículos disponíveis. É ainda uma estratégia da área, a publicação de anais dos eventos científicos realizados, como uma forma de divulgação da produção nacional. Os programas que obtiveram os conceitos mais altos apresentam publicações de circulação internacional. Observa-se ainda a concentração da publicação em poucos docentes nos programas. Os relatos das consultoras externas apresentam um quadro apurado dessa questão fundamental, inclusive apontando caminhos para uma melhora da produção e sua divulgação. Tendo em vista as especificidades da área, foram também valorizadas as atividades técnicas, que representam importante parcela da produção intelectual.

#### **5 - Recomendações gerais para a área**

(a) É fundamental que os programas busquem agilizar e reduzir o tempo de titulação, sem com isto perder as exigências de qualidade. Faz-se igualmente importante implementar mecanismos institucionais de forma a que os tempos de titulação dos bolsistas sejam menores que aqueles dos não-bolsistas.

(b) Observam-se problemas generalizados de preenchimento dos relatórios. Deve-se considerar que a coleta mudou neste período, e que houve muitos contratemplos com os programas de computador, sobretudo para a coleta de 1996. Não obstante, fica a recomendação de que as coordenações verifiquem o bom e completo preenchimento das informações, elemento substancial para uma correta avaliação dos programas.

(c) Existe uma grande diversidade de formas de citação das publicações. É preciso um esforço de uniformização dessas referências. Acredita-se que com o aprimoramento do Qualis, este problema possa ser sanado.

(d) Deve-se estimular a ampliação dos veículos de divulgação da produção científica.



- (e) Tendo em vista que a coleta ainda não permite uma apreciação completa da estrutura curricular, recomenda-se que a mesma conste nas Informações Complementares.
- (f) Constitui-se em instrumento importante de avaliação o destino dos egressos. Embora a coleta CAPES não solicite esta informação, recomenda-se que constem nas Informações Complementares, quando disponíveis nos programas.
- (g) É importante a intensificação de uma política generalizada de capacitação docente, seja pela titulação em nível de doutorado para aqueles docentes que não tenham este título, seja para os pós-doutorados, para aqueles que tenham o título de doutor.
- (h) É fundamental que a pesquisa seja incentivada como atividade de base dos programas. Deve-se estimular a criação de equipes de pesquisa, incorporando docentes, discentes (da pós-graduação e da graduação) e pesquisadores. É importante estimular a produção docente e discente. Recomenda-se especial cuidado na formulação e definição dos projetos de pesquisa, muitas vezes confundidos com projetos de consultoria técnica.
- (i) Especial atenção deve ser dada ao desenvolvimento de intercâmbios entre instituições no país e no exterior. Tais intercâmbios propiciam a incorporação de professores externos, a participação de docentes do programa em outros centros, desenvolvimento de publicações conjuntas, entre outras formas de enriquecimento da produção e da formação.

## **6 - Sugestões para a CAPES no incentivo à área**

Sugere-se que a CAPES implemente algumas políticas visando fortalecer a área, como por exemplo:

- (a) financiamento conjunto com CNPq ou outras agências para implementar formas de editoria da produção da área. Há uma produção existente, que permanece ociosa, pois não encontra os veículos adequados e suficientes para sua divulgação;
- (b) financiamento de seminário de pesquisa da área, envolvendo a comunidade nacional, com a participação de pesquisadores estrangeiros;
- (c) financiamento de trabalhos que façam uma avaliação aprofundada do estado de arte das pesquisas e da produção da área.

## **7 - Sugestões para a Capes - avaliação / coleta**

- (a) A coleta e os itens a serem respondidos na avaliação são exaustivamente quantitativos, dificultando uma apreciação mais qualitativa das atividades do programa.
- (b) Os relatórios originais, tais como foram informados pelos programas, parecem ser mais objetivos e claros do que os dados tratados em forma de tabelas e resumos, disponíveis para a avaliação.
- (c) Incluir na coleta informações sobre a estrutura curricular, os critérios de seleção de alunos no programa, e situação dos egressos.
- (d) Incluir na produção intelectual ficha de registro de curadoria de exposição.
- (e) Pensar a coleta, tendo em vista as respostas que se quer na avaliação, evitando, assim, uma exaustiva quantidade de dados não utilizados posteriormente, ou de difícil interpretação.
- (f) Que sejam revistos os prazos de entrega da coleta anual.

## **8 - Documentos dos membros externos**

### **8.1 Membro internacional - Donatella Calabi**

Solicitou-se à Prof. Donatella Calabi que fizesse uma análise criteriosa da pesquisa e da produção científica da área - conjunto de todos os programas.

O documento apresentado pela referida professora, encontra-se a seguir:  
(tradução)

## CONSIDERAÇÕES GERAIS

Donatella Calabi

Professora de História da Cidade e do Território

Departamento de História da Arquitetura

Instituto Universitário de Arquitetura de Veneza

(1) A precisão e a "transparência" com que se estabeleceu o trabalho de avaliação permitiu a formulação de algumas considerações de tipo estratégico geral, ainda que se perceba uma excessiva tendência à "numerologia", o que nem sempre é útil a uma avaliação inteligente.

(2) Deve-se indicar a precariedade do conjunto de publicações produzidas pelas diferentes instituições: é restrita a quantidade de livros publicados em português e mais ainda daqueles publicados no exterior; é também restrito o acesso a revistas internacionais. De resto, isto vai de encontro ao fato de que, seguramente na Europa, e provavelmente ainda menos nos EUA, quase não se conhece a produção arquitetônica e científica brasileiras. Vale a pena fazer o máximo esforço no sentido de potencializar a produção editorial em Arquitetura e Urbanismo. Deste ponto de vista, é certamente interessante – e por isto a destacamos – a iniciativa feita pela UFBA de proporcionar um canal próprio de divulgação, produzindo uma revista.

(3) Em todas as instituições analisadas nota-se a presença recorrente dos mesmos nomes como autores das publicações: são praticamente as mesmas pessoas que publicam artigos e capítulos de livro; o que leva a refletir sobre pelo menos dois problemas gerais:

(a) a dificuldade/possibilidade dos jovens em acessar os canais de divulgação (e de sua necessidade, como mencionado anteriormente);

(b) a distribuição das responsabilidades na gestão acadêmica e administrativa, que em muitos casos impossibilita os pesquisadores e professores com tais responsabilidades de dedicar o tempo necessário à pesquisa e às publicações; parece oportuno organizar um sistema de rodízio para as tarefas administrativas.

(4) Para poucas instituições, o tema da especialização (ou seja, da presença de áreas de concentração) emerge com clareza (além do que está declarado): são sobretudo UFRJ/Arquitetura (áreas antigas), UFRJ/Urbanismo, UFBA, USP/SC. Nas demais observa-se a proposta de uma genérica preparação pós-diploma sobre "Arquitetura e Urbanismo". Esta questão aparece particularmente confusa na USP/São Paulo, onde existem fortes superposições de temas e pesquisas. Em outras situações, a questão poderia ser de grande estímulo para uma melhor definição do próprio campo de atuação. Por exemplo, na UFRJ/Arquitetura, as novas áreas de concentração poderiam ir na direção de acentuar a própria especificidade, articulando a pesquisa ao tema da "História da Técnica" (em vez de "História e Teoria" em geral) e da "Análise da degradação", ou "Materiais no projeto de restauro", ou de "Tecnologia da conservação" (em vez de genericamente "Conservação do patrimônio arquitetônico"). Estas observações são baseadas na idéia de que uma maior "especialização" é um elemento positivo; se os cursos de mestrado e doutorado preparam a pesquisa e o ensino, é mister ter presente a importância do debate atual sobre o papel do arquiteto, em particular a tendência mundial da impossibilidade de uma formação globalizante, sob o grande "chapéu" único do arquiteto universal de matriz vitruviana.

(5) A impressão geral é de que em todas as instituições há uma correta gestão burocrática, mas que não são muitas as que se lançam em iniciativas próprias: trata-se, talvez, do sistema de informações (e não necessariamente da situação real) que não permite identificar a existência de grupos emergentes que atuem em temas específicos, ou a formação de linhas de "tendência", ou de "escola". Se isto existe, é oportuno que possam se manifestar; se não existe, deve-se encorajar a sua constituição, de modo diversificado no país. Somente na UFBA parece configurar-se uma manifestação particular que refere à pesquisa ligada ao DOCOMOMO/Internacional e à conservação do patrimônio arquitetônico.

(6) A importância atribuída à situação na carreira e à forma de contratação do pessoal das diversas instituições não parece ser significativa (como a ficha apresentada parece sugerir) para avaliar o conjunto da produção cultural. Para este aspecto, talvez se devesse ter um maior "bom senso" ou um "controle" não tão excessivo na coleta de dados relativos ao pessoal envolvido, o que parece suficiente. A questão se coloca sob outra perspectiva se o objetivo for o de mostrar a necessidade de crescimento do pessoal de um instituto ou departamento (disponibilidade de um maior número de vagas), mas parece que o objetivo da coleta atualmente não é este. A coleta de dados (e quem sabe mesmo a formulação da ficha) deve corresponder aos objetivos que se tenha com a própria avaliação.

(7) Nas informações sobre as atividades de pesquisa, não fica claro quais os resultados obtidos em termos de produtos. Uma coisa é a atividade editorial em geral do corpo docente, outra coisa são os produtos do programa de pesquisa (publicações, trabalhos apresentados em congressos e seminários, multimídias, repercussão no ensino). Mostra-se oportuno rever a ficha de coleta de maneira a informar sobre os produtos das pesquisas, indicando claramente o tipo de contribuição ao qual se refere (distinção entre artigo de revista, com ou sem referee, livro coletivo, artigo em jornal, etc.).

(8) Parece interessante por em prática um sistema de registro do destino dos egressos, mestres ou doutores: onde estão trabalhando após dois anos de formados? Foram recrutados como pesquisadores ou professores universitários? Em caso positivo, estão nas mesmas universidades onde obtiveram os diplomas? Ou estão em outras universidades do país? Ou no exterior? Também este ponto é um elemento de avaliação a posteriori da qualidade e da eficácia do curso (este ponto poderia ser inserido como quesito na ficha, com o auspício que a universidade seja capaz de monitorar os próprios diplomados).

Brasília, 05 de junho de 1998.

## **8.2. Membro Externo à Área - ANA CLARA TORRES RIBEIRO**

Solicitou-se à Prof<sup>a</sup> Ana Clara Torres Ribeiro que fizesse uma análise criteriosa do conjunto da área, suas potencialidades, problemas e perspectivas.

O documento apresentado pela referida professora encontra-se a seguir:

### **OBSERVAÇÕES GERAIS**

Ana Clara Torres Ribeiro

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional / UFRJ

(1) Estas observações expressam tendências percebidas no conjunto dos programas de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo e, ainda, um claro intuito de sugerir rupturas inovadoras posicionadas para além dessas tendências. Estas rupturas visariam, sobretudo, ao aumento da visibilidade da área e a acentuação de seu perfil acadêmico. Neste sentido, o documento adquire um tom propositivo e qualitativo que se afasta daquele estimulado pelo conjunto de indicadores oferecido pelo sistema CAPES. De fato, a necessária análise comparativa, orientadora deste sistema, resiste à configuração

de propostas que visem seja à ação conjunta dos programas da área seja à emergência da excelência orientada pela originalidade e pelo desafio criador. Pensamos que este tipo de excelência também deva ser buscado, especialmente na área de Arquitetura e Urbanismo, onde a criatividade e a inovação são constitutivas da prática profissional.

(2) Tendo em vista a articulação entre os programas da área, sugiro a criação de uma revista dos programas que viabilize o diálogo entre profissionais envolvidos com a construção de sua face acadêmica e o alcance de ampla circulação. Acredito que outras iniciativas similares possam estimular o coescionamento de professores, pesquisadores e alunos. Poderiam compor essas iniciativas, por exemplo, livros temáticos propositalmente concebidos para o enfrentamento dos desafios da área e a organização de uma pauta, de longo curso, de eventos. Seriam alguns temas que decorrem do exame da produção científica em Arquitetura e Urbanismo e que transparecem dos registros realizados pelos diferentes programas: a questão da forma; experiências democráticas; Arquitetura e Urbanismo em face das crises das grandes cidades; forma e financiamento. A articulação entre programas também poderia ser estimulada por meio da valorização de participantes externos da própria área; o que não transparece, com facilidade, no atual conjunto de indicadores do sistema CAPES de avaliação. Entretanto, esse tipo de participação tem uma especial importância na área de Arquitetura e Urbanismo, dada a sua relativa juventude nas tarefas de pós-graduação.

(3) A ampliação do intercâmbio entre programas poderá vir a permitir uma avaliação qualitativa da área por meio de recurso a informações já disponíveis no sistema de fomento ao ensino e à pesquisa (sistema PIBCT, CNPq, fundações estaduais, comissões internas das UFs) e estudos detidos da qualidade das teses, sobretudo pelo exame da atualidade e da relevância da temática tratada. Nessa mesma direção, sugiro a realização de *follow up* de ex-alunos e, ainda, a criação, com apoio da CAPES, de um prêmio à melhor tese apresentada a cada ano no conjunto dos programas. Este último ponto é particularmente importante frente à necessidade de valorização da produção acadêmica na área de Arquitetura e Urbanismo, distinta daquela que orienta a premiação realizada, por exemplo, pelo IAB.

(4) A premiação de teses também estimularia o intercâmbio entre programas, naquilo que concerne aos desafios didático-pedagógicos da área. Sem dúvida, existe, no país, carência de reflexão da questão pedagógica na pós-graduação. Aproveitamos, assim, esta oportunidade para chamar a atenção da CAPES para a relevância desse aspecto na avaliação dos programas em geral. Evidentemente, a valorização da questão pedagógica reforça a importância das visitas aos programas, previstas no sistema de avaliação da CAPES; porém, o seu real tratamento exigiria a concepção de fóruns específicos de debate e formas originais de difusão da informação.

(5) Ainda com relação à área, mas com forte rebatimento na pós-graduação em geral, gostaríamos de refletir, brevemente, a questão das alterações técnicas em rápida (ainda que desigual) expansão nas universidades brasileiras. A nova disponibilidade técnica, associada à expansão da informática, é portadora de mudanças no fazer, na concepção de produtos e em percepções da sociedade e do espaço. A simples constatação da disponibilidade de equipamentos nos programas não condiz com esse patamar de mudanças. Trata-se do indispensável reconhecimento de mudanças na produção de conhecimento. Esta mudança, por princípio, deveria transparecer no compartilhamento de laboratórios entre pesquisadores e programas; na oferta de serviços prestados à universidade; na disponibilidade de bases de dados, programas e equipamentos e na própria natureza da produção científica. No âmbito da Arquitetura e do Urbanismo seria possível propor, de imediato, a criação de uma central de preparação de originais, já que as publicações da área são especialmente caras por exigirem a reprodução de imagens, desenhos e documentos.

(6) Ainda no que concerne ao sistema de avaliação CAPES, consideramos que o item Produção Técnica mereceria especial atenção programática. Sem dúvida, trata-se de um item propício à

qualificação do debate hoje travado sobre o papel da extensão no trabalho universitário. No caso da área em exame, este item adquire especial relevância por se constituir numa forte mediação – de práticas, técnicas e debates – entre a experiência historicamente acumulada pela área de Arquitetura e Urbanismo e a produção acadêmica (bibliográfica).

(7) Podemos constatar a vitalidade deste item nos relatórios apresentados pelos programas. Entretanto, devemos registrar que ainda se verifica uma pequena incorporação da área em fóruns interdisciplinares de ponta, estimulados por algumas universidades do país, e nas denominadas escolas de governo. Realizamos esta constatação com o propósito de estimular a área à ocupação de espaços nessas iniciativas. A presença institucional, nestes espaços, poderia se constituir num indicador qualitativo de desempenho, aplicável a outras áreas de conhecimento. Nessa mesma direção, deveriam ser valorizadas, com especial peso, aquelas iniciativas que, implementadas por um determinado programa, beneficiam a totalidade da área. No caso em exame, seria possível valorizar, desta ótica, a organização de seminários que movimentem um número significativo de pesquisadores; a realização de exposições que introduzam novos desafios à área; o estudo interinstitucional de casos exemplares (configuração de comissões técnico-acadêmicas para exame de novas cidades e o estudo de tipos arquitetônicos alteradores da paisagem urbana).

(8) De forma coerente com o caráter basicamente propositivo dessas observações gerais, acrescentamos que os relatórios do sistema CAPES, ao nosso ver, poderiam incluir um segmento propositivo. Neste segmento, seriam elencadas as metas de cada programa, os obstáculos identificados ao seu alcance e uma análise detida do contexto em que o programa se insere. Essas informações permitiriam acompanhar a realização do projeto institucional e o encadeamento de análises qualitativas e quantitativas de desempenho.

(9) As dificuldades, antes observadas, no desejável aumento das publicações da área aconselhariam a implementação de iniciativas dirigidas a: socialização de informações relativas a oportunidades de publicação no exterior (informação continuada); ampla divulgação de relatórios de viagens científicas, com a obrigatória inclusão de mapeamentos do estado da arte e a indicação de formas de intercâmbio. Esta última recomendação sugere uma ação conjunta CAPES/CNPq/Fundações estaduais de apoio à pesquisa.

(10) Por fim, gostaríamos de acrescentar que a criação de novos cursos de doutorado na área, a ser brevemente proposta por alguns programas, abre uma ocasião para que se debata critérios de excelência e para o reconhecimento de instituições brasileiras de nível internacional. Acreditamos que contribua para a identificação deste nível o poder de atração dos cursos (na escala do país e no exterior) e a emergência, pelo menos tendencial, de escolas de pensamento. Afinal, estes são parâmetros orientadores do mapa e do *ranking* das instituições acadêmicas, permitindo distinguir as formações que oferecem.

Brasília, 05 de junho de 1998.

## **ÁREA DE AVALIAÇÃO: PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL / DEMOGRAFIA**

---

**Áreas básicas:** Planejamento Urbano e Regional; Fundamentos do Planejamento Urbano e Regional; Demografia.

**Comissão de Avaliação** - Consultores

Circe Maria Gama Monteiro - UFPE - PE - (Coordenadora); Daniel Joseph Hogan - Unicamp - SP; Jorge Fiori - NI - NI; Jorge Luiz Alves Natal - UFRJ - RJ; Maria Cristina da Silva Leme - USP - SP; Romulo Krafta - UFRGS - RS.

## **Documento de área**

A área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia conta atualmente com seis programas sendo cinco considerados consolidados e um programa recém-criado (ENCE/IBGE).

Os programas na área de Planejamento Urbano e Regional, criados aproximadamente há duas décadas, apresentam maturidade e consolidação suficientes para a implantação de cursos em nível de doutorado. Os dois programas de doutorado na área, IPPUR/UFRJ e do NEPO/Unicamp foram implantados há cinco anos, estando ambos no momento de iniciar a titulação da primeira turma de alunos.

Em relação ao período anterior de avaliação, 95/96, percebe-se uma substancial melhora dos programas nos aspectos então apontados como deficientes, mormente a composição de corpo docente e a necessidade de reestruturação curricular de alguns cursos. Considera-se que todos os programas contam com núcleos de docentes NRD6 adequadamente dimensionados e titulados, ressaltando que as dúvidas em relação a este item deve-se ao mal preenchimento e interpretação das informações nos formulários de coleta de dados da CAPES pelos cursos. No entanto, é importante ressaltar a constatação de alguns aspectos que merecem maior reflexão, assim como medidas visando à sua correção:

### **Recomendações gerais aos programas:**

- Os programas continuam a apresentar a estrutura dos cursos de mestrado superdimensionados no que tange ao número de disciplinas, rigidez do currículo mínimo refletido na obrigatoriedade de grande número das disciplinas, assim como nos requerimentos de avaliação. Há uma necessidade de se pensar em estruturas mais flexíveis e articuladas com as diversas etapas da pós-graduação: especialização, mestrado e doutorado.
- Identifica-se uma fragilidade nos veículos de divulgação da produção intelectual concentrada em anais e em publicações de caráter local. É imperativo um esforço no sentido de incentivar as publicações em periódicos com corpo editorial, tanto nacionais como internacionais. Tal aspecto contribui diretamente para a comparação e excelência dos programas aos de nível internacional.
- Identifica-se como imperativo medidas no sentido de diminuição dos tempos de titulação, tanto nos programas de mestrado como doutorado. Os programas, com poucas exceções, ultrapassam em muitos os prazos recomendados.
- Em face da importância do processo de avaliação na identificação de fragilidades, assim como do efetivo reconhecimento dos aspectos que levam a qualidade dos programas, recomenda-se maior cuidado no fornecimento das informações, que em muitos casos, por ser incompleta ou incorreta, não permitiu uma visão real da situação, dificultando a avaliação.
- Sugere-se também uma maior contribuição na ampliação da disseminação de conhecimentos a sociedade por meio da oferta de cursos de extensão e especialização.

### **Avaliação da avaliação**

Reconhece-se o esforço da CAPES na implantação de um novo sistema de avaliação sensível a captar a situação e efetiva qualificação dos programas. Porém, a experiência de trabalho com o instrumento mostrou-se excessivamente numérica e baseada em demasiados critérios que ao final não garantiram uma visão qualitativa real dos programas. Ou seja, elencando aspectos discutidos pela comissão:

- os dados de infra-estrutura, tais como existência de laboratórios, equipamentos computacionais, cada vez mais imprescindíveis para o desenvolvimento de pesquisas, e outras atividades nos programas, não são computados como aspectos a serem avaliados. Tais dados são importantes na checagem de informações, ou seja, se existem condições objetivas para desenvolvimento de tais atividades;
- avaliação de "atividades de formação" puramente quantitativa não contempla aspectos que seriam muito mais importantes na identificação da qualidade dos cursos: o nome das disciplinas não fornece idéia de seus conteúdos, seria interessante contar com as ementas das mesmas. Uma amostra das bibliografias utilizadas forneceria uma clara visão da adequabilidade, assim como da atualidade dos conteúdos ministrados. A defasagem do tempo dos conteúdos necessita ser avaliada como critério fundamental de qualidade;
- o critérios criados inferem uma sobrevalorização de aspectos que estão, no nosso entender, no cerne da crítica da supervalorização das estruturas superdimensionadas dos mestrados, no caso os índices baseados no NRD6, e as relações decorrentes: docência/NRD, alunos/NRD, etc.;
- há uma valorização excessiva da amarração entre critérios que podem agir contrariamente a evidenciar os objetivos principais da avaliação.

Quanto ao instrumento de coleta de dados:

- Há necessidade de maior clareza nos instrumentos de coleta de dados e nos manuais de instrução dos mesmos. Várias informações apresentam interpretações diversas e não permitem análises comparativas.
- Certas informações necessitam ser melhor precisadas, tipo: número de orientandos na pós-graduação no programa em pauta e não em geral ( em outras pós) etc..

Quanto ao serviço de apoio da CAPES:

Cabe ressaltar e louvar a extrema atenção, gentileza e presteza de todo o pessoal envolvido no processo de avaliação, desde o pessoal de apoio da computação, dos funcionários efetivos da CAPES, aos mentores do modelo de avaliação. Em todos os momentos desta avaliação, que exigiu enorme trabalho, dedicação e stress dos consultores, o pessoal de apoio foi de um suporte inestimável.

## **ÁREA DE AVALIAÇÃO: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS I : COMUNICAÇÃO**

**Área básica:** Comunicação

### **Comissão de Avaliação - Consultores**

Eduardo Peñuela Cañizal - USP - SP - (Coordenador); José Luiz Warren Jardim Gomes Braga - UnB – DF; Norval Baitello Junior - PUC/SP – SP; Sérgio Capparelli - UFRGS – RS; Wilson da Silva Gomes - UFBA – BA.

### **Documento de área**

#### **1. A constituição da comissão de avaliação e a definição dos critérios específicos da área**

A Comissão de Avaliação das áreas básicas de Ciências da Informação e Comunicação foi constituída pelo representante das áreas, e mais sete docentes indicados por aquele, segundo os princípios da CAPES e de acordo com critérios discutidos em reunião realizada em Brasília, com os coordenadores dos programas recomendados pela CAPES, e participação da diretoria da Compós, no segundo semestre de 1997.

Nos dias 11 e 12 de março deste ano, o representante da área coordenou em Brasília, com a presença dos professores Johanna Smit, Muniz Sodré e Norval Baitello Jr., a realização de um exercício de simulação do processo de avaliação instituído pela CAPES.

Em nova reunião de coordenadores e da diretoria da Compós, realizada em São Paulo, no período de 28 a 29 de março do corrente, com a finalidade de debater o novo sistema de avaliação e de estabelecer os critérios que serviriam de parâmetro, o representante da área, Prof. Eduardo Peñuela Cañizal, informou que a Comissão de Avaliação estava constituída pelos nomes de Muniz Sodré de Araújo Cabral (UFRJ), José Luiz Braga (UnB), Johanna Smit (USP), Aldo Barreto (UFRJ/IBICT), Sérgio Capparelli (UFRGS), Wilson da Silva Gomes (UFBA), e Norval Baitello Jr. (PUC/SP) – não tendo havido na reunião nenhum tipo de manifestação em contrário.

Nesta mesma reunião foram definidos, em comum acordo, os critérios específicos (itens adicionais a serem acrescentados em cada quesito de avaliação), bem como os pesos a serem atribuídos a itens e quesitos.

## **2. O trabalho de análise dos dados**

A Comissão de Avaliação das áreas básicas de Ciências da Informação e Comunicação, reunida sob a presidência do representante, e com a presença da maioria de seus membros (apenas o Prof. Muniz Sodré deixou de comparecer), realizou o trabalho de avaliação propriamente dita no período de 25 a 30 do mês de maio de 1998, analisando cuidadosamente os dados dos relatórios elaborados pelos programas de pós-graduação sobre o biênio de 1996-97.

Em razão das modificações introduzidas no processo de avaliação por determinação do Conselho Superior da CAPES e do Conselho Técnico Científico, a comissão, independentemente dos avanços que tais modificações possam representar, mantém seu entendimento de que o processo de avaliação, tendo em vista sua finalidade mais legítima, não deveria sofrer alterações, mesmo consideradas pertinentes, depois da coleta de dados. Por outro lado, a comissão, em decorrência da natureza das transformações por que, às vezes, passam as informações dos relatórios nas traduções numéricas que estas assumem nas respectivas tabelas elaboradas pelo DataCapes, procurou pautar seu trabalho, quando necessário, no comedimento de interpretações que possibilitassem minimizar problemas causados por reduzido valor informativo propiciado pela quantificação de alguns itens dos diferentes quesitos. Tal procedimento – envolvendo a consulta de informações complementares e de dados de outras tabelas pertinentes – teve sempre em mira chegar a decisões que não deturpassem aspectos fundamentais de qualidade nem diminuíssem traços de excelência conquistados, com o correr do tempo, pelos programas. Comentários feitos nas apreciações dão conta dos momentos em que esse trabalho interpretativo foi requerido. Mesmo assim, a comissão nunca se afastou dos dados apresentados pelos programas, sendo de salientar, por conseguinte, que os resultados são o reflexo mais fiel possível das informações veiculadas por estes dados. O que não impede, entretanto, que por inadvertência ou pela premência decorrente de um prazo muito curto para realizar a análise de um número muito grande de dados, possa, eventualmente, ter cometido algum equívoco.

Os relatórios da área de Comunicação foram analisados pelos consultores José Luiz Braga (UnB), Sérgio Capparelli (UFRGS), Norval Baitello (PUC/SP), e Wilson da Silva Gomes (UFBA), sob a coordenação de Eduardo Peñuela Cañizal – tendo ainda a colaboração, nos trabalhos finais de



transcrição das apreciações e conceitos, de Johanna Smit (USP). A área é constituída, no momento, pelos seguintes programas (que têm recomendação CAPES): Ciências da Comunicação (USP); Comunicação e Semiótica (PUC/SP); Comunicação Social (Umesp); Multimeios (Unicamp); Comunicação (UFRJ); Comunicação, Imagem e Informação (UFF); Comunicação e Cultura Contemporânea (UFBA); Comunicação Social (UFMG); Comunicação (UnB); Ciência da Comunicação (Unisinos); Comunicação e Informação (UFRGS); e Comunicação Social (PUC/RS).

O programa da PUC/RS aparece classificado na área "Multidisciplinar". A comissão recomenda que deve ser mantido, junto com os demais, na área de denominação "Comunicação Social" – o que favorece o trabalho com relatórios, o preenchimento de critérios de avaliação, e a emissão de estatísticas da área. Foi inicialmente incluído no conjunto a ser avaliado o programa de Design da PUC/Rio, recém-recomendado. Entretanto, a comissão, após análise inicial, considerou que não se tratava efetivamente de programa pertinente à área de Comunicação, e o devolveu à CAPES, para que fosse analisado pela comissão pela qual foi processada sua recomendação.

Os programas da UFRGS, da USP, da UFMG e da UnB passaram por fortes reformulações durante o biênio, apresentando dados, em 1997, qualificados com relação aos de 1996. Como nos demais programas, a avaliação foi feita pela média dos dois anos. Mas de um modo geral (também para todos os programas), as variações positivas de um ano a outro foram consideradas indicadores válidos do esforço de superação de problemas.

Para assegurar a objetividade e a consistência das avaliações, a comissão adotou os seguintes procedimentos:

- a) não foram distribuídos "programas" entre os membros da comissão, mas "quesitos" e "itens";
- b) para cada conjunto de itens, dois avaliadores analisaram os dados apresentados por todos os programas;
- c) os pares de avaliadores foram sempre modificados de um quesito para outro;
- d) na revisão do trabalho realizado por cada par de avaliadores (mormente nos itens em que poderia restar alguma hesitação), a comissão manifestou-se em sua totalidade – excluindo-se, entretanto, o membro pertencente ao programa do qual se analisava o item em debate;
- e) os textos de apreciação de quesitos e a justificativa do conceito final levaram em conta rigorosamente as análises de dados efetuadas; e foram distribuídos entre os avaliadores, com exclusão do docente pertencente ao quadro do programa apreciado;
- f) estes textos foram igualmente submetidos à revisão da comissão em conjunto, recebendo eventualmente propostas de ajustes e correções (sempre com a exclusão de participação do membro pertencente ao programa em discussão).

### **3. Os dados disponíveis**

A comissão tem de apontar que nem sempre os documentos informatizados de avaliação apresentam a disponibilidade de dados com a maior completude ou adequação para o trabalho de avaliação. No caso específico da documentação relativa aos mestrados interinstitucionais, a comissão não teve nenhuma informação, a não ser o documento da visita à Universidade de Caxias do Sul – o que impossibilitou avaliar a interferência desses cursos nos programas das IESs promotoras. Pode ocorrer também que o formato de apresentação dos dados não favoreça o exame das informações fornecidas pelos programas. Finalmente, como assinalado em diversos pontos nas fichas de avaliação, é fundamental que, para a avaliação de itens e quesitos, esteja disponível uma alternativa "não se aplica" (sem a qual, é preciso às vezes criar avaliações "de preenchimento" – por exemplo, quando em um programa ainda não ocorreram titulações). Recomenda-se, pois, à CAPES que restrições desta natureza sejam superadas para as próximas avaliações.

Os relatórios das visitas, salvo raras exceções, não apresentam o desejável grau de objetividade, o que leva a pensar em uma necessária reformulação deste procedimento, tanto no que diz respeito à escolha dos consultores quanto no que tange ao processo propriamente dito. Talvez seja conveniente estudar a possibilidade de que os programas visitados apresentem, logo após a visita, as readequações que eventualmente se façam necessárias; e que, em vez de relatório de visita, os consultores elaborem parecer sobre o documento da proposta de ajustes feita pelo programa.

No que diz respeito à avaliação, as mudanças postas em prática serviram também para colocar mais em evidência ainda o fato de que o correto preenchimento dos relatórios não significa forçosamente garantia de qualidade dos respectivos programas. É necessário introduzir algumas mudanças. A título de sugestão, a comissão considera que pode ser conveniente introduzir nos relatórios um item pertinente à produção do corpo discente, assim como abrir espaço para informações relativas à demanda dos programas. No atinente à pesquisa, a comissão considera fundamental que unicamente sejam incluídos no relatório projetos aferidos, e não simples informações genéricas sobre cada um dos projetos elencados. Devemos discutir ainda sobre conveniência de que nos próximos relatórios os programas explicitem, em suas propostas, os critérios adotados por cada IES no processo de credenciamento de docentes para seus cursos de doutorado.

Levando em conta a quantidade de itens de cada quesito e a complexidade dos dados arrolados, é necessário estabelecer prazos mais longos e/ou outra sistemática para os procedimentos de análise e avaliação. Desde que a comissão pretenda assegurar uma avaliação detalhada e rigorosa, a carga de trabalho torna-se mais ampla que o tempo disponível.

Os relatórios apresentados pelos programas, embora apresentem ainda algumas falhas de preenchimento, evidenciam, quando comparados com os do biênio anterior, progressos acentuados. Neste aspecto, merecem destaque os programas da UFBA, da UFMG, da PUC/RS e da UnB. Por outro lado, constatou-se que, em geral, as propostas de programa são apresentadas de forma vaga (recomendando-se aos programas que, nos próximos relatórios procurem explicitar as características principais de sua proposta pedagógica e de pesquisa). A produção técnica, talvez em virtude de não ter ainda demarcadas com precisão as características específicas dos objetos que constituem este tipo de produção, não atingiu, por enquanto, o devido grau de objetividade nos dados fornecidos.

#### **4. Os resultados**

Nas atribuições finais de conceito, considerou-se que uma tendência dominante "Muito Bom" corresponde ao conceito 5 (cinco); uma tendência dominante "Bom" corresponde ao conceito 4 (quatro); e uma tendência dominante "Regular", ao conceito 3 (três). Em termos numéricos, a escala correspondente adotada foi a seguinte:

91 a 100 - cinco

71 a 90 - quatro

51 a 70 - três

31 a 50 - dois

11 a 30 - um

Na verificação final dos resultados, os programas se situaram em três agregados de pontuação. Entre 94 e 100 pontos (recebendo o conceito 5, portanto). Entre 81 e 90 pontos (recebendo o conceito 4). E um programa com 68 pontos (recebendo o conceito 3).

Três programas, os da UFBA, da PUC/SP e da USP, reúnem méritos para serem classificados como de padrão 5 (antigo "A"). Respeitadas as respectivas particularidades, esses programas, com gradações diferentes, possuem fortes índices de consolidação que, se mantidos e aperfeiçoados, poderão levá-los a um conceito mais elevado na próxima avaliação. Os programas da UnB, da Umesp, da PUC/RS, da

Unisinos, da UFMG, da UFF, da UFRGS, e da UFRJ obtiveram o conceito 4 (antigo "B"). O programa que apresenta problemas mais delicados é o de Multimeios, da Unicamp. Problemas estes que se agravam não só em função dos dados do relatório, mas também em razão da natureza das questões problemáticas apontadas no Relatório de Visita, e ainda do fato de o programa estar implantando o curso de doutorado. De acordo com os critérios da área, o programa da Unicamp recebeu a menção 3 (antigo "C").

Com base nos dados que determinaram os conceitos atribuídos aos programas, a comissão analisou a possibilidade de situar os três programas com conceito 5 (cinco) em um padrão mais elevado. Chegou, entretanto, à conclusão de que nenhum deles, no momento, reúne as condições consideradas básicas para esta. O programa da UFBA, apesar da coerência de sua proposta e dos importantes avanços conseguidos, ainda não completou teses de doutoramento, dado indispensável para avaliar com objetividade a consolidação e a liderança que o programa possa assumir no país. Quanto ao da PUC/SP, mesmo se reconhecendo um certo grau de liderança, ainda tem que fazer ajustes, como sugerem os pontos assinalados na ficha de avaliação. No que tange à USP, que exerce uma liderança comprovada no contexto nacional, seu programa de Ciências da Comunicação passa por reformulações cujos efeitos terão ainda que ser avaliados no futuro.

Os resultados da avaliação, traduzidos nos conceitos atribuídos, mostram que os programas da área, principalmente os mais recentes, realizaram progressos muito expressivos no biênio; e os programas mais tradicionais efetuaram ajustes e reformulações relevantes (caso específico da USP e da PUC/SP) – sendo, entretanto, o programa da UnB o que atingiu um nível de correções mais elevado, pois conseguiu superar de modo adequado boa parte dos problemas assinalados na avaliação anterior. À vista dos progressos realizados pelos diversos programas, pode-se dizer que os indicadores de estagnação e limites ainda existentes não são alarmantes pois, vistos num contexto mais amplo, perdem intensidade – como se constata quando os comparamos com índices encontráveis nos documentos de outras áreas.

Em suma, os dados mostram que os programas desta área básica vivem claramente um processo de consolidação que, sem dúvida, permitirá realizar ajustes objetivos e demarcar, com a necessária sistematicidade, campos de estudo e pesquisa cada vez mais específicos num território tão complexamente heterogêneo, já que a Comunicação Social tem compromissos profundos com as mais diversas camadas da atividade humana e com a significação dos produtos resultantes delas. Nesse panorama, cabe ressaltar, como uma das tendências que no momento caracterizam os programas da área, um direcionamento das propostas e das pesquisas no rumo de objetos de estudo cada vez mais específicos – o que, sem dúvida, contribuirá para uma consolidação mais firme, no âmbito dos conflitos pelos quais passa a universidade brasileira atualmente.

## **ÁREA DE AVALIAÇÃO: SERVIÇO SOCIAL / ECONOMIA DOMÉSTICA**

---

**Áreas básicas:** Serviço Social; Fundamentos do Serviço Social

### **Comissão de Avaliação - Consultores**

Anita Aline Albuquerque Costa - UFPE - PE - (Coordenadora); Denise Bontempo Birche de Carvalho - UnB - DF; Maria Carmelita Yazbek - PUC/SP - SP; Myrtes de Aguiar Macêdo - PUC-Rio - RJ; Neide Miele - UFPB/Areia - PB.

## **1. Sistemática do trabalho de avaliação**

Em acordo ao cronograma estabelecido pela CAPES e suas diretrizes para avaliação da pós-graduação no biênio 96/97, a Comissão de Serviço Social reuniu-se preliminarmente, entre 11 e 13 de março, sob a coordenação da representante da área, em Brasília, para (a) conhecimento dos aplicativos adotados para sistematização e informatização da Coleta de Dados, (b) análise e discussão dos indicadores de adequação e desempenho das atividades dos programas e (c) definição dos critérios a serem aplicados na apreciação dos itens componentes de cada um dos quesitos de avaliação e para atribuição dos conceitos referentes à área. Como produto dessa primeira fase, foi elaborado um Documento de Referência para Avaliação dos Programas de Pós-Graduação com recomendações e sugestões, posteriormente submetido à consideração de todos os coordenadores de programas de pós-graduação em Serviço Social e Economia Doméstica (Brasília, 20 de março).

Com a incorporação dos destaques e recomendações aprovados pelo grupo, esse documento serviu de base para elaboração do perfil de excelência na área, contribuindo, também, para referenciar a discussão desse perfil em relação à grande área de avaliação, suas características e necessidades específicas. Com a aprovação do CTC, ficou a critério das comissões de avaliação a possibilidade de inserção de, no máximo, dois critérios específicos à área em cada item a ser avaliado. Em relação à área Serviço Social/Economia Doméstica, foram inseridos os seguintes:

Quesito II - Corpo docente: capacitação e aperfeiçoamento do corpo docente (peso 15/100).

Quesito III - Atividades de pesquisa: constituição, organização e atuação de grupos de pesquisa (peso 20/100).

Quesito IV - Atividade de formação: interdisciplinaridade e flexibilidade do plano de curso (peso 15/100).

Quesito V - Corpo discente: quantificação e qualificação da demanda. Quantidade de inscritos na seleção do ano base em relação ao número de vagas (peso 15/100).

Quesito VII - Produção intelectual: quantificação de produção técnico-científica do NRD6 e vinculação às linhas e projetos de pesquisa (peso 30/100).

Em reunião realizada em Brasília (7 de abril), após discutirem longamente os itens/quesitos e recomendações da CAPES, os representantes de área formularam os seguintes destaques a serem observados na avaliação da área Ciências Sociais Aplicadas:

1. Os docentes permanentes de um curso A devem ser 100% doutores em curso de doutorado e pelo menos 90% doutores em cursos de mestrado. Não é necessário, entretanto, que todos tenham tempo integral ou dedicação exclusiva.
2. A grande maioria dos docentes permanentes (90%) deve participar das atividades de ensino, de pesquisa e orientação. Até 20% podem estar envolvidos em atividades administrativas.
3. Não deve haver mais de 80% de docentes com doutorado obtido no próprio curso.
4. É recomendável a proporção de quatro a seis alunos por docente permanente.
5. É positiva a participação de 10% a 20% dos docentes permanentes em programas de treinamento.
6. A qualificação e dedicação dos orientadores depende do tipo de curso, considerando-se que pelo menos 95% dos orientadores nos cursos de mestrado devem ser doutores.
7. Recomenda-se de dois a cinco orientados por orientador – em dedicação exclusiva ou integral – incluindo estudantes de mestrado e doutorado.
8. O tempo médio de titulação é de 30 meses para o mestrado e de 50 meses para o doutorado. O índice de titulados em relação ao número dos que ingressam em cada nova turma deve ser em torno de 60%.

9. A produção científica docente dever ser de duas publicações em trabalhos per capita por ano e a produção técnica – quando se aplica – deve ser de dois trabalhos por ano.

10. Deve ser valorizada a pesquisa institucionalizada: convênios e projetos que envolvam o programa como um todo, não apenas os projetos de pesquisa individuais apoiados pelo programa.

Ainda na primeira fase, por meio do programa Qualis, foram classificados e valorados os veículos de divulgação e publicação citados na coleta de dados do conjunto dos programas com a participação de representantes da área (Brasília, 7.5.98).

A segunda fase correspondeu à Avaliação Individual dos Programas (Brasília, 01 a 05 de junho), consistindo na efetiva análise dos dados de cada programa com aplicação dos critérios anteriormente definidos e atribuição de conceitos. Com esse objetivo, a comissão procedeu à comparação entre os dados de cada programa e os padrões de referência adotados pela comissão da área de avaliação, buscando uma apreensão abrangente das atividades e dos resultados do programa avaliado.

Na elaboração do presente Documento de Área, a comissão se propõe a uma apreciação abrangente da situação e das perspectivas da área, destacando seu estágio de consolidação e capacidade de formação de recursos humanos de alto nível, obedecendo aos padrões e requisitos reconhecidos pela CAPES como indicadores de excelência e competitividade internacional.

## **2. Resultados da avaliação**

### **2.1 - Aspectos gerais**

Foram avaliados nove programas, entre os quais figura apenas um em Economia Doméstica. Os demais estão concentrados em Serviço Social, sendo que dois incluem doutorado. Até o momento, o programa da Unesp/Franca não teve o curso de doutorado credenciado pela CAPES. Somente o curso de Economia Doméstica e o mestrado em Serviço Social da Unesp ainda figuravam como CN no biênio 94/95, em razão de recomendação relativamente recente pelo CTC.

Com essa ressalva, verifica-se que todos os programas foram implantados há mais de oito anos, sem grandes oscilações nas avaliações já realizadas. No biênio 94/95, observou-se o deslocamento significativo de um programa para o conceito C, por conta da desestruturação de seu corpo docente, com inúmeras aposentadorias precoces, enquanto três cursos se mostravam plenamente consolidados no conceito A, e três se apresentavam em fase de reestruturação, atingindo o conceito B.

Na atual avaliação, verifica-se a ausência de novos cursos, o que parece resultar no fortalecimento, ampliação e qualificação dos programas já existentes, tanto em nível de mestrado como de doutorado. A síntese da atual avaliação mostra uma tendência da área à qualificação de seus programas, o que se evidencia, principalmente, na adequação das propostas e na estruturação dos cursos. Os programas com doutorado, criados sobre a base de mestrados consolidados, mostram bons resultados sob o ponto de vista da formação, da pesquisa e da divulgação científica.

### **2.2 - Aspectos específicos**

Nesse tópico são examinados os quesitos da Ficha de Avaliação dos programas e as relações entre esses quesitos e os conceitos conferidos aos programas no biênio 96/97.

Na avaliação da proposta, prevaleceu a análise qualitativa dos objetivos e orientação geral, segundo a(s) área(s) de concentração e linhas de pesquisa em andamento. No conjunto, a tendência

dominante expressa a adequação da proposta, embora restrições se apresentem quanto à abrangência das áreas de concentração ou ao número de linhas de pesquisa em três programas. Do ponto de vista da comissão, trata-se de problema de ordem formal, que não chega a influir na coerência e consistência dos programas quando considerados em seus resultados.

No que se refere ao corpo docente, verifica-se que o percentual de mestres é inexpressivo, e a presença do dado se deve muito mais a falhas de preenchimento dos relatórios.

A introdução do conceito de NRD permitiu caracterizar a diversidade de formas de atuação e engajamento dos docentes e sua caracterização quanto à intensidade e qualidade de sua atuação, quanto à especialização e orientação para os objetivos da área básica. Quantitativamente, o NRD6 varia de 5 a 11 docentes, valendo notar que a PUC-RJ registra apenas três docentes, em vez de seis, tendo em vista a exclusão pela coleta de Dados-CAPES daqueles contratados com carga horária de 24 horas, embora exclusiva da pós-graduação. Quanto à composição, observa-se a predominância de doutores titulados na área básica em todos os programas de Serviço Social. O recurso a docentes com especialização em áreas afins é um recurso adotado por todos os programas, mas foi considerado indício de flexibilidade e de integração, quando não superior a 30% do NRD.

Com a redução do corpo docente, de modo especial nas universidades federais, em decorrência das aposentadorias precoces, observa-se uma tendência à incorporação de recém-doutores e à renovação de seus quadros. A participação de outros docentes é expressiva graças à permanência dos aposentados com atuação em orientação e pesquisa em todos os programas vinculados àquelas IESs. Em geral, os programas interagem muito bem com outros docentes de áreas afins e mantêm intercâmbios com programas internacionais de pós-graduação (Portugal, Suécia, Espanha, Canadá e países da América Latina), possibilitando a presença de visitantes e ações integradas. As limitações observadas nesse quesito dizem respeito, sobretudo, à atuação do corpo docente, superdemandado em função de atividades na graduação.

É possível estabelecer uma associação entre o conceito do corpo docente e os resultados obtidos pelos programas. São indicadores representativos o fluxo de alunos e a produção intelectual. Um outro indicador que se pode relacionar ao quesito Corpo Docente refere-se às Atividades de Pesquisa. Evidencia-se um crescimento significativo do volume dessas atividades em 70% dos programas, relativamente ao biênio 94/95, acompanhando a renovação e qualificação do corpo docente e, por extensão, a reformulação da proposta e das diretrizes curriculares. Destacam-se a constituição e a organização de grupos de estudos e pesquisas em todos os programas, embora nem todos apresentem o mesmo nível de dinamização e produção. A tendência dominante aponta no sentido do embasamento das disciplinas pelas atividades dos núcleos que atendem, por sua vez, à exigência de integração graduação/pós-graduação e de interdisciplinaridades dos programas.

A avaliação das Atividades de Formação mostra a compatibilidade da estrutura curricular com as linhas de pesquisa em cinco programas. A carga docente e orientação assumem uma proporção significativa, principalmente em três programas, nos quais se verifica a média de carga letiva na pós-graduação entre 100 e 126,9; além de carga horária aproximada na graduação. As disciplinas ministradas apresentam regularidade quanto à oferta, que é subsidiada pelas atividades de pesquisa.

Nos programas com doutorado, observa-se a indiferenciação da estrutura curricular em relação ao nível de mestrado, o que facilita a integração e a flexibilidade dos cursos. As disciplinas e atividades são compartilhadas, ocorrendo a diferenciação das duas propostas pelo nível de complexidade e natureza da pesquisa.

Com relação ao corpo discente, registra-se como tendência geral o crescimento significativo do número de titulados, além da diminuição do tempo médio de titulação que varia entre 37,8 e 53,2 meses. Entre os programas com doutorado apenas a PUC/SP apresenta teses defendidas, registrando tempo médio de 51 meses para a titulação. Observa-se a vinculação crescente das teses e dissertações

com a proposta dos cursos. As limitações, neste quesito remetem, sobretudo, a três programas, que continuam a incluir especialistas sem doutorado nas bancas examinadoras

De modo geral, porém, a produção discente mostra-se qualificada e tem circulação como material didático na área básica. Vale salientar, porém, que muitos programas deixaram de registrar a produção discente que se acrescenta às dissertações e teses, como livros, artigos e outros, publicados sem referência ao programa e/ou ao orientador.

Nos programas com doutorado é mais significativo o número de co-autorias docentes e discentes. Ao contrário do que sucede em outras áreas de conhecimento, nenhum artigo ou livro que resulte de tese ou dissertação é publicado com a co-autoria do professor orientador. Em relação ao Serviço Social, trata-se de item a ser reconsiderado nas próximas avaliações.

À semelhança do que ocorre em outras áreas nas Ciências Sociais Aplicadas, a produção intelectual não se resume na produção bibliográfica, destacando-se, sobretudo, o volume da produção técnico-científica. O número médio de publicações por docente fica acima de quatro em 60% dos programas. Por outro lado, registra-se positivamente o volume da produção técnica na área, uma das peculiaridades registradas quanto ao desempenho e produto dos programas.

Na classificação dos programas, a avaliação global situa no patamar de qualificação exigida pela CAPES – três programas que se destacam pelo desempenho acadêmico, traduzido nos conceitos atribuídos à proposta e nas notas conferidas aos demais quesitos: corpo docente, atividade de pesquisa, atividade de formação e produção intelectual. Nesse subconjunto, a comissão destaca, porém, o programa da PUC/SP como principal centro de referência na área, decidindo atribuir-lhe a nota 6 pelo diferencial apresentado quanto a:

- consolidação do programa em relação a área, expressa na *performance* apresentada nos quesitos que compõem a avaliação CAPES;
- expansão de suas atividades, em nível internacional, com destaque para as responsabilidades assumidas na estruturação de outros programas de pós-graduação em Serviço Social na Europa e América Latina;
- seu papel de liderança e representatividade na comunidade acadêmica, a partir da produção bibliográfica e técnico-científica, de sua participação nos consórcios de assessoria técnica em nível nacional e internacional.

### **3. Perspectivas da pós-graduação na área**

a) A área inclui um programa em Economia Doméstica, em fase de consolidação, que apresenta pouca identificação com as demandas e prioridades do Serviço Social. Por esse motivo, torna-se difícil sua comparação com outras propostas na área e é baixo o nível de interlocução com os demais programas.

b) A comissão destaca o empenho dos programas e, em especial, de seus coordenadores, no sentido de responder positivamente às observações feitas pelos avaliadores no biênio anterior, permitindo sinais significativos de reversão de pontos frágeis de seu desempenho, a saber, o fluxo de alunos e a produção discente, além da produção intelectual. Vale reconhecer o nível de consolidação e produtividade dos programas com doutorado e daqueles com nível de mestrado que já haviam alcançado o conceito A no biênio passado e mantiveram seu padrão de excelência acadêmica no atual biênio, apesar das dificuldades enfrentadas para reposição do corpo docente.

c) No que se refere à qualidade dos dados, a comissão encontrou dificuldades para avaliar as atividades de formação em programas que procederam a reformulações em suas áreas de concentração e na estrutura curricular. Além de não constarem do sistema, os dados se mostram, algumas vezes, incompletos.

d) O quadro geral da pós-graduação da área no biênio, justifica uma política de expansão ordenada de cursos de mestrado e doutorado sobre novas áreas temáticas e novas propostas que se mostrem consistentes. Valorizam-se as iniciativas em parceria e os convênios com universidades estrangeiras, como também os convênios interinstitucionais no plano nacional, de modo a reforçar o programa de capacitação e aperfeiçoamento dos docentes nas várias regiões do país, em atendimento às diretrizes da LDB.

## **ÁREA DE AVALIAÇÃO: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS II : BIBLIOTECONOMIA**

---

**Áreas básicas:** Ciência da Informação; Biblioteconomia

### **Comissão de Avaliação - Consultores**

Eduardo Peñuela Cañizal - USP - SP - (Coordenador); Aldo de Albuquerque Barreto - IBICT/CNPq - DF; Johanna Wilhelmina Smit - USP - SP.

### **Documento de área**

A Comissão de Avaliação das áreas básicas de Ciências da Informação e Comunicação foi constituída de sete docentes indicados pelo representante da área, segundo os princípios da CAPES e de acordo com os critérios discutidos, em reunião realizada em Brasília com os coordenadores dos programas recomendados pela CAPES e a diretoria da Compós, no segundo semestre de 1997. Em reunião similar realizada em São Paulo, no período de 28 a 29 de março do corrente, com a finalidade de discutir o novo sistema de avaliação e estabelecer os critérios que serviriam de parâmetro, o representante da área, Prof. Eduardo Peñuela Cañizal, informou que a Comissão de Avaliação estava formada pelos nomes de Muniz Sodré de Araújo Cabral, UFRJ, José Luiz Braga, UnB, Johanna Smit, USP, Aldo Barreto, UFRJ/IBICT, Sérgio Capparelli, UFRGS, Wilson da Silva Gomes, UFBA, e Norval Baitello Jr., PUC/SP, não tendo havido, da parte dos participantes, nenhum tipo de manifestação em contrário. Em 11 e 12 de março deste ano, o representante da área, com a presença dos professores Johanna Smit, Muniz Sodré e Norval Baitello Jr., coordenou, em Brasília, reunião destinada à realização de um exercício de simulação do processo de avaliação instituído pela CAPES.

A Comissão de Avaliação das áreas básicas de Ciências da Informação e Comunicação, com a presença da maioria de seus membros, já que somente o professor Muniz Sodré deixou de comparecer, reunida sob a presidência do representante, realizou o trabalho da avaliação propriamente dita no período de 25 a 30 do mês de maio de 1998, analisando, cuidadosamente, os dados dos relatórios elaborados pelos programas para o biênio de 1996-1997. Em razão das modificações introduzidas no processo, por determinação do Conselho Superior da CAPES e do Conselho Técnico Científico, a comissão, independentemente dos avanços que tais modificações possam representar, mantém seu entendimento de que o processo de avaliação, tendo em vista sua finalidade mais legítima, não pode sofrer alterações, mesmo consideradas pertinentes, depois da coleta de dados. Por outro lado, a comissão, em decorrência da natureza das transformações por que, às vezes, passam as informações dos relatórios nas traduções numéricas que estas assumem nas respectivas Fichas de Avaliação dos programas preparadas pela CAPES, procurou pautar seu trabalho, quando necessário, no comedimento de interpretações que possibilitassem minimizar



problemas causados pelo reduzido valor informativo propiciado pela quantificação de alguns dos itens dos diferentes quesitos. Tal procedimento teve sempre em mira chegar a decisões que não deturpassem questões fundamentais de qualidade ou diminuíssem traços de excelência conquistados, com o decorrer do tempo, pelos programas. Mesmo assim, a comissão nunca se afastou dos dados apresentados pelos programas, sendo de salientar, por conseguinte, que os resultados são o reflexo mais fiel possível das informações veiculadas por esses dados.

Os relatórios da área básica de Ciências da Informação foram analisados pelos consultores Johanna Smit e Aldo Barreto. Foram, portanto, avaliados os programas da PUCCAMP, UFMG, UFRJ, UFPb, UnB e USP, sendo que o programa da USP, por ter sido transformado em área de concentração de Ciências da Comunicação, deixou de ser considerado. Os relatórios, embora apresentem falhas de preenchimento, reúnem um conjunto de dados que permitem abordar os pontos fundamentais. Constatou-se que, no geral, as propostas dos programas são apresentadas de maneira muito resumida e a produção técnica não recebeu a devida atenção. Dois dos programas, o da UFRJ e UnB, reúnem méritos para ser classificados no âmbito do padrão 5, cabendo assinalar, entretanto, que o primeiro já possui um doutorado consolidado, ao passo que o do segundo se encontra em fase de consolidação. O que apresenta problemas mais delicados é o programa da UFPb, problemas esses que se agravam quando se pensa que ele foi instalado em 1978. Os resultados da avaliação, traduzidos nos conceitos atribuídos, mostram que os programas desta área básica não realizaram progressos muito expressivos no biênio, o que permite apontar a existência de uma certa estagnação. É verdade que, em outras áreas, houve quedas acentuadas na qualidade dos cursos, pense-se, por exemplo, em ciências biológicas, mas isso não seria justificativa suficiente para relativizar a gravidade decorrente da estagnação. O relevante, portanto, é encontrar os fatores que determinam esse estado e, uma vez identificados, partir à procura dos meios mais eficazes para amortecer o potencial das causas negativas. No caso, o fator que nos parece mais evidente se manifesta no resultado sobredeterminado por uma seqüência de fatos que, de maneira sucinta, serão apontados nas considerações feitas a seguir.

A ciência da informação teve seu aparecimento e expansão no período de pós-guerra, principalmente a partir de 1950 quando pesquisas e documentos mantidos fora do fluxo normal de informação foram liberados para o conhecimento público. Nessa época, o grande problema enfrentado pela área foi precisamente o de gerenciar o volume de informação que entrava no sistema, problema que, mesmo não tendo sido resolvido, foi bastante minimizado por meio das possibilidades de solução abertas pelo processamento eletrônico de dados e o armazenamento e recuperação de textos em memória magnética. Nesse sentido, as mudanças nas tecnologias de veiculação da informação ocorridas nos últimos 50 anos provocaram a reorganização das atividades associadas à ciência da informação. Essa nova ambiência de mudanças aceleradas teve reflexo nos programas, tanto no que diz respeito à escolaridade quanto no que tange à pesquisa. Pode-se dizer, com base nisso, que os programas que iniciaram seus cursos de mestrado na década de 1970 foram construindo suas propostas, áreas de concentração e linhas de pesquisa influenciados por essas mudanças tecnológicas. Nessas circunstâncias, os cursos em questão cresceram horizontalmente, já que direcionaram a infra-estrutura acadêmica existente no rumo da expansão de novas áreas de concentração e linhas de pesquisa. Ausente, em certa medida, desse processo, o sincronismo da verticalização, o entrosamento entre áreas de concentração e linhas de pesquisa não encontrou ainda suas plataformas mais seguras e profundas. Esse parece ser, no momento, o fator determinante da estagnação constatável nos conceitos atribuídos aos itens dos quesitos em que se baseia a avaliação.

À vista do exposto, parece importante que esta área básica reformule suas posições no sentido de superar as fronteiras criadas pela horizontalização assinalada e que tal reformulação se explicita na estruturação das propostas dos programas e num equacionamento das linhas de pesquisa que permita

trazê-las, enquanto conjuntos cujos pressupostos determinam diretrizes que interferem no ensino e na investigação, ao contexto da contemporaneidade. As possibilidades da realização dessa tarefa são grandes, pois é de se assinalar que parcela representativa dos doutores que atuam nos programas possui bolsa de pesquisa concedida pelo CNPq, dado que permite contar com essa expectativa, já que, como se sabe, tais bolsas são outorgadas com base no mérito dos projetos.

Além disso, a comissão, à vista dos problemas atrelados aos relatórios de visita – alguns deles não foram fornecidos à comissão –, julga conveniente recomendar à CAPES que os resultados das visitas se materializem, numa primeira instância, na apresentação da readequação da proposta feita, logo após a visita, pelo programa, assumindo este o compromisso de enviá-la à CAPES para que os consultores que visitaram o programa emitam sua opinião com base nesse documento. Tal procedimento poderá, também, superar outros tipos de inconvenientes provocados pela atual sistemática das visitas. É também de se recomendar à CAPES que se criem mecanismos abertos à coleta de dados relativos à demanda que existe para cada um dos programas e, ainda, recomendar aos programas que, nos próximos relatórios, se explicitem, nas propostas, os critérios seguidos por cada IES no processo de credenciar docentes para os cursos de doutorado.

## OPINIÃO

### A USP e a avaliação CAPES de 1998

*Hector Terenzi*<sup>2</sup>

Concluído o processo de avaliação dos cursos de pós-graduação das universidades brasileiras, realizado pela CAPES, cabe à USP fazer uma reflexão serena sobre esse processo.

A USP é responsável pela formação de uma parcela muito significativa de mestres e doutores no Brasil. Apesar da crescente expansão do sistema como um todo, em 1996 ainda formou 20% dos mestres e 40% dos doutores graduados no país. A imensa maioria – mais de 95% – trabalha para outras instituições de ensino superior, ou em instituições do setor público e privado. Representando o maior sistema de pós-graduação no Brasil, a USP tem a responsabilidade de analisar criticamente as ações da agência federal que centraliza as políticas do setor. De fato, ao longo da história recente, a USP e a CAPES vêm mantendo relações construtivas, marcadas pela reiteração da independência e da interdependência das duas instituições. Se a pós-graduação na USP precede o sistema CAPES, não é menos verdade que a existência da CAPES, com suas políticas de planejamento estratégico, incluindo um sistema de avaliação, muito contribuiu para o aperfeiçoamento da pós-graduação na USP.

O papel da CAPES no planejamento e execução das políticas do sistema de ensino superior no Brasil tem sido, e continua sendo, fundamental. A CAPES, com sua atuação coordenada por meio de políticas de fomento e avaliação do desempenho dos cursos de pós-graduação, estimulou a implantação e institucionalização da formação de pessoal altamente qualificado como produto essencial das atividades de pesquisa acadêmica em todo o Brasil.

A USP sabe valorizar a importância dos processos de avaliação de desempenho para orientar as políticas institucionais, e pratica essa avaliação em todos os níveis da ação universitária. Individualmente, são avaliados alunos, docentes e funcionários. No coletivo, são avaliados os departamentos, nos três segmentos que definem as atividades fins da Universidade, o ensino, a pesquisa e a extensão de serviço à comunidade.

O novo sistema de avaliação, implementado pela CAPES para o período 1996 – 1997 (dados de agosto de 1998), traz mudanças conceituais que sinalizam novos rumos para o sistema nacional de pós-graduação:

- (a) A avaliação não é mais feita separadamente para cursos de mestrado ou doutorado. A noção de programa como unidade referencial para o processo de avaliação introduz uma mudança na análise que não se reduz a uma média simples do desempenho independente dos mestrados e doutorados oferecidos.
- (b) Ao atribuir nota máxima 5 para programas que oferecem somente cursos de mestrado, a avaliação da CAPES sinaliza que um programa de pós-graduação acadêmica só pode atingir qualidade máxima se oferecer tanto cursos de mestrado como de doutorado. Os novos rumos da avaliação da CAPES privilegiam, portanto, a formação de doutores como meta desejada para a completa formação acadêmica.
- (c) Ao aumentar o número de indicadores de cinco para sete, o novo sistema de avaliação da CAPES abre a possibilidade de discriminar melhor os diferentes programas, destacando aqueles que, além de serem referências nacionais, apresentam um padrão de qualidade comparável aos melhores programas internacionais em sua área.

---

<sup>2</sup> Hector Terenzi é Pró-Reitor de Pós-Graduação da Universidade São Paulo (USP). O presente texto reflete a opinião da (USP), tendo sido lido e aprovado pelo Conselho Universitário.

Dentro das limitações inerentes a um processo de grande complexidade, as mudanças no sistema de avaliação da CAPES e seus resultados foram bastante positivos. Não se pretende discutir neste documento suas imperfeições, que foram levantadas pontualmente nos recursos apresentados por aproximadamente 25% dos programas da USP, mas alguns pontos referentes à interpretação dos resultados, bem como apontar o sentido de um possível aprimoramento do processo.

### **Características do processo de avaliação**

O processo de avaliação da CAPES necessita ser descrito sucintamente para uma análise precisa. O trabalho inicial de grupos de professores universitários, escolhidos pela CAPES a partir de propostas das Universidades, produziu um conjunto de dez indicadores que serviram de referência para o processo de avaliação. Os relatórios, enviados pelos diferentes programas, foram avaliados, principalmente, com base na qualidade das linhas de pesquisa e da produção científica dos orientadores efetivamente credenciados e engajados na orientação de alunos matriculados no programa. A produção científica foi avaliada com base na regularidade e na qualidade das revistas, dando preferência às de circulação internacional.

Numa primeira análise foram atribuídas notas de 1 a 5 para os diferentes programas. Numa segunda etapa foram reavaliados os programas que oferecem mestrado e doutorado, e que atingiram a nota 5, para definir, entre eles, quais poderiam atender critérios de qualidade de valor internacional, aos que seriam atribuídas nota 6 ou 7. Finalmente, comissões especialmente indicadas pelo Conselho Técnico-Científico (CTC) da CAPES reexaminaram os programas com notas 6 e 7, e alguns com nota 5, para eliminar eventuais discrepâncias. Após serem homologados pelo CTC da CAPES, os resultados do processo de avaliação foram divulgados pela Internet.

### **Interpretação dos resultados da avaliação da CAPES**

Se a CAPES cumpriu com razoável eficiência sua missão de coordenar o processo de avaliação, deixou de dar uma orientação clara sobre o significado dos resultados divulgados. Por esse motivo, houve graves distorções na interpretação desses resultados pela imprensa escrita.

Observou-se, nas matérias publicadas, um anseio de hierarquizar as IESs nos moldes de um campeonato esportivo, sem levar em conta que a margem de erro do processo de avaliação é bem maior que as diferenças de 2 ou 3 pontos percentuais utilizadas para diferenciar a qualidade de determinadas IESs.

Nessa hierarquização, não foi devidamente valorizada a estreita interação entre graduação, pós-graduação e pesquisa, que ocorre em algumas boas universidades, como a USP, e que tem como consequência o fato de que 87% dos nossos programas oferecem formação acadêmica completa, mestrado e doutorado. Tampouco chamou-se a atenção, na divulgação dos dados, para o grande porte do sistema de pós-graduação USP, com seus mais de 200 programas, que foram inexplicavelmente apresentados subdivididos pelos diferentes *campi*.

Apesar dessas imprecisões, a análise dos números divulgados ressalta o fato de que a pós-graduação no Brasil, em termos de qualidade e número de programas, concentra-se nas regiões Sul e Sudeste, e que entre os melhores centros de formação acadêmica do Brasil está, evidentemente, a USP.

Frente a essa constatação, e considerando a imperiosa necessidade de diminuir as imensas disparidades regionais, cabe às universidades públicas, em lugar de entrar numa competição estéril para a disputa de melhores posições num *ranking* duvidoso, juntar forças para defender o ensino superior no Brasil, trabalhando no sentido de melhorá-lo em seu conjunto.

### **Sugestões para o aperfeiçoamento do processo**

A qualidade dos produtos dos programas de pós-graduação – teses e dissertações – é avaliada indiretamente pelas publicações que deles derivam, o que é exatamente apropriado, e deve ser incentivado. No entanto, muitas vezes a análise das publicações prende-se a aspectos mais quantitativos que qualitativos, perdendo de vista o objetivo central do processo de avaliação. Em alguns casos, além de aferir o número de publicações produzidas, proceder a uma análise crítica dos textos apresentados poderia permitir melhor discriminação do grau de excelência dos programas.

O processo de credenciamento e avaliação das áreas interdisciplinares nem sempre tem sido realizado a contento. Seria recomendável para essas áreas um cuidado especial na composição das comissões avaliadoras que, além de membros especialistas, devem incluir pesquisadores com experiência e sensibilidade na problemática da formação interdisciplinar.

Com relação à nova escala de avaliação adotada, causa preocupação o incentivo implícito aos programas de pós-graduação que só oferecem mestrado para oferecerem também doutorado e, assim, poderem eventualmente ascender ao topo da escala. Na verdade, há muitos programas no Brasil que têm apenas condição de oferecer mestrado com razoável qualidade e, por isso, deveriam ser julgados por outra escala que não os comparasse com programas capacitados para uma formação acadêmica completa.

Finalmente, em face do fato de a CAPES utilizar escalas não triviais para classificar os programas, seria recomendável que a divulgação dos resultados para órgãos da imprensa viesse precedida por uma explicação mais detalhada do significado da pontuação atribuída aos diferentes programas.

## CAPES INFORMA

### Concessão do Programa de Demanda Social para 1999

A CAPES divulgou, em fevereiro, as normas para a distribuição de cotas de bolsas de estudo do Programa de Demanda Social, para o ano de 1999. O número de bolsas foi estipulado de acordo com o resultado obtido por cada programa na Avaliação da Pós-Graduação de 1998, com a concessão em 1998 e com o tempo médio de titulação no período de 1996-97, de acordo com o quadro abaixo:

<b>Programas de Nota 1 e 2</b>						
Empréstimo* igual ao comprometimento em 03/99						

<b>Programas de Nota de 3 e 4</b>						
Concessão DS em 1998 (CDS98)	Tempo médio de titulação mínimo no período 1996-1997 (meses)					
	Mestrado			Doutorado		
	até 30	de 30 a 36	superior a 36	até 48	de 48 a 60	superior a 60
	CDS98+2	CDS98	Comprometimento em 03/99	CDS98+2	CDS98	Comprometimento em 03/99
de 6 a 30	CDS98+1		CDS98+1			
superior a 30	CDS98		CDS98			

<b>Programas de Nota 5</b>						
Concessão DS em 1998 (CDS98)	Tempo médio de titulação mínimo no período 1996-1997 (meses)					
	Mestrado			Doutorado		
	até 30	de 30 a 36	superior a 36	até 48	de 48 a 60	superior a 60
	CDS98+3	CDS98	Comprometimento em 03/99	CDS98+2	CDS98	Comprometimento em 03/99
de 6 a 30	CDS98+2		CDS98+1			
superior a 30	CDS98		CDS98			

<b>Programas de Nota 6 e 7</b>						
Concessão DS em 1998 (CDS98)	Tempo médio de titulação mínimo no período 1996-1997 (meses)					
	Mestrado			Doutorado		
	até 30	de 30 a 36	superior a 36	até 48	de 48 a 60	superior a 60
	CDS98+3	CDS98	Comprometimento em 03/99	CDS98+3	CDS98+1	Comprometimento em 03/99
de 6 a 30	CDS98+2					
superior a 30	CDS98		CDS98	CDS98		

\* O empréstimo consiste na continuidade do comprometimento de março/99, sem, contudo, permitir a substituição de bolsistas.

### **Programa CAPES/SCyT**

No dia 15/03/99, em Buenos Aires, os representantes da CAPES e da Secretaria de Ciência e Tecnologia (SCyT) do Ministério da Cultura e Educação da Argentina aprovaram os projetos referentes à primeira chamada do Programa CAPES/SCyT, encerrada em 15/12/98. O convênio, firmado em agosto de 1998, busca aumentar o intercâmbio entre pesquisadores, docentes e estudantes de pós-graduação dos dois países, e prevê apoio na forma de diárias para missões de trabalho (para docentes e pesquisadores doutores, com duração de 2 semanas a 3 meses), bolsas para missões de estudos (mestrado – 6 meses, doutorado – 12 meses), passagens aéreas e custeio. Para a primeira chamada, foram discutidos 22 projetos, sendo aprovados 14, nas diversas áreas do conhecimento, envolvendo 18 bolsas de estudo e mais de 30 missões, para o ano de 1999. A aprovação para os dois anos seguintes desses projetos dependerá da apresentação, em outubro, do primeiro informe sobre os mesmos.

### **Convênio CAPES/Fapesp**

Neste ano, 58 instituições de ensino de todas as regiões brasileiras estarão habilitadas a acessar as informações da base de referência bibliográfica *Web of Science* (Wos), mantida pelo *Institute for Scientific Information* (ISI). Trata-se de uma importante ferramenta de trabalho, oferecida por meio de convênio firmado entre a CAPES e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), visando contribuir para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e de pesquisa das instituições contempladas. A base de dados do Wos contém artigos sobre a produção científica de todas as áreas do conhecimento publicadas em periódicos indexados pelo ISI. Para consultar o Wos deve ser acessado o site <http://webofscience.fapesp.br>, a partir de um microcomputador das instituições beneficiadas ligado a um provedor da Internet.

### **Orçamento da CAPES de 1999**

O orçamento da CAPES para 1999, no valor de R\$ 446 milhões, foi aprovado e homologado, sem cortes, conforme publicado no Diário Oficial da União, de 24/02/99. De acordo com a Diretoria de Administração da agência, a CAPES recuperou as cotas de bolsas cortadas em 1998.

### **Avaliação da Pós-Graduação - Síntese dos Resultados - 1998**

Após a divulgação, na página da CAPES na Internet, dos resultados finais da avaliação dos programas de pós-graduação no País, realizada com base nos dados fornecidos pelos mesmos referentes ao biênio 1996/1997, foi publicado o documento “Avaliação da Pós-Graduação – Síntese dos Resultados – 1998”. A apresentação em papel desses resultados facilita sua consulta, que pode ser feita por nome da instituição e área do conhecimento. A publicação pode ser encontrada nas pró-reitorias de pesquisa e pós-graduação, podendo também ser feita solicitação de exemplares à CAPES.

## CAPES RESPONDE

1

---

Sou professor titular de uma universidade pública federal, onde, há quase 30 anos, dedico-me ao ensino e à pesquisa na área de Bacteriologia de Plantas. Tenho já rascunhado meu quarto livro, intitulado “Métodos em Bacteriologia de Plantas”, que terá como público-alvo pesquisadores, extensionistas, docentes, estudantes de graduação e pós-graduação, na área de Fitopatologia. Até onde vai meu conhecimento, inexistente, em língua portuguesa, publicação semelhante. Faço, portanto, esta consulta, indagando se seria possível conseguir recursos da CAPES para custear parte das despesas de edição. Em caso positivo, farei uma solicitação formal, incluindo estimativa de orçamento e descrição dos capítulos com seus respectivos conteúdos. Na verdade, o apoio que pleiteio não envolve um valor elevado. Recursos são necessários para chapas de impressão, computador e periféricos para manipulação e editoração de imagens, papel de impressão e para capa, um montante que não excederia R\$ 30.000,00, segundo imagino. Minha universidade dispõe de uma excelente editora – Imprensa Universitária da UFV – e por esse meio já publiquei outros livros e tenciono publicar também este. Certo da sensibilidade de Vossas Senhorias em relação à luta do pesquisador brasileiro, aguardo resposta. (Reginaldo da Silva Romeiro, Viçosa – MG.)

*Resposta:*

*Informamos que a CAPES não inclui entre as suas linhas de atuação o apoio a publicações, não havendo, portanto, programa entre os mantidos por esta agência que preveja o financiamento solicitado.*

2

---

Sou bolsista do Mestrado em Física da USP – São Carlos e gostaria de saber se é possível obter da CAPES auxílio para participar de evento científico no exterior. (Andréa Camargo, São Carlos – SP)

*Resposta:*

*Esclarecemos que no programa Auxílio para Eventos de Curta Duração no Exterior, da CAPES, somente são aceitas solicitações de professores com atuação na pós-graduação e de pesquisadores, brasileiros e estrangeiros (radicados no Brasil, com visto permanente), com título de doutor. O seu caso, conforme descrito, não atende aos pré-requisitos estipulados para o atendimento.*